



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

MIRIÃ AGUIAR DA SILVA

“QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE SUAS
MANIFESTAÇÕES NO TRÂNSITO ENTRE O TRABALHO ESCRAVIZADO
E A GENERALIZAÇÃO DO TRABALHO LIVRE

RIO DE JANEIRO/RJ

2022

MIRIÃ AGUIAR DA SILVA

“QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE SUAS
MANIFESTAÇÕES NO TRÂNSITO ENTRE O TRABALHO ESCRAVIZADO
E A GENERALIZAÇÃO DO TRABALHO LIVRE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de
Serviço Social da Universidade Federal do Rio de
Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção
do grau de bacharel em Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. Luis Eduardo Acosta

RIO DE JANEIRO/RJ

2022

MIRIÃ AGUIAR DA SILVA

“QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE SUAS
MANIFESTAÇÕES NO TRÂNSITO ENTRE O TRABALHO ESCRAVIZADO
E A GENERALIZAÇÃO DO TRABALHO LIVRE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Escola de
Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro
como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau
de bacharel em Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. Luis Eduardo Acosta

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luis Eduardo Acosta (orientador)
Escola de Serviço Social - UFRJ

Prof. Dr. Gênesis de Oliveira Pereira
Escola de Serviço Social - UFRJ

Prof^a. Dr^a. Mirella Farias Rocha
Escola de Serviço Social - UFRJ

RIO DE JANEIRO/RJ

2022

DEDICATÓRIA

A mim

À minha família

Às minhas professoras e professores

À universidade pública

À sociedade

À Deus

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer aquelas pessoas sem as quais eu não teria chegado aqui hoje, cada uma a sua maneira: à minha mãe, Elaine, pela sua dedicação, carinho e amor incondicional (por mais clichê que isso pareça, é real); à minha eterna e querida avó, Hilda, que cuidou de mim e a quem eu cuidei, a qual digo que é a pessoa que mais amei no mundo até hoje; ao meu tio, Evandro, pela sua gentileza, alegria e altruísmo; à minha tia, Eliã, por todo apoio, amor, carinho e por me disponibilizar o seu próprio lar nos momentos mais turbulentos da graduação, assim como ao meu primo, Víctor; ao meu avô, José Luiz; às mais maravilhosas amigas que alguém pode ter, Daiana, Karla, Natália e Thays, cuja amizade pôde ser construída no decorrer da graduação e que hoje posso dizer que são essenciais na minha vida; à Elita, que me permitiu sentir paz ao saber que enquanto eu me dedicava aos estudos, minha avó estava sendo bem amparada. Obrigada por ser essa pessoa especial; à Emília, que me assiste com tanta dedicação e profissionalismo e que sem as suas orientações e apoio eu realmente não sei como estaria a minha saúde mental e emocional. Agradeço por ter um coração tão bom e, por coincidência (ou não), por eu poder ser alvo da sua gentileza. Você é maravilhosa!; à Nilza, pois, por alguma razão que ainda desconheço, aquela ligação que você me fez me produziu boas ideias para a continuidade deste meu trabalho. Eu ainda fico impressionada em como as coisas boas podem surgir a partir de simples tarefas cotidianas; à Dalva, por toda força e carinho que sei que, mesmo de longe, chegou até mim. O dia que nos encontramos me fez ver, mais uma vez, que são os pequenos (mas verdadeiros) gestos que nos transformam.

Complemento agradecendo ao meu orientador, professor Luis Eduardo Acosta, que desde final de 2018 vem acompanhando o meu estudo e que sempre se mostrou aberto a cada mudança que eu precisava realizar no trabalho. No início, eram somente as leituras e a escrita de fato apenas foi iniciada no segundo semestre de 2020 e, mesmo diante de tantas idas e vindas em desistências e persistências, você seguiu corrigindo meu trabalho quando eu pensava que nada tinha mais jeito. Então, agradeço pela disposição em me orientar mesmo quando parecia que eu havia sumido ou desistido.

Também gostaria de agradecer a todos da universidade que contribuíram direta e indiretamente ao longo da graduação para a minha formação, como aos professores e professoras que tive a oportunidade de conhecer e de frequentar suas aulas através da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Não irei mencionar nomes, pois seriam muitos, porém vocês me inspiraram (e inspiram) a continuar aprendendo,

estudando, pesquisando e, quem sabe um dia, a fazer o mesmo que vocês fazem. Também queria deixar meu agradecimento à todos os demais funcionário(a)s da UFRJ, principalmente aquele(as)s vinculado(a)s a ESS e aos trabalhadore(a)s terceirizado(a)s da universidade. No mais, agradeço ao conjunto de professore(a)s, pesquisadore(a)s e demais profissionais do meio acadêmico por aí afora por terem contribuído com suas obras, estudos e pesquisas para o conhecimento social coletivo. Seus esforços alcançaram milhares, sendo eu uma minúscula parte. Acredito que nunca saberão da minha gratidão, mas aqui ela está.

Quando eu soube que havia entrado para a UFRJ, uma das minhas maiores alegrias era saber que eu não precisava pagar por nada, no sentido de que não era necessário que eu dispusesse de recursos financeiros para arcar com o valor das mensalidades ou das disciplinas ou de me endividar com um financiamento estudantil. Diversas vezes, em meio as mais diversas situações cotidianas na universidade, eu sentia uma sensação de bem-estar enorme que eu acreditava que, em parte, era produzida pela consciência de que eu estava tendo a oportunidade de realizar uma das coisas mais inimagináveis para mim e de saber o quanto eu amava cada pequeno momento que eu vivenciava no (e a partir) do meio acadêmico. Eram situações corriqueiras que nada tinham de fascinante. Podia parecer pouco e pequeno, mas para mim foi extremamente significativo. Nesses momentos que eu sentia uma imensa vontade de agradecer a algo ou a alguém acerca de tudo aquilo de bom que estava acontecendo comigo. Às vezes eu agradecia a Deus, mas nunca era o suficiente, então me perguntava a quem eu deveria de agradecer. Quem de fato eram os responsáveis pelo meu ingresso em uma universidade pública e gratuita?

Mediante o acesso precário aos serviços públicos e coletivos mais básicos ou quando simplesmente esse acesso é inexistente, quando nós, da classe trabalhadora, conseguimos adentrar em serviços mais circunscritos podemos interpretar como sorte ou acaso, milagre ou vontade divina e tantas outras coisas mais que não estejam vinculadas à ideia de direito. Não é uma regra, porém era o que acontecia comigo às vezes: eu queria agradecer a algo ou a alguém e eu atribuía à Deus. No entanto, os verdadeiros sujeitos coletivos responsáveis pela minha entrada em uma universidade pública fomos todos nós. Parece clichê (de novo), no entanto, de uma forma ou de outra, gostando ou não, sendo contra ou a favor, ainda somos os reais contribuintes para a manutenção financeira dos serviços públicos e gratuitos, ainda que nem todos sejam oferecidos com boa qualidade. Em relação ao ensino público de nível superior, é frustrante saber o quanto é restritivo e segmentado... e saber o quão pior já foi no tocante à exclusividade de seus ingressantes. Como financiamos algo que nem mesmo temos o direito irrestrito de acessar? Toda minha família contribuiu, mas só eu tive acesso e que foi

imensamente limitado e difícil. Nós chamamos o serviço público de gratuito, porém ele é pago e a maior das onerosidades são sentidas pelas camadas mais baixas da sociedade, que contribui de forma compulsória, mas que tem o acesso restringido para a sua maioria. Eu poderia não ter entrado para uma universidade pública, assim como a maior parte dos membros do meu núcleo familiar não ingressaram. A verdade é que sequer somos estimulados ou sonhamos em adentrar nichos que sabemos não sermos bem-vindos em seu interior.

Muitas coisas vêm mudando, entre avanços e retrocessos, entre embates, lutas e resistências travadas a partir dos mais gerais movimentos sociais e políticos no interior da sociedade às menores lutas, sejam as coletivas e/ou individuais que batalhamos em nosso dia-a-dia. Embates pretéritos e presentes, combatidos por uma classe trabalhadora heterogênea e plural. É graças a esses distintos movimentos protagonizados por esta classe e ao comprometimento político de suas parcelas que eu ingressei na universidade pública e gratuita e concluí a minha graduação. Em parte, foi através desta coletividade, ainda que sob variados recortes, que encontrei as forças sociais e políticas necessárias para continuar seguindo em frente, portanto, de coração, muito obrigada a todos os envolvidos!

Em penúltimo lugar, gostaria de agradecer a mim mesma por ter persistido ao longo desses anos. Na verdade, no decorrer desses dois extensos anos de fim de graduação, desisti muitas vezes e cheguei a ter fé que eu não conseguiria concluí-la. Como num mantra, eu dizia para mim mesma repetidamente que eu não iria conseguir. Quando olho para trás e vejo que foi completamente diferente e que valeu a pena insistir... parece que o hoje é um sonho, de tanto que acreditei que esse fechamento não se concluiria. Tenho certeza de que o apoio de familiares e amigos são fundamentais para nosso sucesso, mas também penso no quanto devemos apoiar a nós mesmos e buscarmos formas autônomas e novas possibilidades de seguir adiante, ainda que em face de um cenário desfavorável. Então, neste sentido, é que agradeço às minhas várias versões do passado por ter me impulsionado dia após dia, mesmo quando tudo parecia indicar que não daria certo.

Por último, agradeço à Deus por cada pequeno detalhe que foi importante para que eu chegasse hoje até aqui. Foram muitos detalhes, minúcias do cotidiano contidas em um gesto, em uma ação, em uma aparente coincidência qualquer, fosse o que fosse, que me faziam voltar para onde eu deveria estar. Me refiro àquelas famosas coisas que não conseguimos explicar de forma alguma e que temos certa necessidade caracterizar dentro dos nossos mais vastos sistemas de classificação de mundo. Eu chamo de “Deus” ou “Criador”, outras pessoas podem nomear como o universo, a natureza, o acaso, a sorte, entidades... Bom, para mim não importa tanto o nome. A este ser, em especial, meu muito obrigada!

SILVA. Miriã Aguiar da. **“Questão social” no Brasil: uma análise de suas manifestações no trânsito entre o trabalho escravizado e a generalização do trabalho livre.** 2022. Trabalho de Conclusão Curso (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

RESUMO

A proposta deste trabalho é de analisar as expressões da “questão social” no Brasil no século XIX, especialmente a partir de sua segunda metade, momento de trânsito entre o trabalho escravizado e o trabalho livre e da constituição de um mercado tipicamente capitalista no Brasil, período onde importantes transformações políticas, econômicas e sociais ocorriam na região urbana das principais cidades do país. Ao identificar as formas de autoproteção, solidariedade, luta e resistência dos trabalhadores livres, libertos e escravizados – nacionais e estrangeiros – que despontaram naquele estágio como expressões da “questão social”, é considerada a relevância de sua análise para a compreensão da gênese da “questão social” no Brasil, haja vista suas distintas determinações, sejam políticas, econômicas, étnico-raciais, culturais, entre outras, e para a necessidade de incorporar na historiografia da formação da classe trabalhadora brasileira, sobretudo nas concepções teórico-políticas existentes no interior do Serviço Social, aspectos que possam englobar segmentos e características que não se limitem ao trabalhador imigrante europeu fabril. O trabalho é baseado no referencial materialista dialético marxiano de investigação dos processos históricos, tendo como metodologia a pesquisa e interpretação de material bibliográfico de fonte secundária a fim de resgatar parte da historiografia do mercado de trabalho urbano, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, da formação da classe trabalhadora e de suas primeiras experiências organizativas de autoproteção, solidariedade, luta e resistência. Conclui-se que o exercício de caracterizar a “questão social” no Brasil deve envolver a articulação de suas múltiplas determinações com as particularidades históricas em que o capitalismo se desenvolveu no país, ou seja, considerando o processo de formação de uma classe trabalhadora heterogênea e plural – multirracial e culturalmente diversificada –, a significância e legitimidade política das diversas formas de solidariedade, organização, luta e resistência “não tradicionais” próprias da classe trabalhadora em um momento histórico onde o trabalho livre e escravizado coexistiam, bem como tendo em conta o projeto de nação formulado e veiculado pelas classes dominantes.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EAN	Escola Anna Nery
EIR	Exército Industrial de Reserva
ESS	Escola de Serviço Social
IATF	Imperial Associação Tipográfica Fluminense
LBI	Laboratório de Biologia Infantil
PCB	Partido Comunista do Brasil
SRTMC	Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Carvão e Mineral
SRTTC	Sociedade de Resistência de Trabalhadores em Trapiche e Café
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UOE	União dos Operários Estivadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
1 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL: DA INDEPENDÊNCIA À PRIMEIRA REPÚBLICA	16
1.1 TRANSIÇÕES POLÍTICAS: DE “UMA MONARQUIA ENTRE REPÚBLICAS” À OLIGARQUIA REPUBLICANA	18
1.1.1 Colapso do colonialismo, independência política e manutenção do regime monárquico	18
1.1.2 Após sessenta e sete anos de independência, a Primeira República	20
1.2 ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX	24
1.2.1 Eugenia, mestiçagem e política imigratória: imigração seletiva e anseio pela brancura	24
1.2.2 Monocultura exportadora e industrialização	30
1.2.3 Expansão urbano-comercial e diversificação industrial	33
1.2.4 Crise econômico-política: fim da Primeira República e “Revolução” de 1930	37
CAPÍTULO II	
2 FUNDAMENTOS DA “QUESTÃO SOCIAL”: UMA DISCUSSÃO TEÓRICO-POLÍTICA	42
2.1 O QUE É A “QUESTÃO SOCIAL”?	42
2.2 INTERVENÇÃO SOCIAL DO ESTADO NO ENFRENTAMENTO ÀS MANIFESTAÇÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA EUROPA OCIDENTAL	50
2.2.1 O Estado no capitalismo concorrencial e as formas de enfrentamento da “questão social”	50
2.2.2 As funções do Estado no capitalismo monopolista e o surgimento das políticas sociais	53
2.2.3 As políticas sociais no capitalismo monopolista clássico	58

CAPÍTULO III

3	“QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL	63
3.1	EUGENIA, MESTIÇAGEM E PROJETO DE NAÇÃO: DO EVOLUCIONISMO BIOLÓGICO ÀS TEORIAS RACISTAS	65
3.2	TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E CLASSE TRABALHADORA NO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE DA REGIÃO URBANA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	82
3.3	EXPERIÊNCIAS ORGANIZATIVAS DE PROTEÇÃO, SOLIDARIEDADE E LUTA DOS TRABALHADORES URBANOS NO SÉCULO XIX	95
3.3.1	Luta e solidariedade entre trabalhadores negros na Diáspora Africana nas Américas	96
3.3.1.1	<i>As esususus</i>	98
3.3.1.2	As Irmandades Negras católicas	100
3.3.1.3	As mutuais negras	105
3.3.1.4	Os zungus (ou casas de angu) e outras sociabilidades entre trabalhadores negros	107
3.3.2	“Pelo Pão e Pela Liberdade”: um debate acerca da luta dos trabalhadores livres contra a escravidão	110
3.3.3	Considerações gerais sobre as formas de luta dos trabalhadores urbanos entre o século XIX e o início do século XX	115
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	131

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se concretizou com o objetivo de analisar as expressões da “questão social” no Brasil no século XIX, sobretudo a partir da segunda metade, enfatizando a formação da classe trabalhadora urbana a partir de suas múltiplas experiências de luta, resistência e solidariedade. Baseado em uma metodologia de pesquisa e interpretação de material bibliográfico de fonte secundária, de acordo com a temática dos conteúdos propostos, e fundamentado no referencial teórico materialista dialético marxiano de investigação dos processos históricos, o trabalho tratou-se do esforço de caracterizar a “questão social” em um momento de coexistência entre o trabalho livre e o trabalho escravizado e de compreender parte da realidade social em que a classe trabalhadora se deparou no mercado de trabalho urbano a fim de garantir sua sobrevivência. Foi elegida a cidade do Rio de Janeiro como amostragem de uma parcela daquela vivência, porém também estarão apresentadas ao longo do trabalho outras realidades regionais, como as cidades de Salvador e São Paulo, além de abordagens que possam permitir um melhor entendimento sobre a realidade nacional, que não pôde ser representada em sua totalidade neste estudo.

Podemos dizer que a origem deste trabalho partiu da necessidade de compreender as origens da classe trabalhadora urbana no Brasil para além do que é frequentemente abordado: a limitação de relacioná-la aos trabalhadores fabris, majoritariamente imigrantes europeus, que foram recrutados com o intuito de substituir a força de trabalho constituída por trabalhadores negros, principalmente, já em situação de liberdade, o que é diferente de dizer que a política imigratória europeia ocorreu para a substituição gradativa do trabalho escravizado, pois se trabalhadores escravizados progressivamente tornavam-se livres, qual a real necessidade de importar força de trabalho livre diante de uma grande oferta de mão de obra que já se encontrava em situação de liberdade no país? Em outras palavras, a ideia encaminhada pelas classes dominantes em seu projeto de nação, ao contrário de substituir a força de trabalho escravizada pela força de trabalho livre, era de remanejar a força de trabalho negra livre ou liberta para a força de trabalho branca livre. Diante disto, quais foram as implicações deste tipo de política imigratória no interior da classe trabalhadora? Como ela reagiu? E, para além daquela política, qual era o pertencimento étnico-racial de seus segmentos? Tinham o direito de se organizar? Como se protegeram contra a horda de problemas surgidos como consequência da urbanização e industrialização e como resistiram aos abusos cometidos por seus patrões? Em relação ao regime de trabalho escravizado e à violência colonial, de que forma os segmentos da classe

trabalhadora se posicionaram, lutaram ou se defenderam? De que forma puderam compartilhar suas experiências entre si? E quantos aos atritos que permearam em seu interior?

Foi a partir destes questionamentos – e tantos outros – e inquietações que este trabalho tomou rumo, partindo da ideia da existência de uma classe trabalhadora que se molda constantemente e que é plural. A partir deste pressuposto a intenção foi de tentar compreender as relações sociais em que a classe trabalhadora urbana se formou, principalmente em face das particularidades históricas em que o capitalismo surgiu e se desenvolveu no Brasil. Para o alcance de nosso objetivo, consideramos a necessidade de resgatar os aspectos sociais, políticos e econômicos mais importantes de parte da história do Brasil, diante disto, no primeiro capítulo apresentamos as características gerais da política e economia brasileira entre o momento em que a Independência é formalizada e os primeiros anos da Primeira República. Nesta primeira seção utilizamos uma bibliografia composta por Boris Fausto (2006), Carlos Nelson Coutinho (2011), Florestan Fernandes (2006), José Paulo Netto (1996) e Octavio Ianni (1977; 2004), além da tese de doutorado da professora da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Fátima Grave Ortiz (2007).

Ao segundo capítulo dedicamos a análise teórica da “questão social”, retratando sobre seus fundamentos e manifestações no ocidente europeu com base em Netto (1996; 1998; 2004 2012) como texto principal dentro desta temática. Posteriormente, introduzimos um debate acerca da trajetória histórica da variação de sentidos do vocábulo “social” a fim de capturar a gênese da expressão “questão social” e de compreender o vínculo entre ambos os termos, com a contribuição de Victor Strazzeri (2014). Prosseguimos com o exame das funções do Estado no capitalismo concorrencial e monopolista e sua intervenção social sobre as manifestações da “questão social”, somado a uma breve revisão acerca das políticas sociais nos países capitalistas centrais, de acordo com os escritos de Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2009), Lígia Giovanella (1998), Marilda Iamamoto (2001), Netto (1996) e Vicente de Paula Faleiros (2000).

No terceiro capítulo buscamos alcançar o objetivo de analisar a “questão social” no Brasil a partir das transformações que ocorriam no mercado de trabalho do século XIX, através das experiências dos trabalhadores urbanos, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro. Em um primeiro instante, optamos por realizar uma exposição acerca dos debates em torno dos temas eugenia, mestiçagem e projeto de nação no Brasil, porquanto a “questão social” ser intrínseca à questão étnico-racial, inflexão fundamental para um exame consistente acerca da formação da classe trabalhadora no país. Para esta discussão, utilizamos principalmente as obras de Kabengele Munanga (2020) e Nancy Stepan (2014), bem como algumas importantes observações de Giralda Seyferth (1994; 1996). Em seguida, adentramos para as transformações

no mundo do trabalho na região urbana, através dos relatos sobre as situações de vida e de trabalho que os trabalhadores do século XIX enfrentavam em seu cotidiano citadino tanto em relação às consequências do desenvolvimento urbano-comercial e industrial e das relações escravistas de trabalho ainda existentes quanto no tocante às medidas repressivas e punitivas administradas pelo Estado, através das análises das obras de Marcelo Badaró Bastos (2008), Rafael Maul Costa (2014) e Renata Figueiredo Moraes (2022).

Mais adiante, seguimos com as experiências organizativas de autoproteção, solidariedade, luta e resistência entre os trabalhadores daquele século, destacando as vivências dos trabalhadores negros na Diáspora africana nas Américas e priorizando formas “não tradicionais” de organização política e autoproteção, de acordo com as pesquisas realizadas, especialmente, por Gracyelle Costa Ferreira (2020), professora da ESS-UFRJ, em sua tese de doutorado. Também realizamos uma breve investigação acerca das experiências compartilhadas entre trabalhadores livres, libertos e escravizados na luta contra a escravidão mediante a articulação das ideias propostas por Érika Arantes (2010) e Moraes (2022) frente a algumas exposições realizadas por Mattos (2008) e Costa (2014), numa proposição de levantar questões sobre as relações cotidianas que giravam em torno de uma classe trabalhadora inserida numa complexidade de relações políticas, econômicas, étnico-raciais e culturais, configurando-a como uma classe multirracial e culturalmente diversa, divergindo do que uma importante parcela da historiografia sobre sua formação a define: como homogênea, isenta de conflitos e capturando a realidade social de apenas parte de seus segmentos, como apontamos anteriormente.

Por último, ainda na terceira seção, elencamos algumas considerações gerais sobre as formas de luta dos trabalhadores urbanos entre o século XIX e início do século XX, situando as diferenças das formas organizativas próprias da classe trabalhadora entre os dois séculos e destacando a relevância das experiências dos trabalhadores no século XIX para a cultura política que se desenhou no próximo século. Reforçamos sobre a importância de caracterizar as outras formas de solidariedade, luta e resistência, sobretudo entre os trabalhadores negros – devido sua significância quantitativa e qualitativa no mercado de trabalho livre, ainda que sobre condições de escravização –, como legítimas formas de luta política contra às manifestações da “questão social”, como as organizações similares as *esusus*, as Irmandades Negras católicas e os zungus e outras sociabilidades.

Finalizamos o trabalho concluindo que apurar as múltiplas determinações da “questão social”, a fim de que não sejam reduzidas a uma parcela de seus determinantes – como os aspectos econômicos e políticos –, é uma tarefa que envolve a investigação da formação da

classe trabalhadora – que identificamos como heterogênea diante dos variados aspectos que a envolvem: políticos, econômicos, sociais, étnico-raciais, culturais, entre outros – no interior do processo de generalização do mercado de trabalho livre, isto é, no trânsito entre este e o trabalho escravizado, em um período em que ambos coexistiam, cuja intensificação se dá a partir da segunda metade do século XIX. Ademais, concluímos que conferir significância e legitimidade política a outras formas de solidariedade, organização, luta e resistência “não tradicionais” próprias da classe trabalhadora é compreender a sua pluralidade e suas distintas estratégias políticas que devem ser examinadas considerando o projeto de nação articulado e disseminado pelas classes dominantes e as particularidades socio-históricas em que as relações sociais capitalistas se desenvolveram no Brasil.

Quanto ao Serviço Social, identificamos a relevância do debate frente a sua estreita vinculação profissional com a classe trabalhadora, a qual é destinada as políticas sociais implementadas pelo assistente social nas diversas instituições, principalmente a nível estatal. Em face aos princípios presentes no Projeto Ético Político profissional, o compromisso do Serviço Social com a classe trabalhadora torna-se eminente na medida em que esta abarca a maior parte da população usuária atendida pela profissão. Diante disso, compreender as devidas mediações em que a “questão social” se origina e desenvolve no Brasil, bem como a formação da classe trabalhadora – dentro da perspectiva em que enfatizamos neste trabalho – se constitui em uma medida necessária se quisermos construir uma literatura de base no interior do Serviço Social que venha a englobar a diversidade de determinações em que as relações sociais se produzem no Brasil, bem como das manifestações da “questão social”, de forma a não reproduzir meramente uma fração da realidade socio-histórica nacional.

CAPÍTULO I

1 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL: DA INDEPENDÊNCIA À PRIMEIRA REPÚBLICA

Ao longo de quatro séculos o capitalismo veio se desenvolvendo gradualmente no Brasil com características singulares em cada uma de suas fases que se relacionam com as particularidades históricas de um país forjado pela secular exploração colonial, e suas múltiplas consequências, e situado à margem dos países capitalistas centrais. Para nos debruçarmos acerca do desenvolvimento capitalista no Brasil, de forma a atender os objetivos deste trabalho, utilizaremos a periodização realizada por Fernandes (2006), que divide o desenvolvimento do capitalismo no Brasil em três fases. A primeira fase diz respeito ao período que se inicia com a abertura dos portos, em 1808, “até aos meados ou à sexta década do século XIX (tomando-se [...] as evidências históricas da crise estrutural irreversível do sistema de produção escravista)” (Ibid., p. 263-264). O autor denomina este estágio como “uma fase de transição neocolonial” (Ibid., p. 263), momento em que emerge no Brasil um tipo de mercado capitalista moderno, divergindo do mercado tipicamente colonial¹.

Naquele momento a cidade começava a se tornar um centro de movimentação de capital, gerado por parte do excedente econômico que começava a ser direcionado para atividades “fora do circuito da produção escravista” (Ibid., p. 263), estimulando a “passagem do entesouramento tradicionalista e da acumulação estamental para transações especulativas mais abstratas e complexas” (Ibid., p. 263-264). Tudo isto em concomitância à existência do trabalho escravizado ainda em lenta dissolução, visto que, conforme apontado por Fernandes (2006, p. 267), o “setor agrário não dispunha de base material para arriscar-se a romper com o regime de

¹ Acerca da distinção entre o mercado tipicamente colonial e o mercado capitalista moderno, de acordo com Fernandes (2006, p. 265), “sob o sistema colonial, processava-se uma drenagem extrema e rígida do excedente econômico, que deixava o mercado correspondente sem qualquer função econômica regulativa no fluxo da expropriação colonial (esta se fixava de fora para dentro, através de mecanismos administrativos, políticos e legais, que dispensavam a intervenção reguladora do mercado ou a utilizavam como mero elemento mediador)”. Ao contrário do mercado colonial, “é preciso avaliar o mercado capitalista moderno em termos exclusivos de suas dimensões. Para se compreender a sua importância, seja inicialmente, seja como base da evolução ulterior para o capitalismo competitivo, é necessário levarem-se em conta três enlances distintos, que definem, em conjunto, o que ele representava para a dinamização da vida econômica. Primeiro, o enlace da economia interna com o mercado mundial e o mercado externo hegemônico (no caso, da Inglaterra) [...]. Segundo, o enlace do mercado capitalista moderno à cidade e à sua população, que serviam de suporte imediato ao seu funcionamento e crescimento [...]. Terceiro, o enlace do mercado capitalista moderno com o sistema de produção escravista” (Ibid., p. 264-265). Para informações mais detalhadas acerca do mercado capitalista moderno, cf. Fernandes (2006).

trabalho escravo, com a propriedade servil e com o sistema de produção escravista [...]”. Além do mais:

Engenhos, fazendas e sítios (deixando-se de lado esferas da economia) teriam de permanecer na era do trabalho escravo, como se constituíram sob o sistema colonial, para que toda a complexa transição neocolonial se tornasse possível e a revolução urbana pudesse iniciar-se, forjando o patamar necessário para a economia funcionar com êxito e para a transformação capitalista subsequente (Ibid., p. 266-267).

A segunda fase se situa entre a sexta década do século XIX até meados da quinta década do século XX, correspondendo a “[...] fase de formação e expansão do capitalismo competitivo [e] se caracteriza pela consolidação e disseminação desse mercado e por seu funcionamento como fator de diferenciação do sistema econômico” (Ibid., p. 263). É neste período que o trabalho escravizado é extinto, a industrialização começa a desabrochar e se dinamizar, mesmo que de forma embrionária, a economia urbano-comercial se intensifica e o setor agroexportador entra em efervescência, constituindo-se a *base da economia* brasileira.

Na terceira e última fase, o desenvolvimento capitalista se consolida no Brasil, a classe burguesa nacional – e toda a complexidade que a envolve – opta por se aliar ao capital internacional monopolista e a relação de dependência externa é estabelecida por completo. Fernandes (2006, p. 264) destaca que, “[...] embora tendências para essa evolução sejam anteriores, ela só se acentua no fim da década de 50 e só adquire caráter estrutural posteriormente à ‘Revolução’ de 64”. Também podemos caracterizar este período como a fase da consolidação da *modernização conservadora* no Brasil². Ortiz (2007, p. 77-78) complementa ao demonstrar que:

assim, o quadro, pautado na adequação das características de um capitalismo de “feição concorrencial” – ainda sob o estilo manufatureiro, muda no segundo pós-guerra, e mais precisamente no caso brasileiro, a partir dos anos 50 [...]. Assiste-se no Brasil à expansão e o fortalecimento de um processo iniciado há décadas [referimo-nos à década de 30], de gradual substituição do modelo econômico agro-exportador para o fortalecimento da atividade industrial como base da economia brasileira [...].

² Ao abordar a modernização conservadora, Fernandes (1995, p. 147-148) desenvolve o conceito de “mudança social conservadora” ao expor que “[...] ele pressupõe exterminação parcial ou global dos componentes reformistas-radicais e revolucionários da inovação e da mudança. Alterações tecnológicas ultramodernas tendem a gerar concomitantes muito avançados e intrinsecamente revolucionários. Eles são ou expurgados, por diversos mecanismos de controle explícito ou latente, ou eliminados, por manipulações de consciência e da percepção dos estratos sociais e raciais subalternizados. Submetidos ao padrão da ‘moda’ e à rápida substituição, tais inovações e mudanças não ‘contaminam’ mentes e corações. [...] O essencial consiste no fato de que o raio da mudança é circunscrito e suas manifestações são canalizadas para um contexto psicossociológico, cultural e político especificamente autoritário e imobilista. Abortam, assim, os principais efeitos criadores potenciais da mudança e se multiplicam as interferências de controle intolerante, indireto ou direto, que a limitam à reprodução da ordem social vigente, dissociando-se a mudança de rupturas com a tradição cultural e com as estruturas de poder existentes. O elemento conservador ganha, pois, uma enorme vitalidade graças e através da mudança social, que o deveria modificar rapidamente ou suprimi-lo por impactos imediatos”.

A fim de alcançar o objetivo primário deste trabalho, nos limitaremos a resgatar as duas primeiras fases do desenvolvimento capitalista situados por Fernandes (2006), principalmente entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Com isto, a seguir examinaremos brevemente algumas características econômicas, políticas e sociais que permearam a sociedade brasileira do final da monarquia até à Primeira República através de uma bibliografia composta por Coutinho (2011), Fausto (2006), Ianni (1977; 2004), Netto (1996) e Ortiz (2007).

1.1 TRANSIÇÕES POLÍTICAS: DE “UMA MONARQUIA ENTRE REPÚBLICAS” À OLIGARQUIA REPUBLICANA

1.1.1 Colapso do colonialismo, independência política e manutenção do regime monárquico

O abalo e o fim do *Ancien Régime*, gestado pelas ideias e desdobramentos do pensamento ilustrado europeu e do liberalismo econômico, provocou uma generalizada e irreversível crise do sistema colonial pelo mundo ocidental, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII. Com as revoluções burguesas europeias, o amadurecimento e a expansão do capitalismo internacional, o fim das práticas mercantilistas – e, conseqüentemente, colonialistas –, tornou-se fundamental para a reprodução do modo de produção capitalista à nível global. Mediante a necessidade do capital de generalizar a força de trabalho livre e ampliar o mercado capitalista, o fim do trabalho escravizado havia sido decretado pelos países capitalistas centrais, num contexto onde a implementação dos Estados-nações era a panaceia para os recentes países descolonizados.

O fim do Brasil colonial foi contornado por implicações restritas da metrópole portuguesa e sua relação com as potências europeias e por conseqüências internas ao nosso país. Portugal estava em crise política e econômica, sendo agudizada pela fuga da Coroa da metrópole³ e a abertura dos portos em 1808. Em linhas gerais, posterior aos desdobramentos da

³ “A guerra que Napoleão movia na Europa contra a Inglaterra, em princípios do século XIX, acabou por ter conseqüências para a Coroa portuguesa. Após controlar quase toda a Europa ocidental, Napoleão impôs um bloqueio ao comércio entre a Inglaterra e o continente. Portugal representava uma brecha no bloqueio e era preciso fechá-la. Em novembro de 1807, tropas francesas cruzaram a fronteira de Portugal com a Espanha e avançaram em direção a Lisboa. O Príncipe Dom João, que regia desde 1792, quando sua mãe Dona Maria fora declarada louca, decidiu-se, em poucos dias, pela transferência da Corte para o Brasil. Entre 25 e 27 de novembro de 1807, centenas de pessoas embarcaram em navios portugueses rumo ao Brasil, sob a proteção da frota inglesa. Todo o aparelho burocrático vinha para a Colônia: ministros, conselheiros, juizes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, patentes do exército e da marinha, membros do alto clero. Seguiam também o tesouro real, os arquivos

Revolução Portuguesa⁴ de 1820 na relação metrópole-colônia, receoso de perder seu trono, o rei Dom João VI retorna à Portugal e, após a escolha do príncipe regente, Dom Pedro, de permanecer na colônia em 1821, a independência foi formalizada⁵ no dia 7 de setembro de 1822 com um rei português comandando um novo país.

Distintamente do que se passou nas demais ex-colônias, “[...] exemplo único na história da América Latina, o Brasil ficou sendo uma monarquia entre repúblicas” (FAUSTO, 2006, p. 146). Embora Fernandes (2006) apresente a visão de que a Independência do Brasil não tenha recebido o devido “valor histórico e sociológico”, apresentando-a como “a primeira grande revolução social que se operou no Brasil” (Ibid., p. 49), visto que, “com ela, instaura-se a formação da *sociedade nacional*” e o “marco histórico definitivo da ‘era colonial’ e agora “o poder deixar[ia] de se manifestar como *imposição de fora para dentro, para organizar-se de dentro [...]*” (Ibid., p. 49-50, grifo do autor). Fausto (2006, p. 146) também chama atenção que, em sua perspectiva, “admitido o uso da força e as mortes daí resultantes, a consolidação da Independência se fez em poucos anos, sem grandes desgastes. Mais do que isso, [...] não resultou em maiores alterações da ordem social e econômica, ou da forma de governo”. Portanto, há que se concordar que, ainda que se constituindo como uma nação politicamente independente, o Estado nacional brasileiro buscou formas de legitimação por meio da permanência do regime monárquico, organizando-se de uma forma que “[...] o que prevaleceu foi o passado, a continuidade colonial, o escravismo, o absolutismo” (IANNI, 2004, p. 14).

O modo pelo qual se organizou o Estado nacional garantiu a continuidade, o conservantismo, as estruturas sociais herdadas do colonialismo, o lusitanismo. Ao longo do século XIX, durante o Império, o Brasil permaneceu mais ou menos lusitano. Um lusitanismo subjacente ao regime monárquico, à casa real herdada de Portugal, à legitimidade monárquica. Encontrou na fórmula monárquica como um modo de garantir a legitimidade de que necessitava o regime criado com a Independência. As forças que predominaram na organização do Primeiro Reinado, das regências e do Segundo Reinado garantiram a continuidade, sob o regime monárquico, manto da legalidade metafórica herdada do colonialismo absolutista [...]. A persistência do escravismo e os artifícios do manto monárquico configuravam um poder estatal com as características de uma administração distante, estranha, alheia aos interesses populares. A legitimidade alcançada pelos construtores do Estado nacional, quando

do governo, uma máquina impressora e várias bibliotecas que seriam a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro” (FAUSTO, 2006, p. 120-121).

⁴ “Em agosto de 1820, irrompeu em Portugal uma revolução liberal inspirada nas idéias ilustradas. Os revolucionários procuravam enfrentar um momento de profunda crise na vida portuguesa. Crise política, causada pela ausência do rei e dos órgãos de governo; crise econômica, resultante em parte da liberdade de comércio de que se beneficiava o Brasil; crise militar, consequência da presença de oficiais ingleses nos altos postos do exército e da preterição de oficiais portugueses nas promoções. Basta lembrar que, na ausência de Dom João, Portugal foi governado por um conselho de regência presidido pelo marechal inglês Beresford. Depois da guerra, Beresford se tornou comandante do Exército português” (FAUSTO, 2006, p. 129-130).

⁵ Importante ressaltar que, embora declarada em 1822, a consolidação da independência se deu nos anos seguintes no decorrer de conflitos sociais, econômicos e políticos, em sua maioria entre arranjos e rearranjos entre as classes dominantes – entre aitos e pactos entre si – especialmente diante da profunda instabilidade política no Brasil recém independente.

resolveram pelo regime monárquico, teve sempre o jeito de uma legitimidade imposta não só pelo alto, mas estrangeira, no sentido de indiferente aos movimentos mais gerais da sociedade (IANNI, 2004, p. 14; 20).

Todavia, apesar da indiferença e estranheza na relação entre a elite que comandava o novo Estado independente e os variados segmentos sociais, “[...] a monarquia e os interesses que ela simbolizava foram postos em causa pelos movimentos sociais locais, regionais e nacionais” (Ibid., p. 14), além da influência da dinâmica internacional. Mediante a situação de crise político-econômica da monarquia, distintos grupos sociais inquietaram-se sob forte influência das ideias liberais e republicanas advindas dos centros capitalistas. O descontentamento de alguns elementos constituintes da elite econômica e de setores médios da sociedade com o denominado “atraso do país” frente às potências capitalistas demandava dos governantes a chamada “modernização” do Brasil. A preocupação com os problemas nacionais tornou-se central e a nova pauta discutida. Ficava cada vez mais evidente que a monarquia estaria sobrevivendo sobre os seus últimos dias, como veremos a seguir.

1.1.2 Após sessenta e sete anos de independência, a Primeira República

Cerca de sessenta e sete anos após o país se tornar independente de Portugal, surge a Primeira República brasileira. Nas palavras de Ianni (2004, p. 19), “[...] a Declaração de Independência arrastou-se pelo século XIX [...]” e somente no ano de 1889 a monarquia chega ao fim e a República é declarada mediante a uma “[...] iniciativa quase exclusiva do Exército, que deu um pequeno, mas decisivo empurrão para apressar a queda da Monarquia [...]” (FAUSTO, 2006, p. 235), além da participação de uma parte da burguesia cafeeira de São Paulo. Como ocorrido na Proclamação da Independência, foi assistido mais uma vez no país um episódio de transformação política “pelo alto”⁶, à margem de uma efetiva participação popular. Baseado em Caio Prado Júnior, Coutinho (2011, p. 213) enfatiza que:

[...] as condições estavam preparadas para mais uma “revolução passiva”, aquela que leva à criação da república oligárquica. Caio Prado não deixa de registrar o fato, ainda que só de passagem, quando observa que a proclamação da República mobilizou tão

⁶ Termo elaborado por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* – publicado no final da década de 1940 – para explicar processos de transformações sociais e políticas sem a mobilização da participação popular e o triunfo da hegemonia por uma classe ou fração de classe que conquista o poder político e a extinção da antiga ordem social. Coutinho (2011, p. 210) aponta que: “[...] consiste numa sequência de manobras ‘pelo alto’, de conciliações entre diferentes segmentos das elites dominantes, com a consequente exclusão da participação popular. Decerto, a ‘revolução passiva’ opera mudanças necessárias ao ‘progresso’, mas o faz no quadro da conservação de importantes elementos sociais, políticos e econômicos da velha ordem”. Além disto, as massas são abertamente reprimidas e grupos da oposição podem ser cooptados por meio de alianças – processo este denominado por Gramsci como “transformismo”.

pouco as camadas populares que “uma simples passeata militar foi suficiente para lhe arrancar [do Império] o último suspiro”.

Cabe aqui destacarmos uma característica de grande importância daquilo que se conservou no Brasil: a manutenção dos grandes latifúndios, herdados da era colonial, havendo uma “[...] adaptação da ‘grande exploração rural’ escravista [...] ao capitalismo – uma adaptação que conserva, além da grande propriedade, traços servis nas relações de trabalho”⁷ (Ibid., p. 206). Não é coincidência que uma parcela dos altos cargos políticos na recém República tenha sido preenchida pelos “barões do café” do Oeste Paulista. Portanto, diante do cenário apresentado, podemos afirmar que a via não “clássica”⁸ foi a forma em que o capitalismo se desenvolveu no Brasil visto que a estrutura agrária pouco se dinamizou, a velha classe latifundiária permaneceu ocupando o poder político no aparelho estatal, ainda que em conjunto com a insurgente burguesia nacional e suas frações de classe, e o *ethos* colonial⁹ se sobrepôs às relações de trabalho já pautadas no trabalho livre. Isto é:

[...] o que no Brasil se adaptou ‘conservadoramente’ ao capitalismo foi [...] uma forma de latifúndio peculiar: uma exploração rural de tipo *colonial* (ou seja, voltada desde as origens para a produção de valores de troca para o mercado externo) e fundada em relações *escravistas* de trabalho (Ibid., p. 206, grifo do autor).

⁷ Uma particularidade dos traços servis nas relações de trabalho é a coerção extraeconômica do trabalhador, principalmente na área rural, no sentido em que há maiores riscos de ser coagido a realizar funções para além da esfera do trabalho, invadindo sua vida privada e familiar. Coutinho (2011, p. 206-207) acrescenta que “[...] tudo isso encontra sua máxima expressão [...] na completa ausência de direitos social-trabalhistas no campo, situação que vigorou até recentemente (e, de certo modo, continua a vigorar até hoje)”.

⁸ Também chamado de “via prussiana”, a via não “clássica” é um conceito teórico criado por Lenin para definir um tipo peculiar de modernização agrária que divergia da via “clássica” (ou “americana”). De acordo com o autor, juntas constituiriam as duas maneiras fundamentais de como o capitalismo resolveria a questão agrária. Coutinho (2011, p. 205) explica que: “a via ‘clássica’ implica uma radical transformação da estrutura agrária: a antiga propriedade pré-capitalista é destruída, convertendo-se em pequena exploração camponesa. Nesse caso, não só desaparecem as relações de trabalho pré-capitalistas, fundadas na coerção extraeconômica sobre o trabalhador, mas também é erradicada a velha classe rural dominante, já que são eliminadas as formas econômicas em que ela se apoiava e de cuja reprodução dependia a sua própria reprodução como classe. Diverso é o caso da ‘via prussiana’: aqui a velha propriedade rural, conservando sua grande dimensão, vai se tornando progressivamente empresa agrária capitalista, mas no quadro da manutenção de formas de trabalho fundadas na coerção extraeconômica, em vínculos de dependência ou subordinação que se situam fora das relações ‘impessoais’ do mercado, e que vão desde a violência aberta até a intromissão na vida privada do trabalhador. É evidente que isso permite a conservação [ou mesmo o fortalecimento] do poder político do velho tipo de proprietário rural, que continua a ocupar postos privilegiados no aparelho de Estado da nova ordem capitalista”.

⁹ Acerca da permanência do *ethos* colonial nas relações de trabalho após o fim da escravidão, Ortiz (2007, p. 72-73) aponta que “[...] as relações de trabalho, embora pautadas no trabalho livre – pós-Abolição, não dispensaram os traços do regime de trabalho anterior, nas quais é possível identificar relações de mando fortemente concentradas. Entretanto, o trabalho livre mostrou logo algumas dificuldades em face da dinâmica da grande lavoura cafeeira, como por exemplo, o clima de instabilidade que o trabalhador poderia trazer potencialmente ao fazendeiro empregador [...]. Essa instabilidade, gerada pela própria condição do trabalhador livre, não acontecia com o escravo, que impedido de deixar a fazenda, era obrigado a manter-se preso a seu proprietário, sob pena das maiores punições. O fazendeiro contratante, mal acostumado com a forma que tradicionalmente lidava com seus escravos, demorou a se adaptar ao novo regime, e por muitas vezes, tentava manter esse trabalhador ‘preso’ por dívidas contraídas na própria propriedade”.

No quadro internacional, no momento em que o Brasil vivenciava um tipo de capitalismo competitivo em expansão e se inseria no mercado mundial como uma economia exportadora de alimentos e bens-primários, as principais potências econômicas começavam a movimentar seus capitais excedentes para as ex-colônias – as nações periféricas – em busca de nichos lucrativos para aplicação daqueles capitais através de grupos monopolistas, ao passo que a periferia concentrava, de forma geral, potencialidades objetivas para a sua inversão imediata. A realidade é que o controle das economias periféricas se tornava central para a sobrevivência capitalista tanto pela sua função de suprir as necessidades primárias da grande indústria internacional que estava em efervescência, quanto “[...] porque nela[s] se achava[m] o último espaço histórico disponível para a [sua] expansão [...]” (FERNANDES, 2006, p. 297).

O período situado entre o final do século XIX e o início do século XX representou, portanto, uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo a nível mundial: a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista – momento em que, conforme Netto (1996, p. 15-16), “[...] a sociedade burguesa ascende à sua maturidade histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que [...] tornam mais amplos e complicados os sistemas de mediação que garantem a sua dinâmica [...]”, ou seja, as contradições e tendências gerais próprias do sistema capitalista alcançam um nível superior de objetivação – “[...] o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições [...]” (Ibid., p. 15) –, porém mantendo os fundamentos centrais sem os quais não se reproduziria enquanto sistema, como a exploração da força de trabalho e o regime de propriedade privada dos meios de produção fundamentais. Em suma, o capitalismo se metamorfoseia conforme sua necessidade de autorreprodução.

Assim, a necessidade de auto-reprodução impõe para o capitalismo a sua rearticulação no mercado mundial nas diferentes fases deste modo de produção, revolucionando simultaneamente suas bases materiais e ideológicas, a partir de um amplo processo de modernização. Este congrega, ao mesmo tempo, a continuidade dos fundamentos que constituem o modo de ser da ordem burguesa com freqüente rearranjo de suas feições (ORTIZ, 2007, p. 42).

Neste novo estágio de desenvolvimento capitalista, as grandes empresas capitalistas, organizadas em grandes monopólios¹⁰ “[...] obedece[ram] à urgência de viabilizar um objetivo

¹⁰ Netto (1996, p. 16-17) elenca uma série de fenômenos que este tipo de organização insere na dinâmica econômica capitalista: “a) os preços das mercadorias (e serviços) produzidas pelos monopólios tendem a crescer progressivamente; b) as taxas de lucro tendem a ser mais altas nos setores monopolizados; c) a taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência descendente da taxa média de lucro (Mandel, 1969, 3: 99-103) e a tendência ao subconsumo; d) o investimento se concentra nos setores de maior concorrência, uma vez que a inversão nos monopolizados torna-se progressivamente mais difícil (logo, a taxa de lucro que determina a opção do investimento se reduz); e) cresce a tendência a economizar trabalho ‘vivo’, com a introdução de novas tecnologias; f) os custos de venda sobem, com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado – o que, por outra parte, diminui

primário: *o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados [...]*” (NETTO, 1996, p. 16, grifo do autor), realizado “[...] desde o ‘acordo de cavaleiros’ à fusão de empresas, passando pelo *pool*, o cartel e o truste” (Ibid., p. 16). Netto (1996, p. 19) também chama atenção que à diferença do capitalismo concorrencial, a “anarquia da produção” (Op. cit. p. 19), isto é, “a ‘livre concorrência’ é convertida em uma luta de vida ou morte entre os grupos monopolistas e entre eles e os outros, nos setores ainda não monopolizados” (Ibid., p. 19), portanto ela não é extinta.

Um aspecto de extrema importância que se entrelaça com o aumento do movimento internacional do capital, na era monopólica, assim como a internacionalização da produção, diz respeito ao fenômeno da supercapitalização, que consiste na dificuldade de valorização do capital – mesmo sendo utilizado como autofinanciamento nos próprios monopólios, a princípio –, posto que cresce com maior velocidade do que consegue ser investido, porquanto o próprio monopólio limita a sua inversão imediata. Conforme Netto (1996, p. 18), “é próprio do capitalismo monopolista o crescimento exponencial desses capitais excedentes, que se tornam tanto mais extraordinários quanto mais se afirma a tendência descendente da taxa média de lucro”. E é justamente este movimento que impele os grupos monopolistas a buscar mecanismos de contornar a supercapitalização, ainda que não a solucionem de fato:

de um lado, a emergência da indústria bélica, que se converte em ingrediente central da dinâmica imperialista; de outra, a contínua migração dos capitais excedentes por cima dos marcos estatais e nacionais; e, enfim, a “queima” do excedente em atividades que não criam valor (NETTO, 1996, p. 18).

É nisto que Fernandes (2006) afirma sobre ser a periferia o último local existente para a expansão do capital: ele necessariamente teria de migrar para se valorizar e se reproduzir, além de que os países periféricos se mostravam demasiadamente chamativos uma vez que “[...] a mão-de-obra é abundante, tendendo a ser mais frágil politicamente e mais barata; as matérias-primas costumam ser mais atraentes financeiramente; além dos poucos ou inexistentes entraves geopolíticos e tributários para o livre trânsito do capital” (ORTIZ, 2007, p. 45). Diante disto, por fim, podemos retomar aquela ideia inicial de que o capitalismo, na luta pela sua sobrevivência, isto é, para atender sua constante necessidade de autorreprodução, termina por se adaptar à estrutura socioeconômica imperante numa determinada sociedade, não sendo indispensável a ruptura total com ela, dinâmica que ocorreu na expansão capitalista no Brasil. A consequência deste movimento resulta que o capitalismo:

os lucros adicionais dos monopólios e aumenta o contingente de consumidores improdutivos (contrarrestando, pois, a tendência ao subconsumo)”.

desenvolve-se de forma desigual em termos mundiais, e ao mesmo tempo, combinada, isto é, não se apresenta uniformemente em todas as partes do globo porque exige para sua manutenção [...] que alguns países se mantenham sempre em níveis inferiores de produtividade e inovação face aos países considerados centrais, assumindo, assim, o papel de produtores de matérias-primas, por um lado, e, consumidores de tecnologia e produtos acabados, por outro (ORTIZ, 2007, p. 41-42).

1.2 ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

1.2.1 Eugenia, mestiçagem e política imigratória: imigração seletiva e anseio pela branquura

Essa é uma importante parte da história que se revela nos escritos e nas atuações de Tavares Bastos, Sílvio Romero, José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Raul Pompéia e outros. Dedicaram-se a refletir sobre o que era o século XIX brasileiro, e como ele estava deslocado, atrasado, quando visto em contraponto com os países capitalistas mais desenvolvidos e a partir das potencialidades das forças sociais regionais e nacionais. Aproveitaram-se dos ensinamentos liberais, positivistas, evolucionistas, darwinistas e outros, para estudar e explicar o que era e como poderia transformar a sociedade, a economia, a população, a cultura, o Estado, a *nação* [...]. Eram evidentes o ecletismo, o anacronismo e o exotismo, se pensamos nas convergências e nos desencontros entre as idéias e a realidade. A realidade social, econômica, política e cultural com a qual se defrontavam intelectuais, escritores, políticos, governantes, profissionais liberais e setores populares não se ajustava facilmente às idéias e aos conceitos, aos temas e às explicações emprestados às pressas de pensamentos elaborados em países da Europa. Estava em curso uma fase importante no processo de *construção de um pensamento capaz de pensar a realidade nacional* [...]. Uma solução muito frequente, no pensamento e na prática, era a combinação de diversas correntes de idéias e distintas práticas, em um singular amálgama de alguma eficácia. Os desafios da *realidade social* eram, em última instância, uma referência constante, necessária, decisiva (IANNI, 2004, p. 15; 17-18, grifo nosso).

Quando mencionamos que parte da elite começou a expressar sua insatisfação contra a monarquia fundamentados no pensamento liberal e republicano europeu em meados do século XIX, esperamos por assinalar apenas agora que, em meio àquele fervilhar de ideias e daquela ansiedade coletiva, a intelectualidade brasileira também absorveu o que havia de mais “moderno” para explicar a realidade social nacional: as teorias racistas da Europa ocidental. Num contexto científico de intenso estudo da evolução dos seres vivos e de desenvolvimento de teorias da hereditariedade, parte da ciência se alia ao racismo¹¹ e muitos cientistas se voltam

¹¹ Em seu artigo, numa nota de rodapé, Seyferth (1994, p. 177) traz um importante trecho acerca de como o racismo aliado à ciência toma proporções gigantescas a partir do século XIX: “O racismo resultou de uma sobreposição da ideologia (de superioridade da raça branca) à ciência, no contexto do expansionismo europeu, da luta de classes, da revolução de 1848, da emergência do socialismo, da cristalização dos nacionalismos etc. Os pressupostos da desigualdade biológica com referência à humanidade, portanto, não abrangiam apenas as chamadas ‘raças inferiores’ (os não brancos), mas também as ‘classes inferiores’, o ‘sexo inferior’, os ‘grupos étnicos inferiores’, etc. Afinal, para muitas doutrinas racistas, os europeus verdadeiramente superiores eram homens da classe dominante (aristocracia e burguesia); as mulheres, as classes trabalhadoras (camponeses, operários etc.), os pobres em geral, os ciganos, os judeus e muitos outros penavam no inferno da inferioridade biológica e da dominação

para estudar a sociedade a partir das leis da biologia alegando suposta neutralidade, objetividade e legitimidade científica de suas teses racistas¹². No século XIX, ideias racistas como as de Gabineau, Chamberlain e Lapouge repercutiram até o próximo século. Em meados do século XIX, o cientista Francis Galton (1822-1911) esboçava sobre a ideia de que “a aptidão humana seria função da hereditariedade, não da educação” (STEPAN, 2014, p. 30) e no final daquela centúria, em 1883, Galton originava o termo eugenia “[...] (do grego *eugen-s*, ‘bem nascido’) para representar as possíveis aplicações sociais do conhecimento da hereditariedade para obter-se uma desejada ‘melhor reprodução’” (Ibid., p. 9). Apesar de diversificadas, tais teorias confluíam para um argumento em comum: da superioridade racial do branco europeu em relação a qualquer outra raça.

Guardadas as diferenças da interpretação, todas elas tinham em comum um dogma de que a diversidade humana, anatômica e cultural, era produzida pela desigualdade das raças; e a partir deste dogma, produziram-se hierarquias raciais que invariavelmente localizavam os europeus civilizados no topo, os negros “bárbaros” e os índios “selvagens” se revezando na base, e todos os demais ocupando as posições intermediárias (SEYFERTH, 1996, p. 43).

Conforme mencionado por Ianni (2004), havia uma preocupação por parte da elite política e intelectual com o futuro dos recentes Estados-nações latino-americanos que, segundo as principais teorias racistas europeias, estariam destinados a uma sociedade atrasada e condenados à degeneração racial como fruto de sua mestiçagem. Diante disto, restava a dúvida para a maioria dos cientistas latino-americanos sobre como construir uma nação, com uma identidade racial única, a partir de seu passado colonial, pois, embora a ideia de nação propagandeada¹³ em nosso continente fosse a “nação europeia”, os países latino-americanos eram ex-colônias, o que significava que a exploração e a escravização dos povos nativos e africanos impostas pela colonização europeia tornou-se um fator crucial nas relações sociais daquelas regiões: ali estavam postas relações étnico-raciais e culturais diversas das existentes

legítima. É bom lembrar, porém, que nem o etnocentrismo, nem o racismo, são produtos exclusivos do século XIX; mas foi nele que ganharam o respaldo das ciências”.

¹² Um detalhamento sobre estas teorias estará contido no Capítulo 3.

¹³ A ideia veiculada era de que uma verdadeira nação seria constituída pelo conjunto dos seguintes fatores presentes em um mesmo território sob o domínio político de um poder central, cuja coincidência é bastante improvável: um só povo, uma só raça, uma só linguagem, uma só crença, uma só cultura, enfim, uma única identidade dividida entre todos os sujeitos da referida (e hipotética) “nação”. Conforme Seyferth (1996, p. 41): “De fato, em muitos casos, o conteúdo político do conceito de nação é suplantado pela idéia de nacionalismo, que atribui valor excessivo à individualidade nacional – a nacionalidade pensada como atributo natural. E tal individualidade é, em parte, construída sobre a idéia de raça, por um lado, e sobre a concepção de língua nacional e cultura (ou civilização), por outro lado – o que resulta na equação 1 povo (raça) + 1 cultura (civilização) + 1 língua = 1 nação! A este esquema se acrescentou o Estado e este devia coincidir com a Nação, conforme pode ser verificado na maior parte das ideologias nacionalistas. Segundo Banton (1977:7), ‘os que pregaram o nacionalismo no século XIX estavam ansiosos por juntar em unidades políticas singulares os povos que eles pensavam ter uma origem comum. Os grupos intermediários e as minorias nacionais destruíram este esquema”.

nos países europeus, deste modo, transpor a modernidade europeia para a América se tornaria um grande desafio. No entanto, apesar da elite intelectual ter se revestido das teorias europeias – e também estadunidenses –, a América Latina produziu sua própria eugenia e teorias racistas.

No Brasil, tornou-se comum na literatura científica temas como os “benefícios” e/ou “malefícios” da mestiçagem, a teoria dos “bem-nascidos” (a eugenia), a “arianização” – termo utilizado por Oliveira Viana – e como construir um “tipo nacional” brasileiro¹⁴. A área médica foi uma grande protagonista na formulação, propagação e institucionalização da eugenia no século XX, como ainda veremos. Intelectuais brasileiros, em geral, trataram rapidamente de produzir suas próprias interpretações da nova ciência da hereditariedade combinada às urgentes soluções para os “problemas sociais” brasileiros, que comumente eram atribuídos pelos pensadores da época à existência de “venenos raciais” e à “degeneração racial” provocada pela mestiçagem. Nomes consagrados e conhecidos por suas obras e atividades político-intelectuais, como Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e Gilberto Freyre, faziam parte do grupo da elite pensante em prol de resolver o “problema nacional”, principalmente após a abolição da escravidão em 1888.

No Brasil, por exemplo, os temas de degeneração tropical e racial infestavam as obras médicas, bacteriológicas e sociais, do início do século XIX até quando já ia bem avançada a década de 1930, período das teorias revisionistas do sociólogo Gilberto Freyre. Especialmente após a abolição da escravatura, em 1888, a ciência foi cada vez mais usada – como o fora na Europa desde o iluminismo – para definir até que ponto a “natureza” limitaria a igualdade social e política da nova república em relação aos negros e mulatos (STEPAN, 2014, p. 54).

Diante disso, a mestiçagem e a ideia de branqueamento da população caminhavam juntos e as teorias eram reformuladas ou revistas ao longo das décadas do predomínio da eugenia no pensamento social da elite brasileira. Segundo Stepan (2014, p. 167), “o mito do branqueamento repousava a racionalização de um desejo de uma elite que controlava uma sociedade multirracial dominada pelo racismo – uma ânsia por um sentimento real de brasilidade em um país dividido por raça e classe”. Assim, a aspiração por uma sociedade brasileira branca se tornava cada vez mais intensa e teorias que vinham se desdobrando desde meados do século XIX ganhavam ainda mais força entre o final daquele século e início do século XX. Seyferth (1994, p. 179) explica que “a tese que se desenha no final do século XIX é a da possibilidade do branqueamento da raça através da miscigenação seletiva e da imigração européia”.

A concepção de branqueamento tinha como pressupostos a crença na desigualdade das raças, na superioridade dos brancos, na inferioridade de negros e amarelos em

¹⁴ Um resumo acerca da eugenia no Brasil, bem como os principais autores e ideias serão apresentadas no Capítulo 3.

geral, na incapacidade de negros e índios se tornarem civilizados e, sobretudo, na inferioridade da grande maioria dos mestiços. Nossos cientistas discrepam dos europeus apenas ao conceber um tipo mestiço superior - justamente o que “se branqueia”. E aí está o ponto principal desta ideologia: afirma que certos mestiços são melhores que a massa de trabalhadores nacionais destinada ao desaparecimento progressivo por sua inata incapacidade de adaptação a uma nação civilizada, vítima irremediável da “inexorável” seleção natural/social. O postulado de uma política intensa de incentivo à imigração branca, portanto, está relacionado a esta crença acerca dos efeitos mortais da “civilização” sobre os povos considerados racialmente inferiores (Ibid., p. 182-183).

Embora as tentativas de imigração no Brasil tivessem ocorrido desde o início da segunda metade do século XIX, foi apenas no final do século que o seu incentivo aumentou, tornando-se uma política nacional. Tomando como exemplo o estado de São Paulo, em 1871 é lançada uma lei provincial que fornecia subsídios¹⁵ para fazendeiros inserirem imigrantes em suas fazendas, apesar disto foram poucos os imigrantes entre os anos de 1875 e 1879 que entraram em São Paulo, onde “[...] registrou-se o ingresso de apenas 10 455 pessoas, uma cifra muito abaixo das necessidades da produção cafeeira” (FAUSTO, 2006, p. 207), porém a partir da década de 1880 o fluxo imigratório cresce. Em 1886 é fundada a Sociedade Promotora da Imigração que tinha o objetivo de atrair imigrantes europeus para as lavouras de café. Segundo Fausto (2006), a instituição publicava folhetos em português, alemão e italiano destacando as vantagens da imigração para São Paulo e ocultando os problemas sociais existentes no país a fim de mostrar o quão atrativo poderia ser imigrar para nossas terras. Um escritório da Sociedade Promotora chegou a ser inaugurado na cidade de Gênova, Itália. Fausto (2006, p. 207-208) salienta que “nos últimos anos do Império, a imigração para São Paulo de qualquer procedência, saltou dos 6 500 pessoas em 1885 para 91 826 em 1888. Neste último ano, os italianos constituíam quase 90% do total”. E esse salto foi apresentado na realidade nacional como um todo, porém principalmente nas regiões centro-sul e sudeste do país, onde em 1920, por exemplo, 93,4% dos imigrantes viviam nestas regiões (FAUSTO, 2006). De acordo com alguns dados expostos por Fausto (2006, p. 275), de maneira geral:

Cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil entre 1887 e 1930. O período 1887-1914 concentrou o maior número, com a cifra aproximada de 2,74 milhões, cerca de 72% do total. [...] A Primeira Guerra Mundial reduziu muito o fluxo de

¹⁵ Ao longo dos anos, a subvenção variou, incluindo a hospedagem por oito dias na capital, em um prédio construído pelo governo, e o transporte para as fazendas. A Hospedaria de Imigrantes do Brás, completada em 1888, em substituição à velha Hospedaria do Bom Retiro, foi edificada por iniciativa do presidente da província, Antônio de Queirós Teles. O prédio até hoje existente tinha capacidade para abrigar cerca de 4 mil pessoas. A atração dos imigrantes se fez através de companhias particulares, sem fins lucrativos, cujos recursos provinham do Estado. Em 1884, foi aprovada uma lei que indica bem o sentido da política de mão-de-obra do governo provincial. Criou-se o imposto anual por escravo empregado na agricultura, a ser pago em dobro quando se tratasse de escravo destinado a outras ocupações. *A renda seria usada para custear os serviços de imigração*” (Ibid., p. 206, grifo nosso).

imigrantes, mas após o fim do conflito (1918) constatamos uma nova corrente imigratória que se prolonga até 1930.

Mais dados apresentados por Fausto (2006) demonstram a preferência de imigrantes europeus pela elite brasileira, refletida nas políticas governamentais de imigração, onde, tendo em vista o total de imigrantes ingressados no país no período entre os anos de 1887 e 1930, “os italianos formaram o grupo mais numeroso, com 35,5% do total, vindo a seguir os portugueses (29%) e os espanhóis (14,6%)” (Ibid., 2006, 276). Uma minoria não-branca também ingressou no país, como os japoneses¹⁶, os sírios-libaneses e os judeus¹⁷ (FAUSTO, 2006). Diante disto, vemos como o incentivo governamental brasileiro à imigração era político e racialmente orientado ao ingresso de europeus no país¹⁸. Parte do discurso da elite era que tais imigrantes ingressariam para substituir a mão de obra negra escravizada supostamente não qualificada, principalmente para o trabalho industrial que estava em formação no Brasil. No entanto, a imigração europeia também corroborou para a almejada injeção de “sangue ariano” numa população majoritariamente negra¹⁹, apresentando-se como necessária para cura dos males sociais e morais do país, na perspectiva da elite brasileira. De acordo com Stepan (2014, p. 53),

¹⁶ “Em 1920, 87,3% dos japoneses moravam nesse Estado [de São Paulo]. A primeira leva chegou a Santos em 1908, com destino às fazendas de café. Apesar da dificuldade de fixar os japoneses nas fazendas, a administração paulista, até 1925, concedeu em vários anos subsídios para a imigração japonesa. No curso da Primeira Guerra Mundial, com a interrupção do fluxo europeu, havia o temor de que ‘faltassem braços para a lavoura’. A partir de 1925, o governo japonês passou a financiar as viagens dos imigrantes. Os japoneses, por essa época, já não eram encaminhados para as fazendas de café. Eles se fixaram no campo por mais tempo do que qualquer outra etnia, mas como pequenos proprietários, tendo um papel expressivo na diversificação das atividades agrícolas” (Ibid., p. 276).

¹⁷ De acordo com Fausto (2006, p. 279, grifo nosso), “[...] os dois grupos se concentraram, desde sua chegada, principalmente nas cidades. Ambos constituíram também uma imigração espontânea, *não subsidiada* [...]. Os sírios-libaneses começaram a chegar ao Brasil, em números significativos, no começo do século; os judeus vieram depois, sobretudo a partir da década de 1920. Muitos sírio-libaneses iniciaram a vida na nova terra como mascates, vendendo mercadorias de porta em porta, ou de porteira em porteira, nas pequenas cidades de interior e nas fazendas. Depois, no correr dos anos, vários deles se tornaram comerciantes com negócios instalados e industriais. Essa trajetória foi semelhante à de muitos judeus, que partiram da condição de mascate, substituindo os sírio-libaneses, com mais tempo no país e já em ascensão”.

¹⁸ “A aceitação da tese do branqueamento implicou no apoio a uma política imigratória visando introduzir no Brasil apenas imigrantes brancos. O efeito prático esperado era a assimilação cultural e física desses elementos, sendo freqüentes nos discursos os termos ‘caldeamento’, ‘mistura’, ‘fusão’ e ‘miscigenação’; e sua incorporação total a uma nação brasileira ideal, configurada como ocidental, de civilização latina e população de aparência branca. [...]; os imigrantes europeus serviriam, entre muitas outras coisas, para branquear essa população mestiça que, mesmo concebida como inferior em raça e cultura, tinha a missão de abrasileirá-los. Dito em outras palavras, o ideário do branqueamento afirmava a inferioridade irremediável de grande parte da população nacional (negros, índios e mestiços de todos os matizes), mas imaginava que esta mesma população poderia transformar em brasileiros/latinos todos aqueles brancos ‘superiores’ encarregados de fazê-la ‘desaparecer’ fenotipicamente. Nesta lógica, foram condenadas as imigrações asiáticas e negras pelo que poderiam representar de atraso ou comprometimento do processo de branqueamento” (SEYFERTH, 1994, p. 181-182).

¹⁹ Com população negra estamos abarcando africanos e nacionais – ou seja, seus descendentes mestiços –, nas condições de livre, liberto e escravizado. O mesmo se aplica às demais menções ao longo do trabalho, principalmente pela razão de que a maior parte da conjuntura analisada se volta para um período em que o trabalho escravizado não se encontrava extinto.

a “mão-de-obra imigrante branca, acreditava-se, contribuiria para a formação de uma sociedade mais progressista e para a melhoria da imagem do país como nação potencialmente branca”. Diante disso, podemos ver que as políticas de imigração foram fundamentais no projeto de nação construído pela elite brasileira. Um projeto que, nas palavras de Stepan (2014, p. 175), “uniu eugenistas e políticos”. Tomando como exemplo, no século XX, no interior da discussão acerca da questão racial e política imigratória na Assembleia Constituinte de 1933-34, o debate entre políticos e intelectuais se acirrava na definição da lei de imigração seletiva para as próximas décadas. Diante das deliberações, Stepan (2014, p. 176) afirma que:

o resultado dos vários argumentos foi uma lei de imigração eugênica e racial que estabeleceu cotas raciais, bem como comprovações econômicas e outros testes de adequação para entrada no país. Estas cotas foram estabelecidas em 2% da população total para cada “nacionalidade”. A política de exclusão afetou principalmente os japoneses e os judeus, que eugenistas e outros estereotiparam como elementos “não assimiláveis” no corpo político. Estas imagens negativas e a nova lei de imigração seletiva tiveram o efeito de barrar a entrada aos judeus que fugiam da perseguição nazista. As cláusulas de restrição à imigração da Constituição de 1934 foram mantidas na de 1937 – a Constituição do Estado Novo –, ratificando, assim, o compromisso com o branqueamento, a eugeniação e a homogeneização como política oficial do Estado-nação.

Alguns dados revelam que os imigrantes europeus ingressavam tanto em postos industriais quanto eram destinados a trabalhos nas lavouras do café, principalmente os italianos a partir da ascensão do Oeste Paulista. Segundo Fausto (2006, p. 279), “[...] entre 1887 e 1900, 73% dos imigrantes que entraram no Estado de São Paulo eram italianos, embora nem todos tenham-se fixado na agricultura”. O autor também menciona que entre aqueles que conseguiam ascensão socioeconômica por meio da agricultura, a maioria se concentrava entre pequenos e médios proprietários de terra, enquanto que poucos alcançavam lugares privilegiados na agroindústria. Diante disto:

O censo agrícola de São Paulo, realizado em 1934, revelou que 30,2% das terras estavam em mãos de estrangeiros, cabendo aos italianos 12,2%, aos espanhóis 5,2%, aos japoneses 5,1%, aos portugueses 4,3% e o restante a outras nacionalidades. Esses números exprimem apenas parte da ascensão dos imigrantes, pois não incluem seus descendentes, que, é claro, tinham nacionalidade brasileiras (Ibid., p. 281).

O autor também relata que um segmento de imigrantes que conseguia melhores oportunidades de trabalho eram os importadores, explicando que “[...] esta atividade facilitava contatos para importar maquinaria e era uma fonte de conhecimento sobre onde se encontravam as possibilidades de investimento mais lucrativo no país” (Ibid., p. 288). Dentro das indústrias, os imigrantes poderiam ingressar como trabalhadores ou capitalistas, este último em menor escala. O emprego de mão-de-obra imigrante nas indústrias foi abundante. Na capital de São Paulo, no ano de 1893, por exemplo, 70% dos trabalhadores eram imigrantes. Naquele mesmo,

no Rio de Janeiro, mesmo com um número reduzido, ainda havia um importante quantitativo de 39% dos trabalhadores empregados nas fábricas (Ibid., p. 287).

1.2.2 Monocultura exportadora e industrialização

Como abordamos, além de designados para postos industriais os imigrantes também eram destinados às lavouras de café, porém a mão de obra mais utilizada no apogeu da cafeicultura era a escravizada, especialmente na região do Vale do Paraíba, quando o seu ápice ainda coincidia com a legalidade do trabalho escravizado no Brasil. Conforme Fausto (2006, p. 192). “[...] boa parte da expansão do tráfico de escravos se deveu às necessidades da lavoura de café”. O autor destaca que, segundo dados oficiais, entre 1811 e 1820 a entrada de africanos escravizados no Brasil havia sido de 32.700 pessoas, enquanto que no período sucessivo entre 1821 e 1830, havia ingressado 43.140. Naqueles mesmos períodos, os portos das cidades da Bahia e do Rio de Janeiro receberam juntos 53% e 69% do total de pessoas escravizadas, respectivamente. Mesmo após o fim oficial do tráfico de africanos escravizados, em 1850, os proprietários de terra buscavam mão de obra a partir de outros estados brasileiros, intensificando o tráfico interprovincial da força de trabalho escravizada.

Entre 1864 e 1874, o número de escravos no Nordeste declinou de 774 mil (45% do total de escravos existentes no Brasil) para 435 687 (28% do total). No mesmo período, nas regiões cafeeiras, a população escrava aumentou de 645 mil (43% do total de escravos) para 809 675 (56% do total) e só na Província de São Paulo o número de cativos dobrou passando de 80 mil a 174 622 (Ibid., p. 204).

A produção de café foi um importante protagonista no êxito da agroexportação brasileira, junto com a produção de algodão e açúcar. A produção de café para a exportação ocorria desde as primeiras décadas do século XIX, mas as primeiras sementes chegaram ao país no século XVIII, em 1727 no estado do Pará. “Utilizado no consumo doméstico, o café chegou ao Rio de Janeiro por volta de 1760, misturando-se aos pequenos cultivos de pomares e hortas dos arredores da capital da Colônia” (Ibid., p. 186). Embora fosse consumido no Brasil, sua expansão se deu em grande medida pela intensa absorção do mercado externo, tendo os Estados Unidos como o principal importador de café brasileiro, além de outros países europeus (Ibid., p. 189)²⁰. Com a expansão de sua produção exclusivamente para a exportação, iniciada no Vale

²⁰ “Apesar dos Estados Unidos serem o principal país importador de café brasileiro, a Inglaterra até a década de 1870-1880 figurou em primeiro lugar entre os países de destino das mercadorias exportadas pelo Brasil. Entre 1870 e 1873, correspondeu à Inglaterra 39,4% do valor das exportações brasileiras, vindo a seguir dos Estados Unidos com 28,8%. Tomando-se os mesmos anos como referência, verificamos que o Brasil importava bens predominantemente da Inglaterra (53,4% do valor total), vindo a França em um distante segundo lugar (12,5%)” (Ibid., p. 239).

do Rio Paraíba²¹ – região localizada entre Rio de Janeiro e São Paulo – e migrando posteriormente para o Oeste Paulista²², o centro econômico do país foi movido completamente para o Centro-Sul, em meados do século XIX.

Conforme Ortiz (2007, p. 63), “os investimentos para a plantação de café eram altíssimos, em função de seu retorno demorado, o que inviabilizava a participação de pequenos agricultores nesse tipo de negócio [...]”, provocando, assim, uma forte concentração do poder econômico e político em torno de um pequeno grupo de proprietários de terra – aqueles que podiam investir –, nomeados, mais tarde, como “barões do café”²³. Na realidade, a autora nos mostra que “[...] a existência da monocultura intensiva de produtos agrícolas ou de matérias-primas, voltada exclusivamente para exportação [...] consistiu na expressão histórica dessa concentração” (Ibid., p. 63), ocasionando que nem mesmo a independência ou a instauração da república tenha despontado uma inflexão muito distinta daquela estrutura econômica. A cafeicultura também exigiu investimentos pesados em infraestrutura que, até o final do século XIX, o Brasil ainda não dispunha ou carecia em sua maioria, mesmo nas principais cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo. A função do Estado neste cenário se tornou fundamental, bem como a atuação do capital estrangeiro no desenvolvimento de setores estratégicos para a expansão de uma economia capitalista baseada na agroexportação, a exemplo dos investimentos em estradas de ferro e portos.

É no curso de meados do século XIX e início do século XX, já constituído como um Estado formalmente independente, que o Brasil se insere na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) como produtor de matérias-primas, tendo na agroexportação sua base econômica, sendo este setor um importante impulsionador da industrialização no país visto que o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil se deu em estreita vinculação com o setor agrário exportador. Historicamente, pela dinâmica própria do sistema colonial, a agricultura teve uma profunda importância na economia brasileira. Cumprindo seu objetivo primário de abastecer a

²¹ “A área era conhecida e cortada por alguns caminhos e trilhas que, desde os tempos de apogeu da mineração, se dirigiam a Minas Gerais; aí existiam terra virgem disponível e clima favorável. Além disso, a proximidade do porto do Rio de Janeiro, apesar do transporte ser precário, facilitava o escoamento do produto e os contatos para obtenção de crédito, a compra de mercadorias etc.” (Ibid., p. 186).

²² Um fato curioso acerca da localização desta região é explicado por Fausto (2006, p. 200) ao relatar que: “nas referências históricas, essa região não corresponde rigorosamente ao oeste geográfico. Ela abrange a área que vai de Campinas a Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Catanduva, na linha férrea da Campanha Paulista; e de Campinas para Piraçununga, Casa Branca e Ribeirão Preto, na Estrada de Ferro Mojina”.

²³ Termo designado para caracterizar a elite cafeeira que se conformou num tipo de “aristocracia” que surgiu desde que a agroexportação do café se constituiu como a base da economia brasileira, principalmente após o desapontamento do Oeste Paulista. A importância do setor cafeeiro e sua permanência por décadas como sustentáculo econômico do país resultou na consolidação de uma poderosa elite social de grande força política e econômica. Com isto, durante todo o Estado Oligárquico os “Barões do Café” estiveram de algum modo exercendo seu poder dentro do aparelho estatal.

metrópole portuguesa²⁴ com alimentos e matérias-primas, quando colônia, o Brasil se destacou nas produções de cana, tabaco, cacau, borracha, algodão e o café, preservando a dinâmica de exportação de produtos agrícolas após sua independência de Portugal. O modelo agroexportador como base econômica se arrasta até a metade do século XX, momento em que o desenvolvimento capitalista no Brasil cria laços efetivos com o capital estrangeiro, acentuando a relação de dependência sob uma nova dinâmica. No entanto, até a chegada deste momento, conforme Ortiz (2007, p. 63) destaca:

Enquanto o mundo ocidental, especialmente europeu, passava a assentar suas bases econômicas e políticas na grande indústria monopolista, no Brasil, observava-se, no século XIX, o fortalecimento da cultura agrícola por meio do café, tornando-se a base da economia brasileira. Sua organização se dava sob a forma de “plantation”, em grande escala, e pela via do trabalho escravo e depois dos imigrantes europeus.

O vínculo umbilical da agroexportação com o desenvolvimento industrial no Brasil ocorre uma vez que o país apenas conseguia importar bens de capital – instrumentos, maquinário e tecnologia – necessários para a instalação e funcionamento das fábricas através do montante recebido das exportações de café, principalmente, já que carecia de uma indústria de base. Desta forma, na medida em que a industrialização necessitava se expandir, uma maior quantidade de divisas – que nada mais é que capital em moeda internacional – era necessária para suportá-la. Como consequência, a forma adotada pelas classes dominantes de industrializar o país termina por agudizar ainda mais a dependência econômica externa. Com isto, a conservação da monocultura do café não restringiu o desenvolvimento capitalista no Brasil, muito pelo contrário, serviu de suporte para a sua expansão. Confirmamos isto naquilo que Ortiz (2007) discorre ao comentar que “[...] a permanência por um longo período da lógica e da dinâmica da monocultura oligárquica [...] serviu-lhe [à implantação da ordem burguesa] de esteio e fundamento, dentro da lógica monopolista de desenvolvimento desigual e combinado” (p. 64).

²⁴ Ressaltamos que o abastecimento da colônia não se restringia a metrópole portuguesa. Conforme Fausto (2006, p. 47-48), de forma geral: “a política portuguesa consistirá no incentivo à empresa comercial, com base em uns poucos produtos exportáveis em grande escala e assentada na grande propriedade. Essa diretriz deveria atender aos interesses de acumulação de riqueza da Metrópole lusa, em mãos dos grandes comerciantes, da Coroa e seus afilhados. Como Portugal não tinha o controle dos circuitos comerciais na Europa, controlados, ao longo dos anos, principalmente por espanhóis, holandeses e ingleses, a mencionada diretriz acabou por atender também ao conjunto da economia europeia”.

1.2.3 Expansão urbano-comercial e diversificação industrial

Em um comparativo da diferenciação das atividades agrícolas e o setor industrial no século XIX, Fausto (2006, p. 237) nos mostra que, “considerando-se as pessoas em atividade em 1872, 80% se dedicavam ao setor agrícola, 13% ao de serviços e 7% à indústria”. Vale enfatizar que o setor de serviços se referia em grande maioria a empregados domésticos e a mineração era incluída como pertencente à indústria. Apesar da baixa atividade industrial e de uma urbanização regionalmente concentrada, as mudanças que vinham ocorrendo no país desde a metade do século XIX, com o fim oficial do tráfico dos povos africanos e a Lei de Terras, viabilizaram uma liberação de capitais que permitiu sua inversão em atividades de especulação e bancárias, comércios, manufaturas, oficinas e demais negócios, como em empresas de navegação e na melhoria do sistema de transporte, que era muito debilitado.

Como ilustração, em 1861 é inaugurada a Estrada União e Indústria, com uma extensão de 144 quilômetros de rodovia, ligando Petrópolis a Juiz de Fora. Desde 1852, a Corte havia passado a incentivar investimentos em estradas de ferro que ligassem, a princípio, a Capital, Minas Gerais e São Paulo, concedendo a empresas privadas o privilégio de zona e a garantia de juros²⁵ (Ibid. p. 198). Em 1854, a primeira estrada de ferro brasileira foi inaugurada, ligando o porto de Mauá à estação de Frágoso, em Magé, atualmente. Os investimentos ferroviários eram primordiais para a melhoria da transportação de mercadorias até os principais portos do Brasil, garantindo o desempenho da economia de exportação. Como eram investimentos de alto custo, era necessário apoio financeiro internacional na aplicação de capital. Não era novidade a presença de capital inglês no país, tendo em vista as relações internacionais desde o Brasil Colônia, desta forma a maior parte do montante de capital investido na construção das estradas foi fornecido pela Inglaterra, tanto por meio de empresas estrangeiras instaladas no Brasil quanto de forma indireta, através de empréstimos, agudizando a situação de dependência econômica entre Brasil e as nações imperialistas. De acordo com Fausto (2006, p. 199):

a construção de ferrovias e a navegação a vapor revolucionaram a economia inglesa entre 1840 e 1880, incrementando a produção da indústria pesada do ferro, do aço e do carvão. A acumulação de capitais tornou possível a concessão de empréstimos e investimentos no exterior, sendo as inversões em ferrovias um setor privilegiado.

²⁵ Estes termos dizem respeito ao Decreto nº 641 de 26 de junho de 1852 em que, dentre outros pontos, o Governo concedia um prazo que não poderia exceder a noventa anos, levando-se em consideração o tempo de planejamento do projeto da estrada de ferro, no qual a empresa contratada teria o privilégio de explorar o local da construção, ficando proibido de “[...] outra empresa ferroviária estabelecer-se a menos de trinta quilômetros de cada lado da linha construída” (FAUSTO, 2006, p. 198). A Corte também garantia juros de até cinco por cento do capital investido na construção.

As primeiras indústrias no Brasil já poderiam ser vistas em meados do século XIX. Em geral, eram dedicadas à produção de tecido de algodão de baixa qualidade absorvida pelo mercado interno, constituído basicamente pelas camadas populares. “A Bahia foi o primeiro núcleo das atividades do ramo, reunindo cinco das nove fábricas existentes no país por volta de 1866” (Ibid., p. 286). Porém, quando a industrialização passou a se concentrar no Centro-Sul²⁶, era a cidade do Rio de Janeiro o local que abrigava as fábricas mais importantes do país. “Excluindo-se a agroindústria do açúcar, por volta de 1889, a capital do país detinha 57% do capital industrial brasileiro” (Ibid. p. 286). Até 1890, a cidade do Rio de Janeiro era o único grande centro urbano do país, possuindo 522 mil habitantes, sendo, mais tarde, desbancada pelo estado de São Paulo, que crescia a partir da expansão do café no Oeste Paulista e das imigrações. Fausto (2006) identifica algumas razões da antiga capital do Brasil ter abrigado a maior porcentagem de capital industrial até o final do século XIX, ao considerar que em torno da cidade existia um acúmulo de capitais da empresa agrícola e dos negócios exteriores após a falência do setor cafeeiro no Vale do Paraíba, abrindo um espaço para o financiamento e investimento de capitais em outras atividades por parte dos bancos. Junto com isto, a instauração das ferrovias havia propiciado a formação de um pequeno mercado interno de consumo, a partir do abastecimento das cidades próximas à capital.

Além do mais, por ser uma cidade portuária que vinha se desenvolvendo a longas décadas, o Rio de Janeiro não necessitava de uma grande logística de transporte dos insumos importados indispensáveis para o funcionamento das fábricas a vapor, como o carvão importado, que compensou a instabilidade do funcionamento das anteriores fábricas movidas à água (FAUSTO, 2006). Por último, a congruência destes fatores tornava a cidade um grande polo de atração de pessoas que serviriam de mão de obra para o trabalho nas primeiras fábricas, mais precisamente, a população local – trabalhadores livres, libertos e escravizados – e, mais tarde, os imigrantes. Outro fator que permitiu a ascensão do Rio de Janeiro como o principal

²⁶ Podemos verificar o soerguimento das regiões sul e sudeste como potências econômicas e a decadência do nordeste como uma das consequências da especificidade da organização econômica brasileira: a monocultura voltada para a exportação. Ortiz (2007, p. 64) nos chama a atenção que “tais diferenças regionais explicam-se, do ponto de vista interno, a partir do entendimento de que o modelo exportador de produtos agrícolas e de matérias-primas deu margem aos inúmeros ciclos econômicos, cuja exaustão dos recursos naturais, engendrava novos ciclos, deixando para trás, isolados, e à própria sorte, os anteriores. Foi assim com a cana, o cacau, o tabaco, a borracha, o algodão, a mineração, e por último, o café”. E mais: “Já o sudeste [sobretudo São Paulo] movido e movendo economicamente, até a entrada do século XX, todo o país com a monocultura de café, gerou em torno de si um apreciável acúmulo de capitais e desenvolvimento em infra-estrutura. Com o fim do ciclo do café, essa região se abre para as primeiras iniciativas do ramo industrial; enquanto o norte, centro-oeste e nordeste permanecem em profunda estagnação” (Ibid., p. 66). Fausto (2006, p. 190) complementa que: “em função do café, aparelharam-se portos, criaram-se empregos e novos mecanismos de crédito, revolucionaram-se os transportes. Isto não ocorreu da noite para o dia. Houve um processo relativamente longo de decadência do Nordeste e de fortalecimento do Centro-Sul, que se tornou irreversível por volta de 1870”.

centro econômico do país foi a vinda da família Real para o Brasil. Com o título de Distrito Federal desde 1763, o Rio de Janeiro tornou-se uma cidade altamente privilegiada, ganhando maior popularidade e prestígio após a Corte portuguesa se instalar na capital, em 1808. Fausto (2006, p. 127) aponta que:

[n]o período de permanência de Dom João VI no Brasil, o número de habitantes da capital dobrou, passando de cerca de 50 mil a 100 mil pessoas. Muitos dos novos habitantes eram imigrantes, não apenas portugueses, mas espanhóis, franceses e ingleses que viriam a formar a classe média de profissionais e artesãos qualificados.

Outra região que crescia era o estado de São Paulo. A industrialização já vinha ocorrendo desde 1870 na região, se fortalecendo após a abolição da escravidão. Um elemento fundamental neste processo foi o êxito do setor cafeeiro no Oeste Paulista, principalmente após a construção de uma estrada de ferro que ligava Santos à Jundiaí, em 1868 (Ibid., p. 201). “A expansão do café gerou uma rede de núcleos urbanos: Jaú (1858); Ribeirão Preto (1870); Barretos (1874); São José do Rio Preto (1879); Bauru (1880), que se tornaram centros de pequena produção industrial e de consumo” (Ibid., p. 203). De acordo com Fausto (2006), foi entre 1890 e 1900 que a capital de São Paulo cresceu exponencialmente, passando de 64.934 para 239.820 habitantes. De quinto lugar, em 1890, passou para a segunda capital mais populosa do país, ficando atrás apenas da cidade do Rio de Janeiro. Em vista disto, podemos ver uma similaridade com a expansão urbana que ocorreu no estado do Rio de Janeiro ligada à cafeicultura agroexportadora, na medida em que na região paulista:

Os negócios do café lançaram as bases para o primeiro surto da indústria por várias razões: em primeiro lugar, ao promover [...] os empregos urbanos vinculados ao complexo cafeeiro, criaram um mercado para produtos manufaturados; em segundo, ao promover o investimento em estradas de ferro, ampliaram e integraram esse mercado; em terceiro, ao desenvolver o comércio de exportação e importação, contribuíram para a criação de um sistema de distribuição de produtos manufaturados. Por último, lembremos que as máquinas industriais eram importadas e a exportação do café fornecia os recursos em moeda estrangeira para pagá-las (Ibid., p. 287).

Além destes fatores, as atividades agroexportadoras no estado de São Paulo também fomentaram a diversificação das atividades industriais, bancárias e de serviços. Mediante a necessidade de expansão do capital, os proprietários dos cafezais – burguesia do café – passaram a investir naqueles setores, como fez o senador Lacerda Franco, latifundiário e proprietário de uma empresa de corretagem de café que, de acordo com Fausto (2006, p. 287), “proclamada a República, obteve a concessão para criar um banco de emissão e iniciou uma grande fábrica de tecidos em Sorocaba. Mais tarde, fundou outra menor em Jundiaí, uma companhia telefônica e foi diretor da Companhia Paulista de Estradas de Ferro”.

Em relação aos dados populacionais, a nível nacional, em 1819, haviam 4,6 milhões de habitantes, aumentando para 9,93 milhões, em 1872, e 14,333 milhões de pessoas, em 1890 (FAUSTO, 2006, p. 236). Ainda de acordo com as observações do autor, no ano de 1872, “Minas Gerais continuava a ser a província mais povoada, com aproximadamente 2,1 milhões de habitantes, vindo a seguir de Bahia com 1,38 milhão. Pernambuco e São Paulo tinham populações muito semelhantes, em torno de 840 mil pessoas” (Ibid., p. 236). Já a proporção entre a população livre, liberta e escravizada, Fausto (2006, p. 226) aponta que:

[...] apesar da precariedade dos números, constatamos que, no fim do período colonial, os libertos ou livres representavam 42% da população de origem africana (negros ou mulatos) e 27,8% do total da população brasileira, enquanto os escravos correspondiam a 38,1% desse total. Segundo os dados do recenseamento de 1872, libertos ou livres eram 73% da população de origem africana e 43% do total da população brasileira, sendo escravos 15% deste total.

Ao avançarmos para as primeiras duas décadas do século XX, podemos visualizar um maior crescimento da atividade industrial no Centro-Sul, quadro que, como vimos, já havia se encabeçado pela região por volta da metade do século XIX, ainda que de forma embrionária. “Considerando-se o valor da produção industrial, em 1907 o Distrito Federal surgia na frente dos Estados com 33,2% da produção, seguido de São Paulo com 16,6% e o Rio Grande do Sul com 14,9%” (Ibid., p. 288). Já no ano de 1920, a maior porcentagem do valor da produção industrial é passada para São Paulo, com a cidade do Rio de Janeiro em 20,8% e Rio de Grande do Sul, 11%. (Ibid., p. 288). Os mais importantes ramos da indústria eram o têxtil, o de alimentação, em conjunto com o de bebidas e vestuário. Diversas fábricas têxteis conseguiram alcançar até mais de mil operários, sendo este ramo um dos que havia maior quantidade de capital investido, principalmente as de tecido de algodão. Conforme Fausto (2006, p. 288), “[...] por volta da Primeira Guerra Mundial, 80% dos tecidos consumidos no país eram nacionais, indicando uma melhora de sua qualidade”. Até mesmo após uma crise na indústria têxtil, na década de 1920, a sua produção se mostrou razoável.

O autor também indica que, embora seja usual referenciar que as consequências da Primeira Guerra Mundial tenham fomentado a industrialização nacional, tendo em vista o protecionismo internacional que atenuou a concorrência de produtos nacionais com os importados, “[...] a década de 1920 foi pelo menos tão significativa quanto os anos de guerra, pois nela começaram a aparecer tentativas de superar os limites de expansão industrial” (Ibid., p. 288), podendo ser visto, por exemplo, na criação da Siderúrgica Belgo-Mineira, no estado de Minas Gerais, em 1924, e da Companhia de Cimento Portland, no estado de São Paulo, em 1926, que iniciaram sua produção mediante estímulo governamental. Além do mais, “[...] a

partir da experiência e dos lucros acumulados na Primeira Guerra, pequenas oficinas de consertos foram se transformando em indústrias de máquinas e equipamentos” (Ibid., p. 288-289). Porém, apesar de certo avanço na indústria de base, até então o investimento neste setor era insuficiente para sustentar uma expansão industrial de maior envergadura, criando uma dependência de importações. De todo modo, o estímulo à industrialização pelo Estado oligárquico, especialmente no que diz respeito à indústria de base, não foi uma política econômica prioritária. Fausto (2006) defende que embora o Estado não tenha “adotado um comportamento antiindustrialista” (Ibid., p. 289), sua atenção era voltada majoritariamente para o setor agroexportador e esteve “[...] longe de promover uma política deliberada de desenvolvimento industrial” (Ibid., p. 289).

Houve proteção governamental em certos períodos à importação de maquinaria, reduzindo-se as tarifas alfandegárias. Em alguns casos, o Estado concedeu empréstimos e isenção de impostos para a instalação de indústrias de base. Por outro lado, a tendência a longo prazo das finanças brasileiras no sentido da queda da taxa de câmbio tinha efeitos contraditórios em relação à indústria. A desvalorização da moeda encarecia a importação de bens de consumo e, portanto, estimulava a indústria nacional, mas, ao mesmo tempo, tornava mais cara a importação de máquinas de que o parque industrial dependia (Ibid., p. 289).

1.2.4 Crise econômico-política: fim da Primeira República e “Revolução” de 1930

Apesar de apresentar um importante desenvolvimento urbano, comercial e manufatureiro-industrial, o final do século XIX e o início do século XX foi marcado por uma grande crise financeira e de instabilidade política no Brasil. Ianni (1977, p. 15-16) destaca que “[...] antes de 30 o sistema político e econômico brasileiro já se defrontava com problemas estruturais e conjunturais típicos de uma economia dependente, isto é, economia primária exportadora”. Ortiz (2007, p. 69) ratifica discorrendo que a instabilidade econômica se constituiu como uma das características principais em razão da base econômica ser a “[...] exportação de produtos agrícolas e matérias-primas [em detrimento das necessidades precípuas da população, pondo a necessidade de importação até dos gêneros alimentícios mais triviais] [...]”, ou seja, o Brasil dependia diretamente dos países capitalistas centrais como suporte de sua economia. Com isso, momentos de crises internacionais afetavam intimamente a economia brasileira, “[...] como o que aconteceu em 1929 e nas duas guerras mundiais, quando a demanda por produtos dessa natureza tendeu à queda, gerando uma crise de superprodução e subconsumo” (Ibid. p. 69).

[...] o fim do século XIX e início do século XX são marcados por um período de profunda crise financeira, fortalecendo a subordinação efetiva do Brasil [e a opção de sua burguesia por essa condição] com o propósito de não correr maiores riscos à grande burguesia imperialista internacional, que para negociar os compromissos

financeiros não honrados pelo Brasil, impõe, já naquela época, um significativo conjunto de medidas de austeridade, dentre elas, a redução das despesas públicas e o aumento de impostos. O capital financeiro será o grande beneficiário deste processo de reformas, pois caberá a ele, na figura de alguns bancos, fiscalizar o cumprimento das medidas (Ibid., p. 70)

Diante da necessidade de caros investimentos que a produção e exportação de café demandava, representando em grande parte os interesses da nascente burguesia cafeeira e da velha classe latifundiária, o Estado republicano adotou políticas econômicas que agudizaram a crise financeira, mediante o aumento da emissão de papel moeda, engendrando o aumento da taxa de câmbio, desvalorizando a moeda nacional. O propósito deste movimento seria de garantir o lucro da cafeicultura exportadora em moeda nacional, enquanto que o encarecimento das importações seria distribuído por toda a sociedade, isto é, as perdas seriam socializadas pelo conjunto da população. Todavia, mesmo com tais tentativas de contenção da crise econômica do setor cafeeiro, “[...] a cafeicultura começava a dar sinais de esgotamento: franca capacidade de produção, por um lado; e preços em declínio, por outro” (Ibid., p. 69-70). A situação creditícia brasileira também enfrentava graves problemas uma vez que, mediante a instabilidade econômica e política, a obtenção de crédito internacional havia sido obstaculizada, até mesmo pela dificuldade do país em honrar seus antigos compromissos financeiros internacionais.

Em outras palavras, não havia mais dúvidas que a cafeicultura estava em franco esgotamento e qualquer esforço financeiro estatal na tentativa de amenizar a situação terminava por prejudicar a sociedade como um todo e, ainda assim, o Estado oligárquico permaneceria executando políticas econômicas na tentativa de valorização do café acentuando o quadro grave econômico. Enquanto isto, críticas e insatisfações por parte das demais regiões – ou seja, das elites latifundiárias regionais não vinculados ao setor cafeeiro – quanto às decisões econômicas federais se intensificavam, a destacar aquelas que voltavam para a exigência por um maior retorno financeiro para seus estados. Somando-se a isto, os desentendimentos que minavam dentro das próprias oligarquias tradicionais que estavam no poder tomavam maiores proporções. Não é à toa que o país vivenciava uma campanha eleitoral turbulenta nos anos de 1929-1930. Concomitantemente, a presença cada vez mais significativa no cenário político de certos grupos no interior da sociedade terminaram por contribuir, ainda que indiretamente, para o desmoronamento da República Oligárquica, como a consolidação do proletariado enquanto classe e seu vínculo com o emergente Partido Comunista do Brasil (PCB), a expansão das camadas médias urbanas, o descontentamento militar com sua expressão no tenentismo, entre outros fatores.

Em consequência da incipiente industrialização havida nas décadas anteriores, do crescimento do setor terciário e da própria urbanização, surgiram novos grupos sociais, particularmente os primeiros núcleos proletários e os princípios da burguesia industrial; além de expandir-se bastante a classe média. Foi nesse ambiente urbano mais complexo e parcialmente independente da cultura agrária que surgiram, na década dos vinte, vários movimentos políticos e artísticos novos: fundou-se o *Partido Comunista do Brasil*, em 1922; surgiram as primeiras manifestações do *tenentismo*, o qual exprimia os interesses, os ideais e as ambições políticas de alguns setores do Exército; fundou-se um partido político de inspiração fascista, com a *Legião do Cruzeiro do Sul*, em 1922; e realizou-se a *Semana da Arte Moderna*, em S. Paulo, também em 1922, quando se manifestaram alguns jovens artistas da vanguarda [...] (IANNI, 1977, p. 17, grifo do autor).

Somado aos elementos listados acima, no plano internacional a crise econômica mundial de 1929 golpeava a economia e política brasileira, atingindo diretamente o setor cafeeiro que já vinha se arrastando em seus próprios períodos de crise. “Com a crise [mundial de 1929], os preços internacionais caíram bruscamente. Como houve retração do consumo, tornou-se impossível compensar a queda dos preços com a ampliação do volume de vendas” (FAUSTO, 2006, p. 320). Uma das consequências da baixa realização da produção cafeeira foi o endividamento dos fazendeiros que haviam contraído empréstimos²⁷ para investir nas plantações de café. Com o endividamento, os cafeicultores recorreriam ao governo federal, apelando por mais levas de financiamentos e pelo prolongamento do prazo de pagamento das dívidas anteriores, todavia a solicitação foi negada, o que gerou atritos entre o setor cafeeiro e o governo federal. Não obstante, por outro lado, Ianni (1977, p. 18) aponta que a crise da cafeicultura:

[...] “produziu” uma consciência mais clara dos problemas brasileiros. Todas as classes sociais, inclusive a própria burguesia associada à cafeicultura, foram obrigadas a tomar consciência – novamente e de modo mais completo – das limitações econômico-financeiras inerentes a uma economia voltada fundamentalmente para o mercado externo.

No interior da crise, a denominada Revolução de 1930 era encaminhada em meio a uma marcha interna que vinha ocorrendo desde a década de 1920 no país, em que, de modo geral, o descontentamento de diversos setores e grupos sociais dominantes com o governo das oligarquias latifundiárias regionais – que seguiam no poder político por décadas – provocou revoltas civis e militares nas principais cidades, cujo objetivo principal era derrubar os antigos oligarcas a fim de alcançar ascensão política para um maior controle econômico do Brasil.

²⁷ “A defesa permanente do café gerara a expectativa de lucros certos, garantidos pelo Estado. Em consequência, as plantações se estenderam no Estado de São Paulo. Muita gente tomou empréstimos a juros mensais de 2% - uma taxa na época muita alta – para plantar café. A safra de 1927-1928 chegou a quase 30 milhões de sacas, sendo quase duas vezes superior à média das últimas três. Esperava-se que 1929 fosse um ano de produção reduzida, dada a alternâncias de boas e más safras. Mas provavelmente as boas condições climáticas e a melhora no trato dos cafezais fizeram com que isto não acontecesse” (FAUSTO, 2006, p. 320).

Fausto (2006, p. 325) chama a atenção para a heterogeneidade dos envolvidos na deposição política das oligarquias ao apontar que “a Revolução de 1930 não foi feita por representantes de uma suposta nova classe social: a classe média ou a burguesia industrial²⁸”, mas que:

[...] os vitoriosos de 30 compunham um quadro heterogêneo, tanto do ponto de vista social como político. Eles tinham-se unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diversas: os velhos oligarcas, representantes típicos da classe dominante de cada região do país, desejavam apenas maior atendimento à sua área e maior soma pessoal de poder, com um mínimo de transformações; os quadros civis mais jovens inclinavam-se a reformular o sistema político e se associavam transitoriamente com os tenentes, formando o grupo dos chamados “tenentes civis”; o movimento tenentista – visto como uma ameaça pelas altas patentes das forças armadas – defendia a centralização do poder e a introdução de algumas reformas sociais; o Partido Democrático – porta-voz da classe média tradicional – pretendia o controle do governo do Estado de São Paulo e a efetiva adoção dos princípios do Estado liberal, que aparentemente asseguraria o seu predomínio (Ibid., p. 326).

De maneira geral, podemos dizer que “[...] o conjunto das atividades estatais, no período de 1930-45, assinalam a agonia do Estado de tipo oligárquico e o desenvolvimento do Estado *propriamente burguês*” (IANNI, 1977, p. 14, grifo nosso). Em outras palavras, há uma cisão política, econômica, social e cultural com o Estado oligárquico (Ibid., p. 18), na medida em que este “[...] se rompe internamente, pela impossibilidade de acomodarem-se às tensões e conciliarem-se os contrários liberados pela crise política e econômica mundial e interna” (Ibid., p. 18-19). Ao mesmo tempo, devemos destacar que, inicialmente, a ruptura não foi tão expressiva resultando numa transição de poder político sem muitos abalos: “[...] Caíram os quadros oligárquicos tradicionais [...]. Subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais. Muitos, a começar por Getúlio, já tinha começado uma carreira política vitoriosa, no interior da antiga ordem” (FAUSTO, 2006, p. 327)²⁹.

²⁸ “A classe média deu lastro à Aliança Liberal, mas era por demais heterogênea e dependente das forças agrárias para que, no plano político, se formulasse um programa em seu nome. Quanto aos industriais, devemos lembrar que a formação social na Primeira República acentuou, em um primeiro momento, a marca regional dos diferentes setores de classe. Tomando-se o exemplo de São Paulo, é verdade que ao longo dos anos começou a ocorrer uma diferenciação entre a burguesia industrial e o setor agrário, expressa na fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, em 1928. Mas a diferenciação não chegou a ponto de romper com o acordo da classe dominante, em nome dos interesses paulistas. [...] No Rio de Janeiro, os industriais estavam organizados no Centro Industrial do Brasil (CIB). Nos últimos anos da década de 20, havia representantes da burguesia industrial carioca nos postos do governo. [...] Quando estourou a Revolução de 30, o CIB expressou sua solidariedade a Washington Luís e considerou a insurreição um ‘fato muito prejudicial à situação econômica do país’. É bem verdade que, logo após a vitória dos revolucionários, os industriais do Rio de Janeiro trataram de se aproximar do governo, mas isso não quer dizer que Getúlio Vargas fosse o representante do empresariado. Apenas mostra que, antes ou depois de 30, a aproximação com o Estado era fator decisivo para o fortalecimento da burguesia industrial” (Ibid., p. 325-326).

²⁹ Devemos sublinhar também que o fim do Estado oligárquico não significou a extinção do poder político das oligarquias regionais, sobretudo daquelas ligadas à cafeicultura, como a elite paulista latifundiária. Após a “Revolução” de 1930 as oligarquias tradicionais continuaram a desfrutar de altos cargos políticos uma vez que a

A consequência imediata da “Revolução” de 30 foi a repentina mudança da forma de governo, realizada através de um golpe de Estado civil-militar, com o surgimento de um poder político com características fundamentalmente diversas daquele de tipo oligárquico. O governo de Getúlio Vargas – que dirigiu o Brasil por quinze anos consecutivos – “[...] adotou uma série de medidas econômicas e realizou inovações institucionais que assinalaram [...] uma fase nova nas relações entre o Estado e o sistema político-econômico”³⁰ (IANNI, 1977, p. 14), medidas e inovações que foram substancialmente importantes para os governos sucessores, a partir da década 50.

agroexportação ainda possuía grande importância na economia do país, sobretudo nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas.

³⁰ “Todavia, as medidas econômico-financeiras adotadas, as reformas político-administrativas realizadas e a própria reestruturação do aparelho estatal, não foram o resultado de um plano reestabelecido. E, muito menos, foram o resultado de um estudo objetivo e sistemático das reais condições preexistentes. O próprio desenrolar das soluções adotadas após 1930 mostra que o governo foi respondendo aos problemas e dilemas conforme eles apareciam no seu horizonte político, por injunção de interesses e pressões econômicos, políticos sociais e militares. Às vezes as pressões e os interesses – principalmente econômicos e financeiros – eram de origem externa” (IANNI, 1977, p. 14-15).

CAPÍTULO II

2. FUNDAMENTOS DA “QUESTÃO SOCIAL”: UMA DISCUSSÃO TEÓRICO-POLÍTICA

Desde a aparição das primeiras manifestações da “questão social” na sociedade burguesa europeia, esta foi combatida de formas distintas pelas classes dominantes a depender do período de desenvolvimento capitalista e da região em questão. O Estado capitalista, como poder político e econômico comandado majoritariamente pela burguesia, diversificou sua intervenção social ao longo das fases do capitalismo, indo da repressão aberta aos trabalhadores à incorporação de parte de suas demandas por meio de políticas sociais. Seguindo as análises apresentadas por Netto (1996; 1998; 2004; 2012), neste capítulo trataremos sobre a discussão teórica acerca do surgimento da “questão social”, apresentando elementos como conceito e definição, quando e porque emerge e de que forma se manifesta na sociedade capitalista, sob o ponto de vista dos países capitalistas centrais, além de uma análise sobre a trajetória do vocábulo “social” entre os séculos baseado nas ideias de Strazzeri (2014).

Sucessivamente, falaremos sobre as formas de enfrentamento e atenuação da “questão social” pelas classes dominantes por intermédio do Estado a partir das leis antecessoras do que conhecemos atualmente como política social e, posteriormente, por meio das próprias políticas sociais, inflexão crucial para o surgimento de uma abertura no espaço socio-ocupacional do trabalho que demandou profissionais para atuar na implementação direta daquelas políticas, assim, surgindo no interior do conjunto de tais profissões o Serviço Social. Por último estará exposto um resumo acerca das políticas sociais nos países capitalistas centrais, com base em Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2009), Lígia Giovanella (1998) e Vicente de Paula Faleiros (2000), Marilda Iamamoto (2001) e Netto (1996).

2.1 O QUE É A “QUESTÃO SOCIAL”?

Como “questão social”, no sentido estrito, define-se o conjunto dos problemas políticos, econômicos e sociais que se manifestam especificamente no modo de produção capitalista como resultado do ingresso do proletariado no cenário político como classe, reivindicando não só melhores condições de trabalho e de existência, mas também a transformação da sociedade burguesa e sua supressão por um outro tipo de sociedade. É dentro do processo de produção e

reprodução da sociabilidade burguesa que se dá a gênese da “questão social”: na produção e reprodução das condições de vida, de cultura e de produção de riqueza social inseridas nas relações sociais capitalistas (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 52), no qual a exploração do trabalho pelo capital é o elemento central no processo de acumulação capitalista:

Desse ponto de vista, é correto afirmar que a tradição marxista empreende [...] um esforço explicativo acerca da questão social, já que o que está subjacente às suas manifestações concretas é o processo de acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor, cuja contraface é a subsunção do trabalho pelo capital [...], acrescida da desigualdade social e do crescimento relativo da pauperização. Esta última é expressão das contradições inerentes ao capitalismo que, ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor e, ao mesmo tempo, reduzi-lo progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital – o que implica um predomínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo – promove a expansão do exército industrial de reserva ou superpopulação relativa em larga escala (Ibid., p. 52-53).

Como resultado da primeira Revolução Industrial no ocidente europeu, no século XVIII, o pauperismo surge como “[...] o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial” (NETTO, 2012, p. 203) e se apresenta como o “[...] fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 51), manifestando-se na realidade social de forma heterogênea, isto é, sobre múltiplos aspectos, como a fome, o desemprego, a desigualdade social, etc. Além do mais, o pauperismo pode surgir como a forma mais aguda ou imediata da “questão social”, porém esta não se restringe ao pauperismo, na medida em que está inserida nas mais diversas determinações das relações sociais na sociedade burguesa, envolvendo sim questões políticas e econômicas, mas também culturais, étnico-raciais, de gênero, geopolíticas, entre outras, conforme aponta Iamamoto (2001, p. 17):

A questão social expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. Envolve simultaneamente luta aberta e surda pela cidadania (IANNI, 1992). Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais.

A partir da terceira década do século XIX, o pauperismo se intensifica e é disseminado como uma novidade no capitalismo em razão de que na *mesma medida* em que “a capacidade social de produzir riquezas” se elevava, a pobreza aumentava (NETTO, 2012). A escassez, a pobreza e a desigualdade na ordem burguesa apresentavam uma singularidade das sociedades anteriores visto que não existiam em decorrência do baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas – que geraria uma baixa produtividade a nível global –, mas, pelo contrário, estava

em voga uma pobreza *socialmente produzida*³¹ como fruto “[...] da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações sociais de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação) [...]” (Ibid., p. 206).

Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade capitalista, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez (Ibid., p. 203).

Em relação à expressão “questão social”, esta surge a partir daquela década de acentuação da pobreza com a finalidade de abarcar conceitualmente as consequências da subsunção do trabalho pelo capital – portanto podemos entendê-lo também como uma categoria teórica de análise da realidade social burguesa – e é “[...] divulgada até a metade daquela centúria por críticos da sociedade e filantropos situados nos mais variados espaços do espectro ídeo-político [...]” (Ibid., p. 203), quando, a partir da segunda metade do século XIX, “[...] ela desliza, lenta, mas nitidamente, para o vocabulário próprio do pensamento conservador” (Ibid., p. 204) como consequência dos impactos sociopolíticos provocados pela organização e luta operária na ordem burguesa, principalmente a partir de 1848. Conforme Netto (2012, p. 204, grifo do autor):

A designação deste pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino, assumissem eles a *resignação* que o positivista Auguste Comte considerava “[...] a grande virtude cívica [...]” e a história subsequente haveria sido outra. Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência *luddista* à constituição das *trade-unions*, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes.

O ano de 1848 marcou significativamente a sociedade capitalista da Europa Ocidental, “trazendo à luz o caráter antagônico dos interesses das classes sociais fundamentais” (Ibid., p. 205), onde, de um lado, o proletariado passava de classe em si – desde sua entrada na luta política contra o Antigo Regime mobilizado pela burguesia revolucionária, em 1830 – à classe para si e, desde então, seus protestos passaram a expressar conteúdos políticos qualitativamente distintos daqueles ocorridos na primeira década do século XIX, na medida em que alcançaram a “consciência política de que a ‘questão social’ est[ava] *necessariamente* colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz[iria] à supressão daquela” (Ibid., p. 205). De outro,

³¹ “Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente dos seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos até das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente” (Ibid., p. 203).

a burguesia abandonava o seu carácter revolucionário e progressista e passava a defender um projeto de sociedade de conservação da nova ordem social estabelecida de modo a reproduzir seus interesses particularmente burgueses, conformando o processo de sua decadência ideológica³². Ao capturar esta virada histórica, Netto (1998, p. 6-7, grifo do autor) afirma que:

Em nível histórico-universal, a experiência de 1848 demonstrou os limites reais do projeto sócio-político conduzido pela burguesia — a *liberdade* deve restringir-se à liberdade de concorrer no mercado, a *igualdade* esgota-se na formalidade jurídica e a *fraternidade* se resolve na retórica e no moralismo. O *projeto de emancipação humana*, nestes limites, não desborda o terreno da *emancipação política*, tal como Marx mesmo o vislumbrou em 1844 (Marx, 1969). A partir desse marco, o protagonismo burguês centra-se na conservação da ordem (para a qual concorrem, necessariamente, programas reformistas, tornados especialmente claros depois de 1848) que se veio instaurando sobre as ruínas do Antigo Regime. A burguesia, enquanto classe, perde o interesse e a capacidade de fazer avançar a socialidade para além dos limites da lógica de acumulação e valorização do capital, em razão da qual se operou a emancipação política e se estabeleceu originalmente a figura do *cidadão*. A dimensão essencial da emancipação humana só terá sentido para um outro sujeito histórico, cuja emergência primeira verifica-se em 1848: o proletariado. O significado de 1848 é precisamente este: com a derrota das aspirações democrático-populares, determinada pelo comportamento de classe da burguesia, o proletariado se investe, em nível histórico-universal, como o herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental, constituindo-se como o sujeito de um novo processo emancipador, cuja condição prévia, histórico-concreta, é a ruptura mais completa com a ordem do capital. Assim, no plano prático-político, a revolução de 1848 tem um significado inequívoco: trouxe à cena sócio-política uma classe que, a partir daqueles confrontos, pode aceder à consciência dos seus interesses específicos — viabilizou a emergência de um projeto sócio-político *autônomo*, próprio, do proletariado; mais exatamente: propiciou a auto-percepção *classista* do proletariado.

Podemos inferir que é no decorrer do processo político em que a burguesia opta por conservar a nova ordem social que o termo “questão social” “[...] desliza, lenta, mas nitidamente [...]” (Netto, 2012, p. 205) para o léxico político conservador. A burguesia, agora conservadora, ao utilizar a expressão “questão social” imputou-a de uma conotação política *particular*, no qual “social” torna-se “o social”, isto é, passa a referir-se, notadamente, como uma questão

³² A decadência ideológica, denunciada por Marx e Engels e interpretada por Lukács, é o período nitidamente marcado pela tentativa de produção de conhecimento social pelos ideólogos burgueses que têm como premissa a evasão da realidade social com explícitas intencionalidades de conservação da ordem do capital. Conforme Lara (2013, p. 93), “o processo de decomposição das teorias clássicas sobre a vida social ocorre aproximadamente entre os anos de 1820 e 1840, sendo Hegel o último grande pensador da filosofia burguesa revolucionária, Adam Smith e David Ricardo os derradeiros representantes da economia política clássica e Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier os últimos socialistas utópicos. A teoria social que se preocupava com a totalidade da vida social, interessada em descobrir a verdade do mundo, começa a ser substituída pela apologetica. Esse processo ocorre com a tomada do poder político pela burguesia e, simultaneamente, a luta de classes entra em cena, com o protagonismo emergente do proletariado”. Além do mais, como categoria teórica a “[...] decadência ideológica revela a crítica imanente da totalidade social, resgata a conexão entre força material e construção ideológica do sistema do capital, oferece a possibilidade da crítica, genuína e fecunda, que restabelece a perspectiva ontológica histórico-materialista” (Ibid., p. 98), assim como “[...] oferece importantes elementos para a compreensão das ideologias que se propõem neutras e antiontológicas, presentes no pensamento social com seus apelos ao fragmentário, ao efêmero e, principalmente, ao esquecimento das análises sobre a luta de classes, o trabalho alienado, a propriedade privada dos meios fundamentais de produção, a revolução social” (Ibid., p. 92). Para uma melhor compreensão acerca da categoria teórica decadência ideológica desenvolvida por Lukács, cf. Lara (2013).

essencialmente de *classe*, de uma *parcela da sociedade*, assim como o fenômeno do pauperismo golpeava estritamente o proletariado europeu.

Se essa utilização inicial do termo “social” no período citado correspondia, no plano do discurso, às pretensões *universalizadoras* de uma classe burguesa ainda revolucionária, justamente por ocultar o caráter de classe que possuíam os conflitos societários da época no seio do que havia sido o terceiro Estado, a situação se reverte quando o proletariado passa a reivindicar para si o *status* de classe depositária do interesse geral (STRAZZERI, 2014, p. 516, grifo do autor).

Em seu estudo, Strazzeri (2014) analisa a trajetória histórica da variação de sentidos do termo “social” a fim de capturar a gênese da expressão “questão social” e de compreender o vínculo entre ambos os termos. Ao longo de seu trabalho é exposto acerca da ocorrência de uma “natureza socialmente enraizada da flutuação semântica do termo ‘social’” (Ibid., p. 515) desde o século XVI³³, porém o autor concentra sua pesquisa nas modificações do termo “social” em torno dos embates políticos europeus ocorridos no século XIX. Inicialmente, é identificado dois tipos de rupturas de sentido no uso do termo “social” enquanto *adjetivo*. A primeira se vincula às concepções ontológicas das narrativas no uso do vocábulo “social”, pois embora seja de uso habitual, não há um consenso universal acerca do convívio social humano ser intrínseco a sua espécie: a “[...] sociedade é, para uns, o meio necessário no qual se dá a vida humana e, para outros, uma construção contingente com um propósito específico de existência” (Ibid., p. 512). Em segundo lugar, nas palavras do autor, há um corte que “[...] opõe campos antagônicos do discurso político” (Ibid., p. 512), no qual o termo acaba por sofrer um *deslocamento valorativo*, haja vista, por exemplo, se contrastarmos o seu emprego no vocabulário crítico – lutas sociais, movimentos sociais – com a sua utilização no vocabulário conservador – convulsão social, revolta social³⁴.

³³ “Desde o princípio da era burguesa — não por acaso — coloca-se em questão o vínculo necessário homem-sociedade, não faltando defesas do caráter intrinsecamente *autônomo* e *autocentrado* do indivíduo. A mais célebre dessas iniciativas é o *Robinson Crusó* (1719), de William Defoe, relato das desventuras de um naufrago em uma ilha deserta, para o qual o convívio com outros seres humanos é tido como desejável, mas inteiramente dispensável. O caráter ficcional da obra de Defoe depõe de forma alguma contra seu estatuto de retrato fiel da concepção de homem que se tornava predominante nos séculos XVII e XVIII na Inglaterra, e que Marx denominou o ‘ponto de vista da economia política’. Trata-se das ‘robinsonadas’, isto é, a generalização da competição capitalista entre os indivíduos para uma condição humana intrínseca, desprovida de historicidade. Nas palavras de Marx, tratar-se-ia: [...] da antecipação da ‘sociedade civil’, em preparação desde o século XVI e dando enormes passos rumo a sua maturação no XVIII. Nessa sociedade de livre competição, o indivíduo aparece desligado dos laços naturais etc. que em períodos históricos anteriores faziam dele um apêndice de um conglomerado humano definido e limitado. (Marx, 1973, p. 83; tradução do autor)” (Ibid., p. 510-511, grifo do autor).

³⁴ “Nesses usos em particular, devemos atentar para o fato de que nem todo ‘social’ significa ‘aquilo que é relativo à sociedade’. E isto se dá em ambos os extremos do espectro ideológico, já que se com a expressão ‘movimento social’ não se pretende fazer referência a um movimento *da sociedade*, ‘revolta social’ tampouco se refere a uma revolta desta. Que o ‘movimento’ e a ‘revolta’ se dão *na sociedade* é uma tautologia, por que então adjetivá-los como ‘sociais’? Necessariamente, pois *o termo social as qualifica num outro sentido, revestindo os termos com tonalidade política*. ‘Movimento social’ é uma ação coletiva de um setor descontente da sociedade com vistas a

É durante o século XIX, sobretudo entre 1830 e 1848, na medida em que o movimento operário avançava e alcançava protagonismo político e a burguesia ascendia ao poder político – conforme contexto analisado nas linhas precedentes –, que ocorre uma transformação semântica do termo “social” que oscila de *adjetivo* para *substantivo*, incorporando necessariamente um sentido distinto que detinha enquanto adjetivo – do contrário, sua substantivação seria dispensável –, que termina por ser escamoteado quando utilizado. Quanto à polissemia do termo, o autor explica que:

Segundo o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, o adjetivo “social” denomina algo “concernente à sociedade” ou que é “relativo à comunidade, ao *conjunto dos cidadãos* de um país”. É contudo, a segunda classe de uso do vocábulo sob a forma de *substantivo* que nos dá a chave para a compreensão do termo em questão. O “Social”, ainda segundo o *Houaiss*, é “o que pertence a todos; público, coletivo” e também “o que diz respeito ao bem-estar das massas, especialmente as menos favorecidas”. Não bastasse essa mudança semântica considerável, o caráter de substantivo é por si só revelador, já que para “social” ter se tornado o “social” — referindo-se especificamente às “massas menos favorecidas” e não “ao conjunto dos cidadãos” —, significa que ele se tornou, em alguma medida, *independente da sociedade como um todo*. [...] Sustentamos que a substantivação do termo incorpora o caráter reificado que assumem nas ideias da classe dominante, as tais “massas” acima referidas. (Ibid., p. 513, grifo do autor). [...] A “questão social” nunca foi, portanto, a questão *da sociedade* ou “referente *ao conjunto da sociedade*”, mas sim, desde seu surgimento, foi a questão de um *segmento* desta, que, por ser potencialmente revolucionário, punha em risco o projeto de sociedade da burguesia, classe que em 1830 consolidava sua posição hegemônica. São, portanto, as implicações da questão operária que, “em seguida, o pensamento conservador designará com a fórmula aparentemente neutra de ‘questão social’” (Netto, 2004, p. 61), que fundamentam a nova expressão. Oculta sob o adjetivo “social” está a classe operária, sem a qual o termo deixa de fazer sentido, inclusive na maior parte dos usos contemporâneos da palavra (Ibid., p. 515, grifo do autor).

De fato, a “questão social” de modo algum foi ou será uma “questão de toda sociedade”, mas inicialmente, na luta contra o Antigo Regime, a burguesia revolucionária portava ainda em seus ideais os interesses gerais da sociedade e na “questão social” ou “no social” mesclavam-se, por vezes, as demandas do proletariado com as da burguesia “[...] subsumidas na aspiração revolucionária da *igualdade*, da *fraternidade*, e da *liberdade*”³⁵ (NETTO, 2004, p. 51). Conforme Strazzeri (2014, p. 516, grifo do autor), em princípio, interessava a burguesia “[...] *universalizar abstratamente* o significado do adjetivo ‘social’, isto é, competia pulverizar a referência politicamente perigosa à *classe operária* num ‘social’ que remetesse ainda ao *conjunto da sociedade*”³⁶. Assim, o uso da expressão transforma-se de um vocabulário amplo

sua transformação em algum grau; ‘revolta social’, por sua vez, também não faz referência ao todo da sociedade, já que provavelmente exclui os bons cidadãos que utilizam tal expressão” (Ibid., p 512, grifo do autor).

³⁵ O autor complementa que: “[...] o trabalho, nos confrontos sociopolíticos, surgia também e ainda subordinado ao capital. É nas jornadas de 1848, que se patenteia o radical antagonismo entre ambos: quando se põe a exigência da *república social*, explicita-se o limite do mundo burguês” (NETTO, 2004, p. 51, grifo do autor).

³⁶ “Isto se explica, pois entre 1830 e 1848 a burguesia ainda sustenta a pretensão, objetivamente fundada, de incorporar, enquanto ente social particular, os interesses da sociedade como um todo, como havia feito na grande

e universalizante utilizado em setores ideopolíticos diversos até 1848 para um vocabulário particularizante utilizado pela burguesia conservadora.

Para opor as pretensões de classe *universal* do proletariado, bem como suas reivindicações sociais, a burguesia que no pós-1848 se revestiu de um ímpeto eminentemente conservador, precisou fazer a operação inversa à que havia realizado antes: se de início competia generalizar abstratamente os interesses das classes trabalhadoras, para que pudesse assumi-los como seus, agora era imperativo *particularizar* esses interesses, imputando-os a um setor pretensamente minoritário da sociedade, restringindo os males provenientes da “questão social” a anomalias sanáveis dentro da ordem vigente. Com essa viragem nas pretensões políticas da classe burguesa concomitante à entrada revolucionária do proletariado na cena histórica, restringe-se progressivamente o sentido do vocábulo “social”, que não mais se confunde com o que “concerne ao todo da sociedade”, passando a remeter apenas a um setor *particular* desta (Ibid., p. 517, grifo do autor).

No entanto, a utilização do termo não se limitou a este espaço, sendo incorporado também no discurso político da própria classe trabalhadora. Strazzeri (2014, p. 516, grifo do autor) aborda que isto se explicaria pelo fato de que “[...] é também da *universalidade* então inerente ao termo ‘social’ da qual irá se nutrir o proletariado ao fazer deste o complemento de suas principais demandas: as instituições *sociais*, a emancipação *social* etc.”. Porém, após a emersão da consciência política no proletariado de que a “questão social” se vinculava exclusivamente à sociedade capitalista, “[...] o pensamento revolucionário passou a identificar, na própria expressão ‘questão social’, uma tergiversação conservadora e a só empregá-la indicando este traço mistificador” (NETTO, 2012, p. 205), em outras palavras, a utilizá-la *entre aspas*³⁷.

Diferentemente das línguas latinas onde o vocábulo “social” portou duas classes gramaticais distintas – uma única palavra passou a designar sentidos diferentes por meio da substantivação de um adjetivo –, na língua alemã ocorreu um fenômeno linguístico curioso: a existência de *dois vocábulos distintos*, que não se confundem, para designar “àquilo concernente à sociedade”/“ao conjunto dos cidadãos de um país” (adjetivo) e “àquilo relativo às massas menos favorecidas” (substantivo). Segundo Strazzeri (2014, p. 524), embora já existisse uma palavra alemã que daria conta de traduzir o termo “social” de forma substantivada – que seria o vocábulo *Gesellschaft* (sociedade) substantivado do adjetivo *gesellschaftlich*

revolução de 1789. Nesse período, a classe burguesa ainda enxerga no avanço de seus interesses particulares o progresso do todo da sociedade. Isto não constituía falsa consciência, senão o reflexo de uma realidade que colocava na ordem do dia a expansão da revolução burguesa, rumo ao pleno desenvolvimento das relações sociais capitalistas” (STRAZZERI, 2014, p. 516).

³⁷ Recurso recorrido até hoje pela literatura crítica, motivo pelo qual também é empregado neste trabalho.

(sociedade/social) –, o idioma germânico acabou por incorporar da palavra *sozial* um novo vocábulo com o objetivo de traduzir o termo “social” dos escritos franceses³⁸. Vejamos:

Todavia, a entrada do movimento operário no palco político das lutas de classes introduz não a substantivação do termo *gesellschaftlich*, mas uma nova palavra: o adjetivo *sozial*. A “questão social” em alemão, por exemplo, já nasceu como “*soziale Frage*. [...] Este fenômeno linguístico não se deve à pretensa vocação da língua alemã para a filosofia, como a caracterizou certa vez Heidegger, mas ao atraso alemão segundo o qual as questões de cunho político associadas ao “social” são incorporadas com um novo termo, a despeito da existência de uma palavra passível de traduzi-lo (*gesellschaftlich*). Assim, o “social” francês é apenas ligeiramente germanizado (no século XIX, apenas na pronúncia, mantendo o “c” original, e posteriormente assumindo uma nova grafia — *sozial*), o que imputa um caráter exógeno àquilo que é exprimido pelo termo no que diz respeito à realidade alemã. No universo linguístico alemão, os problemas sociais em nenhum momento se confundem com os problemas da *sociedade*, seriam antes fenômenos externos à tradição germânica introduzidos talvez com a chegada da *Zivilisation*, também ela um fenômeno estrangeiro (Ibid., p. 524).

Outra ilustração que fundamenta as ideias aqui presentes acerca da variação de significados do termo “social” e da expressão “questão social” é o argumento que Costa Ferreira (2020) apresenta em sua tese de doutorado sobre as formas diferentes de tradução, a depender do idioma, da palavra “social”, o que demonstraria empiricamente a sua substantivação. A autora afirma que, após consulta de uma das versões do livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* de Friedrich Engels de 1945, escrito originalmente em alemão, “[...] a palavra social está grafada como *sozialer* ou *sozial* e aparece em itálico. E quando Engels faz referência ao termo “questão social”, o termo é grafado no alemão como *sozial frage*” (Ibid., p. 218). Além do mais:

A palavra *sozialer* aparece em alguns momentos em que Engels está se referindo ao cartismo: “*Der Chartismus ist wesentlich sozialer Natur*” (1972, pp. 450-1). Na edição do mesmo livro no Brasil essa frase foi traduzida da seguinte maneira: “O cartismo tem uma natureza essencialmente *social* (ENGELS, 2010, pp. 268-9 itálicos do autor). Esse jogo de palavras, não se fez ocasional, ele subjaz mudanças de sentido em torno da palavra “social”. Para Engels, o cartismo era o movimento legítimo capaz de ameaçar a ordem burguesa e suprimir pela raiz os fundamentos do pauperismo. Ou seja, capaz de suprimir o próprio ordenamento capitalista. Ao destacar em itálico, que o cartismo tem uma natureza essencialmente social, Engels reforçou mais uma vez a ideia aqui proposta (Ibid., p. 218).

³⁸ Conforme o *Dicionário eletrônico da Academia de Ciências de Berlin-Brandenburg*, a etimologia da palavra alemã *sozial* é de origem francesa da palavra *social* do latim *socialis*. Além do mais, compartilhamos a seguinte observação em nota de rodapé realizada por Strazzeri (2014, p. 524, grifo do autor): “Deve-se ressaltar que não há uma cisão semântica completa entre os adjetivos *gesellschaftlich* e *sozial*. O último é admitido para denominar, de acordo com o *Dicionário eletrônico da Academia de Ciências de Berlin-Brandenburg* (disponível em: <www.dwds.de>), ‘aquilo que é relativo à correlação, à vida conjunta dos homens’. Contudo, *sozial* também diz respeito ‘à estrutura econômica e política de uma dada sociedade’, ‘ao pertencimento dos homens a diferentes classes, grupos ou extratos no interior da sociedade’ e finalmente, ‘aos benefícios voltados à melhoria das condições de vida e trabalho, à assistência cultural e de saúde dos trabalhadores ou membros da sociedade sob penúria material’. [...]”

O que também chama atenção é a nota de rodapé da edição brasileira vinculada ao trecho sobre o cartismo, contido na citação acima, que revela a seguinte informação: “A edição inglesa de 1887, cuja tradução foi pessoalmente verificada por Engels, traz uma outra formulação: ‘O cartismo é essencialmente um movimento de classe’ (ENGELS, 2010, p. 269). Quer dizer, “a palavra que na frase anterior em alemão foi grafada como *sozialer*, em português foi grafada como ‘social’ e na versão do texto em inglês como ‘classe’. Ou seja, *sozialer* e classe (trabalhadora) foram colocadas com um mesmo sentido” (COSTA FERREIRA, 2020, p. 219). É nítido nestes exemplos a conotação política e particular que o termo “questão social” carrega. Portanto, aquilo que chamamos aqui de “questão social” “[...] não tem nada a ver com os desdobramentos de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade [...]; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2012, p. 206-207).

2.2 INTERVENÇÃO SOCIAL DO ESTADO NO ENFRENTAMENTO ÀS MANIFESTAÇÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA EUROPA OCIDENTAL

2.2.1 O Estado no capitalismo concorrencial e as formas de enfrentamento da “questão social”

O irromper das lutas operárias na Europa Ocidental da segunda metade do século XIX tinham como um dos objetivos principais o estabelecimento da jornada normal de trabalho, o valor da força de trabalho, assim como a regulamentação da exploração do trabalho de crianças, mulheres e idosos, mas pode-se dizer que uma das primeiras manifestações da “questão social” do outro lado do Atlântico, de fato, foi a luta pela regulamentação da jornada de trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2009). As greves e as manifestações da classe operária europeia foram fundamentais para legalização da jornada de trabalho de 10 horas, mesmo não tendo sido universalizada para toda a classe trabalhadora num primeiro momento, feito realizado apenas na metade dos anos 60 do século XIX (Ibid., 2009). De acordo com Behring e Boschetti (2009, p. 56), o “[...] debate acerca da jornada de trabalho mostra a irrupção da luta de classes e da questão social, bem como o início de suas formas de enfrentamento, com o início da regulamentação da relação capital/trabalho”. Assim, as *legislações fabris* foram as primeiras formas de enfrentamento às manifestações da “questão social”, regulamentadas por meio da ação pontual e repressora do Estado sobre domínio burguês.

O Estado, então, reprimia duramente os trabalhadores, de um lado, e iniciava a regulamentação das relações de produção, por meio da legislação fabril, de outro [...]. Há o movimento dos sujeitos políticos – as classes sociais. Tem-se o ambiente cultural do liberalismo e a ênfase no mercado como via de acesso aos bens e serviços socialmente produzidos, cuja possibilidade de inserção estaria relacionada ao mérito individual. Começa a ocorrer o deslocamento do problema da desigualdade e da exploração como questão social, a ser tratada no âmbito estatal e pelo direito formal, que discute a igualdade de oportunidades, em detrimento da igualdade de condições. Verifica-se, nesse contexto, um deslocamento burguês em relação ao problema da jornada de trabalho, quando os capitalistas passam a incrementar cada vez mais a maquinaria e a se interessar por uma jornada “normal” de trabalho, tendo em vista os custos de depreciação da força de trabalho nas condições extenuantes do início da Revolução Industrial, aumentados pelas paralisações e mobilizações dos trabalhadores na segunda metade do século XIX (Ibid., p. 55).

Anterior às legislações fabris, um conjunto de leis e estatutos imperavam sobre as regiões europeias, dentre as mais conhecidas as legislações inglesas que antecederam ao período da Revolução Industrial, como as leis dos pobres, entre 1531 e 1601, a Lei de Domicílio, de 1662 e a *Speenhamland Act*³⁹, de 1795 (BEHRING; BOSCHETTI, 2009). Tais leis possuíam um caráter punitivo e coercitivo frente ao trabalhador e tinham como um de seus objetivos impor a obrigatoriedade ao trabalho sobre qualquer condição de trabalho, por pior que fosse, e proibir a mendicância. As coerções para aqueles que não trabalhavam e que não eram considerados “merecedores” de algum tipo de auxílio ou assistência⁴⁰ – que era extremamente restritiva, diga-se – iam de punições físicas ao trabalho forçado nas “casas de trabalho” (*workhouses*)⁴¹. Ao abordar sobre este deplorável cenário, Faleiros (2000, p. 12-13) revela que:

Encurralados no campo, com as terras comunais usurpadas, foram os camponeses obrigados a vender sua força de trabalho para subsistir em penosas condições de trabalho (longas jornadas, baixos salários, trabalho de menores e de mulheres). Aos

³⁹ “A Lei de *Speenhamland*, instituída em 1795, difere das anteriores, pois tinha um caráter menos repressor. Ela estabelecia o pagamento de um abono financeiro, em complementação aos salários, cujo valor se baseava no preço do pão. Diferentemente das leis dos pobres, a *Speenhamland* garantia assistência social a empregados ou desempregados que recebessem abaixo de determinado rendimento, e exigia como contrapartida a fixação do trabalhador, pois proibia a mobilidade geográfica da mão-de-obra (Castel, 1998: 178). Embora o montante fosse irrisório, era um direito assegurado em lei” (Ibid., p. 49).

⁴⁰ “Associadas ao trabalho forçado, essas ações garantiam auxílios mínimos (como alimentação) aos pobres reclusos nas *workhouses* (casas de trabalho). Os critérios para acesso eram fortemente restritivos e seletivos e poucos conseguiam receber os benefícios. Os pobres ‘selecionados’ eram obrigados a realizar uma atividade laborativa para justificar a assistência recebida (Polanyi, 2000; Castel, 1992,1998). Essas legislações estabeleciam distinção entre pobres ‘merecedores’ (aqueles comprovadamente incapazes para trabalhar e alguns adultos capazes considerados pela moral da época como pobres merecedores, em geral nobres empobrecidos) e pobres ‘não merecedores’ (todos que possuíam capacidade, ainda que mínima, para desenvolver qualquer tipo de atividade laborativa). Aos primeiros, merecedores de ‘auxílio’, era assegurado algum tipo de assistência, minimalista e restritiva, sustentada em um pretenso dever moral e cristão de ajuda, ou seja, não se sustentavam na perspectiva do direito” (Ibid., p. 48-49).

⁴¹ Conforme Faleiros (2000, p. 13), “é com a criação dos *workhouses*, na Inglaterra, por volta de 1730, e sua confirmação pela lei de 1834, que o esquema de obrigação ao trabalho se tornou mais rígido. Tratava-se de clara expressão do princípio da *less eligibility*, isto é, ‘a pior situação’. Entre trabalhar e não trabalhar, era preferida a primeira situação. As ‘casas de trabalho’ eram depósitos onde os menos capazes para o trabalho eram utilizados para fazer vários tipos de produtos (principalmente, fiar) conservando-os em prisão, onde não podiam ter qualquer contato com o exterior”.

que não foram incorporados ao mercado de trabalho, temporária ou permanentemente, se fez toda uma legislação repressiva. Assim, os considerados vagabundos e mendigos eram açoitados ou, em caso de reincidência, se lhes marcava com ferro e os condenava à morte (coação direta e indireta ao trabalho). Foram proibidas as esmolas aos mendigos não identificados como tais. Por outro lado, os que não podiam se incorporar ao trabalho, eram socorridos pelas paróquias, por intermédio das caixas de socorro, mas de acordo com os interesses das classes dominantes, apresentando-se estas caixas como remédios contra o vício, a vagabundagem e a imoralidade. O objetivo real da ajuda era forçar ao trabalho. Os capazes de trabalhar eram enviados ao trabalho por salários muito baixos, e aos incapazes se lhes dava uma ajuda arbitrária, segundo os critérios da classe. É essa a essência da lei dos pobres na Inglaterra.

Em 1834, já no contexto da Revolução Industrial, é instituída a Nova Lei dos Pobres, enfatizando “[...] o predomínio, no capitalismo, do primado liberal do trabalho como fonte única e exclusiva de renda, e releg[ando] a já limitada assistência aos pobres ao domínio da filantropia” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 49-50). A Nova Lei dos Pobres revoga a Lei de *Speenhamland*, que havia estabelecido alguns direitos aos pobres, e retoma os trabalhos forçados. “O imperativo da liberdade e competitividade na compra e venda da força de trabalho fez com que o capitalismo regredisse mesmo em relação a essas formas restritivas de ‘proteção assistencial’ à população pobre” (Ibid., p. 50). Com o advento e a dominância do liberalismo⁴² econômico no ocidente europeu – intervalo que vai de meados do século XIX até a terceira década do século XX – a legislação social passa a ser vista como um problema para o desenvolvimento da sociedade capitalista, uma vez que, segundo seus princípios basilares, apenas o livre mercado poderia regular as relações socioeconômicas e o Estado deveria de atuar o mínimo possível, assegurando somente o direito à vida, à segurança, à liberdade individual e à propriedade privada (Ibid., p. 63).

O liberalismo negava a legislação social, pois defendia-se que o mérito pessoal potencializaria a suposta capacidade natural de cada indivíduo (Ibid., p. 60), assim qualquer tipo de intervenção burlaria as “leis da natureza”. As leis econômicas e sociais eram tidas como leis naturais e, conseqüentemente, o valor da força de trabalho não deveria de ser regulamentado

⁴² O liberalismo surgia como um componente cultural e ideológico importante da burguesia para a conquista da hegemonia política e de combate ao Estado Absolutista e as classes dominantes que o controlavam. Nas palavras de Behring e Boschetti (2009, p. 59, grifo do autor): “É bom que se diga que nos primórdios do liberalismo, no século XIX, existia um claro componente transformador nessa maneira de pensar a economia e a sociedade: tratava-se de romper com as amarras parasitárias da aristocracia e do clero, do Estado absoluto, com seu poder discricionário. O cenário de uma burguesia já hegemônica do ponto de vista econômico, mas não consolidada como classe politicamente, propicia o antiestatismo radical presente no pensamento de um Adam Smith e em sua ode ao mercado como mecanismo *natural* de regulação das relações sociais, cinicamente recuperados pelos neoliberais de hoje, num contexto muito diferente. Ou seja, havia um componente utópico (Löwy, 1987) na visão social de mundo do liberalismo, adequado ao papel revolucionário da burguesia tão bem explorado por Marx e Engels, em seu *Manifesto do Partido Comunista* (1998). É evidente que esta dimensão se esgota na medida em que o capital se torna hegemônico e os trabalhadores começam a formular seu projeto autônomo e a desconfiar dos limites da burguesia a partir das lutas de 1848, e das lutas pela jornada de trabalho [...]”.

ou sofrer qualquer tipo de interposição de algum tipo de proteção social de subsistência do trabalhador “[...] sob pena de interferir no preço *natural* do trabalho, definido nos movimentos *naturais* e equilibrados da oferta e da procura no âmbito do mercado” (Ibid., p. 61, grifo do autor).

O liberalismo, neste sentido, combina-se a um forte darwinismo social, em que a inserção social dos indivíduos se define por mecanismos de *seleção natural*. Tanto que Malthus, em seus clássicos estudos sobre a população, por exemplo, recusava drasticamente as leis de proteção, responsabilizando-as pela existência de um número de pobres que ultrapassava os recursos disponíveis [...]. Nesse ambiente intelectual e moral, não se deviam despendere recurso com os pobres, dependentes, ou “passivos” (Kant *apud* Coutinho: 1989), mas vigiá-los e puni-los, como bem mostrou o estudo de Foucault (1996) (Ibid., p. 60-61, grifo do autor).

Diante disto, a intervenção estatal na proteção social dos trabalhadores no período de predomínio do liberalismo no capitalismo de tipo concorrencial foi pouco significativa para a ampliação de direitos sociais, limitando-se a garantir direitos civis, mas direcionados para a salvaguarda da propriedade privada. O Estado europeu liberal do século XIX absorveu apenas “[...] algumas demandas da classe trabalhadora, transformando as reivindicações em leis que estabeleciam melhorias tímidas e parciais nas condições de vida dos trabalhadores, sem atingir, portanto, o cerne da questão social” (Ibid., p. 63), e possuía uma essência *repressiva* e *policialesca*. Netto (1996, p. 25) caracterizou este tipo de intervenção estatal como emergencial, episódica e pontual, visto que a “questão social” “[...] era objeto da ação estatal na medida em que motivava um auge de mobilização trabalhadora, ameaçava a ordem burguesa ou [...] colocava em risco global o fornecimento da força de trabalho para o capital”.

2.2.2 As funções do Estado no capitalismo monopolista e o surgimento das políticas sociais

A partir do final do século XIX, o cenário político e econômico dos centros capitalistas começa a mudar: o fortalecimento do movimento operário, a crescente monopolização do capital⁴³, as duas guerras mundiais e a posterior maior crise capitalista global (1929-1932)⁴⁴

⁴³ “[...] a concentração e monopolização do capital [...] demoli[u] a utopia liberal do indivíduo empreendedor orientador por sentimentos morais. Cada vez mais o mercado foi liderado por grandes monopólios, e a criação de empresas passou a depender de um grande volume de investimento, dinheiro emprestado pelos bancos, numa verdadeira fusão entre o capital bancário e o industrial [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 68).

⁴⁴ “Uma crise que se iniciou no sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova York. A crise se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes. Com ela instaura-se a desconfiança de que os pressupostos do liberalismo econômico poderiam estar errados (Sandroni, 1992: 151) e se instaura, em paralelo à revolução socialista de 1917, uma forte crise econômica, com desemprego em massa, e também de legitimidade política do capitalismo” (Ibid., p. 68). “O crack de 1929 foi uma expressão típica e paradigmática da operação da lei do valor (Netto e Braz, 2006) e esteve na base dessa passagem, da mudança do ciclo do processo de acumulação capitalista. Observemos como Mandel explica a espiral da crise. Ela precisa ser compreendida por dentro dos ciclos longos

que já houvera até aquele momento começaram a abalar o seio do liberalismo. Era o momento de transição entre o capitalismo concorrencial e o capitalismo monopolista, que ocorre entre o final do século XIX e o início do século XX. Além daquelas novas características que o capitalismo de monopólios engendra na economia e sociedade burguesa – como o aumento dos preços das mercadorias e serviços produzidos nos setores monopolizados, bem como da taxa de lucro e do Exército Industrial de Reserva (EIR), a supercapitalização e o parasitismo da vida social, conforme sinalizado na primeira seção –, o Estado é redimensionado porquanto, mesmo inserindo tais mecanismos com vistas a potencializar os lucros, a organização monopólica “[...] é vítima dos constrangimentos *inerentes* à acumulação e à valorização capitalistas. Assim, para efetivar-se com chance de êxito, ela *demandava mecanismos de intervenção extra-econômicos*” (Netto, 1996, p. 20, grifo do autor).

De acordo com Netto (1996), a refuncionalização do Estado na fase monopolista do capitalismo provocou a absorção de uma série de novas funções para o seu interior, que passa a intervir na “[...] organização e na dinâmica econômicas *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática” (Ibid., p. 21, grifo do autor), na medida em que o Estado é “capturado pela lógica do capital monopolista” (Ibid., p. 22) a fim de garantir superlucros aos monopólios. Assim, funções políticas e econômicas são mescladas no aparelho estatal tendo em vista a necessidade de *legitimação política* da burguesia na era dos monopólios, permitindo que o Estado monopolista incorpore parte das demandas da classe trabalhadora “[...] mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais” (Ibid., p. 23). Acerca das funções econômicas diretas e indiretas mais importantes do Estado monopolista, Netto (1996, p. 21-22, grifo do autor) discorre que:

O elenco de suas funções econômicas *diretas* é larguíssimo. Possuem especial relevo a sua inserção como empresário nos setores básicos não rentáveis (nomeadamente aqueles que fornecem aos monopólios, a baixo custo, energia e matérias-primas fundamentais), a assunção do controle de empresas capitalistas em dificuldades (trata-se aqui, da socialização das perdas, a que frequentemente se segue, quando superadas as dificuldades, a reprivatização), a entrega aos monopólios de complexos construídos

de expansão e depressão, superando-se, dessa forma, a tendência dos economistas de articularem as crises aos detonadores imediatos, quem em geral são catalisadores da depressão, mas não sua causa. Segundo Mandel, o período de expansão notabiliza-se pelo crescimento da composição orgânica do capital, pelo aumento da taxa de mais-valia (o que pressupõe o recuo do movimento operário) e pela baixa dos preços das matérias-primas. Essa situação cria seus próprios obstáculos: com a redução do exército industrial de reserva, tende a se ampliar a resistência do movimento operário, baixando a taxa de mais-valia. Há uma generalização da revolução tecnológica, que está na base de todo ciclo de expansão, diminuindo os superlucros extraídos do diferencial de produtividade do trabalho. Nesse contexto, impõe-se a queda tendencial da taxa de lucros em relação ao conjunto do capital social. A concorrência é acirrada, bem como a especulação. Há uma estagnação do emprego e da produtividade, o que gera uma forte capacidade ociosa na indústria. Com isso, configura-se a superabundância de capitais e uma escassez de lucros, produzindo o desemprego generalizado e a queda do consumo, inviabilizando o processo de realização da mais-valia. Assim, as soluções para a crise de 1929-1932, que teve as características acima descritas, se darão no sentido de reativar o emprego e o consumo, daí a importância do fundo público e da guerra” (Ibid., p. 69-70).

com fundos públicos, os subsídios imediatos aos monopólios e a garantia explícita de lucro pelo Estado. As *indiretas* não são menos significativas; as mais importantes estão relacionadas às encomendas/compras do Estado aos grupos monopolistas, assegurando aos capitais excedentes possibilidades de valorização; não se esgotam aí, no entanto – recordem-se os subsídios indiretos, os investimentos públicos em meios de transporte e infraestrutura, a preparação institucional da força de trabalho requerida pelos monopólios e, com saliência peculiar, os gastos com investigação e pesquisa. A intervenção estatal macroscópica em função dos monopólios é mais expressiva, contudo, no terreno *estratégico*, onde se fundem atribuições diretas e indiretas do Estado: trata-se das linhas da direção do desenvolvimento, através de planos e projetos de médio e longo prazos; aqui, sinalizando investimentos e objetivos, o Estado atua como um instrumento de organização da econômica, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise.

Assim como Netto (1996), Behring e Boschetti (2009) identificam que neste mesmo período – a partir do final do século XIX – “o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações *sociais* de forma mais ampla, planejada, sistematizada e em caráter de obrigatoriedade” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 64, grifo nosso). Para sermos mais específicos, é o alargamento das funções estatais no capitalismo monopolista, conduzindo o Estado a incorporar parte das demandas dos novos protagonistas políticos, que engendra uma nova forma de enfrentamento da “questão social” para além da repressão: têm-se o início das *políticas sociais* na sociedade burguesa. Nas palavras de Netto (1996, p. 26), as políticas sociais do Estado monopolista, “configurando a sua intervenção contínua, sistemática e estratégica sobre as sequelas da ‘questão social’, [...] oferece[m] o mais canônico paradigma d[aquela] indissociabilidade de funções econômicas e políticas [...]”. Agora, “[...] a *preservação e o controle contínuos* da força de trabalho, ocupada e excedente, *é uma função estatal de primeira ordem*” (Ibid., p. 22, grifo do autor)⁴⁵, sendo esta a funcionalidade principal das políticas sociais⁴⁶.

⁴⁵ Para além da responsabilidade de garantir a reprodução e a manutenção da força de trabalho, o Estado: “[...] é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua [da força de trabalho] pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio” (Ibid., p. 23).

⁴⁶ “No que tange às requisições do monopólio, a funcionalidade da política social é inequívoca. Ademais das intervenções do Estado na economia – diretas e/ou indiretas, como vimos, e que só forçadamente podem ser caracterizadas como políticas sociais –, a funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho – ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadores; lançadas no exército industrial de reserva, através dos sistemas de seguro social. Os sistemas de previdência social (aposentadoria e pensões), por seu turno, não atendem apenas a estas exigências: são instrumentos para contrarrestar a tendência ao subconsumo, para oferecer ao Estado massas de recursos que doutra forma estariam pulverizados (os fundos que o Estado administra e investe) e para redistribuir pelo conjunto da sociedade os custos da exploração capitalista-monopolista da vida ‘útil’ dos trabalhadores, desonerando os seus únicos beneficiários, os monopolistas (Faleiros, 1980; Galper, 1975 e 1986). As políticas educacionais (muito especialmente as dirigidas para o trabalho, de cunho ‘profissionalizante’) e os programas de qualificação técnico-científica (vinculados aos grandes projetos de investigação e pesquisa) oferecem ao capital monopolista recursos humanos cuja socialização elementar é feita à custa do conjunto da sociedade (Carnoy e Levin, 1987). As políticas setoriais que implicam investimentos em

O que se quer destacar [...] é que o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas. E que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda a escala societária. É somente nestas condições que as sequelas da “questão social” tornam-se – mais exatamente: podem tornar-se – objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de *políticas sociais*” (Ibid., p. 25, grifo do autor).

Faleiros (2000, p. 59) nos chama atenção ao dizer que se tratando da análise das políticas sociais não deve haver “[...] um esquematismo rígido, de leis mutáveis, como se a realidade se desenvolvesse segundo um modelo teórico ideal”, sob o risco de cairmos em uma análise instrumentalista e mecanicista (FALEIROS, 2000). Pelo contrário, para compreendê-las, devemos interpretá-las como “[...] o resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Elas são resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais” (Ibid., p. 46). Netto (1996, p. 29) confirma este argumento ao destacar que as políticas sociais “[...] são resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos e conflitos”.

Assim, no contexto de enfrentamento das manifestações da “questão social” pelo Estado monopolista mediante a ampliação de suas funções, a *mobilização da classe trabalhadora* foi crucial para esta inflexão. Vimos que, por volta de meados do século XIX, o proletariado ingressou no cenário político, se rebelando e se manifestando por meio de greves, reivindicações e partidos políticos operários. Netto (1996, p. 23) ressalta que a transição entre o capitalismo concorrencial e o capitalismo monopolista “[...] realizou-se paralelamente a um salto organizativo das lutas do proletariado e do conjunto dos trabalhadores [...] – é, inclusive, em quase todas as latitudes, simétrico ao aparecimento de partidos operários de massa” e que “não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores [...]” (Ibid., p. 29). Behring e Boschetti (2009) apontam que a generalização dos direitos políticos – “como o direito ao voto, de organização em sindicatos e partidos, de livre expressão e manifestação” (Ibid., p. 64), conforme citado pelas autoras com base em Barbalet – foi fruto da organização trabalhadora, que “[...] contribui significativamente para ampliar os direitos sociais, para

grande escala (reformas urbanas, habitação, obras viárias, saneamento básico etc.) abrem espaços para reduzir as dificuldades de valorização sobrevindas com a supercapitalização” (Ibid., p. 27).

tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 64). Como nunca antes, o movimento operário:

[...] passou a ocupar espaços políticos e sociais importantes, como o parlamento, obrigando a burguesia a “entregar os anéis para não perder os dedos”, diga-se, a reconhecer direitos de cidadania política e social cada vez mais amplos para esses segmentos [...]. Vale lembrar que a vitória do movimento socialista em 1917, na Rússia, e seu efeito de fortalecimento do movimento operário internacional foram importantes para configurar uma atitude defensiva do capital, assim como as mudanças no mundo da produção, com o advento do fordismo. É que tais mudanças ofereceram maior poder coletivo aos trabalhadores, que passaram a requisitar acordos coletivos de trabalho e ganhos de produtividade, o que vai se generalizar apenas no segundo pós-guerra (Ibid., p. 67-68).

Com isto, ao mesmo tempo em que a política social surge como parte da estratégia do conjunto da classe burguesa de reproduzir a acumulação capitalista e as relações sociais de produção, ela também emerge como conquista da classe trabalhadora, fruto de sua diversificada mobilização sociopolítica. Entendê-la ignorando a dinâmica desta contradição é não capturar a sua totalidade e sua função na sociedade burguesa monopolista. Porém, é fundamental enfatizarmos que, ao mesmo tempo, a política social não se limita a esta tensão bipolar:

A diferenciação no seio da burguesia, os cortes no conjunto dos trabalhadores e as próprias fissuras no aparelho do Estado (que, com a autonomização da atividade política, levam alguns de seus atores profissionais a uma relação muito mediatizada com as classes sociais) tornam a formulação das políticas sociais processos que estão muito distanciados de uma pura conexão causal entre os seus protagonistas, os seus interesses e as suas estratégias. É possível verificar, de uma parte, alianças político-sociais as mais insólitas para a formulação de uma determinada política social; de outra, a ponderação dessas alianças pode introduzir fricções entre políticas sociais formuladas simultaneamente e, enfim, é de registrar que as lutas e as confluências dos protagonistas não se encerram na formulação – a implementação das políticas sociais é outro campo de tensões e alianças, onde frequentemente jogam papel não desprezível categorias técnico-profissionais especializadas. Finalmente, para acentuar a pluridimensionalidade deste processo, é de mencionar a interação entre as políticas sociais públicas e as de agências privadas da sociedade civil – nestas, podem surgir experiências e modalidades de intervenção que, mesmo apropriadas pelo Estado, inserem matizes novos na dinâmica do setor afetado (NETTO, 1996, p. 29-30).

Apesar da emergência das políticas sociais se mostrar apenas como um dos caminhos possíveis para a maximização de lucros no capitalismo monopolista⁴⁷ (NETTO, 1996), uma vez

⁴⁷ Conforme Netto (1996, p. 24), a possibilidade democrática que se realizou no capitalismo monopolista em não deve ser confundida com uma “evolução natural” do Estado monopolista, porém deve-se observar a “[...] correlação das classes e das forças sociais em presença – onde não se defrontou com um movimento democrático operário e popular sólido, maduro, capaz de estabelecer alianças sócio-políticas em razão de objetivos determinados, a burguesia monopolista jogou em sistemas políticos desprovidos de qualquer flexibilidade e inclusividade. Com efeito, as alternativas sócio-políticas do capitalismo monopolista, sem configurar um leque infinito, comportam matizes que vão de um limite a outro – do *Welfare State* ao fascismo”. Desta forma, “[...] apontar que demandas econômico-sociais e políticas imediatas de largas categorias de trabalhadores e a população podem ser contempladas pelo Estado burguês no capitalismo monopolista não significa que esta seja a sua inclinação ‘natural’ [...] – o objetivo dos superlucros é a pedra-de-toque dos monopólios e do sistema de poder

que o Estado se responsabiliza por amenizar as manifestações da “questão social”, absorvendo novas demandas, as políticas sociais terminam por incorporar no aparelho estatal um papel de “coesionador social” ou de imprimir no seu interior um aspecto de “árbitro” e/ou “neutro”, em que o *consenso* entre as classes passaria a ser administrado pelo Estado. Assim, segundo Netto (1996, p. 23, grifo do autor), “[...] a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um *consenso* que assegura o seu desempenho”. Consequentemente, a *legitimação política* necessária ao Estado monopolista é realizada, em parte, através das políticas sociais, uma vez que elas “[...] oferecem um mínimo de respaldo efetivo à imagem do Estado como ‘social’, como mediador de interesses conflitantes” (Ibid., p. 28).

2.2.3 As políticas sociais no capitalismo monopolista clássico

De forma geral, embora as primeiras manifestações da “questão social” na Europa se deram por volta da terceira década do século XIX, por meio da intensificação do pauperismo, como consequência direta da primeira Revolução Industrial e das manifestações da classe operária. Vimos que foi apenas entre o final do século XIX e início do século XX que o Estado, sob a lógica monopolista de acumulação de capital, mudou sua dinâmica de ação sobre aquelas mazelas, em que a repressão, a violência e algumas medidas legais esparsas e descontínuas cederam lugar – ainda que estas ações não tenham sido eliminadas – às intervenções mais abrangentes e sistemáticas por parte do Estado monopolista a fim de amenizar as manifestações da “questão social”, surgindo, assim, as políticas sociais.

Naquele quadro de ampliação da luta do proletariado, como forma de subsidiar os trabalhadores em greve e de impulsionar a organização operária, em meados do século XIX, os trabalhadores formaram o que ficou conhecido como sociedades de mutualidade onde organizavam caixas de poupança e previdência (BEHRING; BOSCHETTI, 2009). As sociedades de ajuda mútua organizada pelos trabalhadores eram em parte espelhadas nas antigas corporações de artesãos do final da Idade Média e, diante da proibição dos sindicatos pelo

político de que eles se valem; entretanto, respostas positivas a demandas das classes subalternas podem ser oferecidas na medida exata em que elas mesmas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros” (Ibid., p. 25). E mais: “Assinalar, portanto, a compatibilidade da captura do Estado pela burguesia monopolista com o processo de *democratização* da vida sócio-política não é eludir o fenômeno real de que o núcleo dos sistemas de poder opera em favor dos monopólios – e, menos ainda, que jogue no sentido de reduzir os conteúdos de direitos e garantias de participação política. Ao contrário, equivale a indicar que um componente, mesmo amplo, de legitimação é plenamente suportável pelo Estado burguês no capitalismo monopolista; e não só é suportável, como necessário, em muitas circunstâncias históricas, para que ele possa continuar desempenhando a sua funcionalidade econômica” (Ibid., p. 24, grifo do autor).

Estado capitalista liberal, configuraram um dos instrumentos que a classe trabalhadora encontrou algum tipo de auxílio ou benefício através do socorro mútuo e autoproteção (FALEIROS, 2000). Logo no final daquele século, seria inaugurado o primeiro seguro social de iniciativa estatal destinado a algumas categorias de trabalhadores, na Alemanha, que se tornou globalmente conhecido como o seguro saúde do chanceler Otto Von Bismarck.

O seguro saúde público alemão era compulsório e atendia apenas uma parcela dos trabalhadores formais assalariados, ou seja, a condição de inclusão do trabalhador na proteção social era regulada mediante a sua inserção no mercado de trabalho formal, sendo o seguro destinado somente a categorias específicas, excluindo-se desempregados, trabalhadores considerados informais, entre outras categorias. Na sua implementação havia um expresso caráter de tentativa de *desmobilização* da luta da classe trabalhadora por parte do Estado, visto que no contexto socio-histórico alemão, a organização operária combatia duramente às expressões da “questão social”. O Estado-nação alemão⁴⁸ recém-formado era extremamente autoritário e atacava fortemente os trabalhadores, embora muito conhecido por ser um Estado “social-democrata”. Ao fazer um estudo de caso da proteção social à saúde na Alemanha, Giovanella (1998, p. 21) apresenta que:

A gênese e a estrutura do sistema de seguro social alemão estão intimamente ligadas ao conflito capital-trabalho. Na Alemanha, durante o processo conservador de transição para o capitalismo, o Estado autoritário tomou para si a responsabilidade pela segurança social e incluiu gradualmente a população dependente do trabalho assalariado na solidariedade obrigatória. Criado por Bismarck ao final do século passado, o seguro social alemão dirigia-se a um grupo que, embora crescente e economicamente importante, representava ínfima parcela da população: os trabalhadores assalariados (*blue collars*). A política social de Bismarck, para além do enfrentamento da questão social, conformou uma proposta intencional de organização corporativa da sociedade – corporações submetidas ao Estado – e de ampliação do controle social. Buscou combater o avanço da social-democracia através da “realização dos pontos das reivindicações socialistas, que (fossem) sejam adequados e compatíveis com as leis do Estado e da sociedade” (Bismarck *apud* Oliveira, 1995:25; 38). Por conseguinte, a introdução do seguro social sofreu forte oposição dos trabalhadores. Centrado na esfera do trabalho assalariado, o “Estado de Seguro Social” (*Sozialstaat*) assegura direitos sociais aos cidadãos na medida da sua participação no mercado de trabalho, da mesma forma que, no caso da cidadania brasileira “regulada” (Santos, 1979), pelo lugar ocupado pelo indivíduo no processo produtivo.

⁴⁸ “A unificação da Alemanha se deu após uma sucessão de guerras que incidiram sobre as condições para a criação em 1871 do Império Alemão que representou a unificação de diversos estados à época (reinos, ducados, principados etc.). Um processo marcado pela força do militarismo, do nacionalismo e da concepção de Estado-Nação. O principal responsável pela unificação foi o Primeiro Ministro do reino da Prússia (1873-1890), Otto Von Bismarck, também Chanceler do Império Alemão (1871-1890). Bismarck tinha reconhecida inclinação autoritária e seu governo reprimiu com violência socialistas e social-democratas. Ao mesmo tempo, na década de 1880, criou um tipo de seguro social mundialmente conhecido. O seguro social compulsório (vinculação obrigatória) se restringia a trabalhadores formais assalariados e às suas famílias e estava condicionado à prévia contribuição desses trabalhadores através da folha salarial. Para compor os fundos das Caixas que subvencionavam os seguros, os empregadores também contribuíam. Todo esse processo era regulado pelo Estado” (COSTA FERREIRA, 2020, p. 220).

O seguro social teve como fundamento alguns princípios: “[...] de equivalência – característico de qualquer seguro –, de solidariedade – por pressupor alguma redistribuição –, e de subsidiariedade que define a ação estatal como complementar” (Ibid., p. 23) e, ao longo do tempo, o seu desenvolvimento “[...] caracteriz[ou]-se pela inclusão e expansão progressivas. No processo de expansão, tanto foram incluídos, gradualmente novos setores da população, como expandidos os benefícios e serviços cobertos” (Ibid., p. 22), como o seguro doença (1883), o seguro contra acidentes de trabalho (1885)⁴⁹ e o seguro velhice ou aposentadoria, invalidez e morte (1891)⁵⁰ (GIOVANELLA, 1998). De início, cada seguro foi criado de forma independente e, apenas com o passar do tempo, tornou-se um sistema de política social.

Embora conhecido como um dos primeiros seguros sociais fornecidos pelo Estado no mundo, anteriormente vimos que os trabalhadores já buscavam seus próprios meios de se proteger contra as mazelas provocadas pela industrialização, portanto a instituição do seguro saúde *de* Bismarck pode ser interpretada como uma forma de apropriação pelo Estado monopolista do modo particular da organização daqueles trabalhadores, porém aplicada de forma restritiva e *focalizada* porquanto não se tratava de uma legislação social universal. Neste contexto Behring e Boschetti (2009, p. 63, grifo nosso) abordam que a “[...] forma de solidariedade de classe [...] foi completamente *desvirtuada* na Alemanha, quando o governo do chanceler Otto Von Bismarck instituiu o primeiro seguro-saúde nacional

⁴⁹ Conforme Giovanella (1998, p. 59), “o seguro de acidentes de trabalho foi o ramo do seguro objeto da primeira proposta de legislação enviada ao Bundesrat, em janeiro de 1881, por Bismarck, uma vez que a proteção contra o risco de acidentes industriais, dada a precariedade da situação, apresentava-se mais premente. Todavia, este não foi o primeiro ramo a ser criado, mesmo que Bismarck tivesse proposto cada um dos ramos separadamente, tendo em mente um sistema unificado e centralizado de seguros para proteção aos grandes riscos dos grupos economicamente mais pobres. Como a lei sobre o seguro doença era menos controversa, foi aprovada separadamente e antes do seguro de acidentes de trabalho, criado em 1884. A discussão do seguro de acidentes industriais era mais difícil, pois implicava a ruptura mais radical com a forma tradicional de responsabilidade dos empregadores”.

⁵⁰ O mais recente seguro social na Alemanha, instituído em 1994, foi o chamado seguro social para cuidados de longa duração ou *Pflegeversicherung*. Segundo Giovanella (1998, p. 57-59), este seguro “[...] visa garantir proteção nas situações de perda da autonomia por velhice ou doença crônica. O pagamento de cuidados para pessoas que estão incapacitadas de realizar suas necessidades funcionais por idade ou deficiência é assegurado pelo seguro social para cuidados de longa duração. O valor dos benefícios é definido a partir do estágio de impossibilidade, isto é, do grau de dependência de cuidados de enfermagem de cada um. O seguro garante cuidados domiciliares – na forma de repasses financeiros ao paciente ou a prestação por serviços credenciados – e cuidados em regime de internação em instituições específicas. O pagamento pode ser feito ao próprio segurado para que este remunere uma pessoa, ou o segurado escolhe um serviço credenciado. A contribuição é de 1,7% dos salários até o limite máximo do salário de contribuição, idêntico ao do seguro saúde [...]. À diferença do seguro social de doença, que tem suas contribuições definidas pelos órgãos da administração autônoma, as contribuições do seguro social para cuidados de longa duração são fixadas por legislação, o que permite intervenção direta do legislador [...]. Este mais recente ramo do seguro social encontra-se ainda em fase de implementação. Entrou em vigor no ano de 1995 para a atenção ambulatorial e, em 1997, passaram a ser cobertos cuidados de longa duração em regime de internação”.

obrigatório em 1883 [...]”. O mesmo faz Costa Ferreira (2020, p. 222) ao expor este cenário de apropriação:

As tensões colocadas pela questão *sozial* e incorporadas pelo Estado foram manifestas nas políticas sociais. O Estado as assumiu e em lugar de oferecê-las de forma abrangente tomou-as restritas a segmento da sociedade (trabalhadores assalariados). A questão “social” foi vista como algo restrito à parcela da sociedade, como uma questão específica daquele segmento. Bismarck lançou mão da própria maneira como parte dos trabalhadores se organizavam coletivamente em situações de doença e outros infortúnios e fez delas sua marca. Tomou para si, mas modificou seu sentido ao mesmo tempo que tratou de diluir de significado a questão “social” e a restringiu a uma questão passível de resolução por meio de serviços traduzidos naquilo que passou a ser chamado de políticas sociais.

Além do mais, a característica da intervenção estatal sobre a “questão social” foi realizada de forma fragmentada e particularizada: surge o seguro acidente de trabalho, o seguro desemprego, o seguro invalidez. “Assim, a ‘questão social’ é atacada nas suas *refrações*, nas suas sequelas apreendidas como problemáticas cuja natureza totalizante, se assumida conseqüentemente, impediria a intervenção” (NETTO, 1996, p. 28, grifo do autor). A totalidade do processo que origina a “questão social” ou os problemas sociais que surgem especificamente do processo de acumulação capitalista não poderia ser levado em conta, uma vez que seria o mesmo que questionar a ordem burguesa (NETTO, 1996), portanto:

A constatação de um sistema de nexos causais, quando se impõe aos intervenientes, alcança no máximo o estatuto de um quadro de referência centrado na noção de *integração social*: selecionam-se variáveis cuja instrumentação é priorizada segundo os efeitos multiplicadores que podem ter na perspectiva de promover a redução de *disfuncionalidades* – tudo se passa como se estas fossem inevitáveis ou como se se originassem de um “desvio” da lógica social (Ibid., p. 28, grifo do autor).

A implementação das políticas sociais ao redor do mundo variou de acordo com o contexto socioeconômico e político de cada região e com as diferenças “[...] dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 64), mas ainda assim alguns dados gerais podem elucidar sua difusão em alguns cantos do globo. Entre 1883 a 1914, o conjunto dos países europeus possuía pelo menos algum tipo de seguro social público para os trabalhadores, por meio de um sistema de compensação de renda estatal, sendo que, dos 13 países europeus, 11 implementaram seguro-saúde e 9 países a pensão ao idoso. A proteção ao desempregado teve abrangência posterior, quando em 1920, 9 países europeus possuíam algum tipo de seguro desemprego (Ibid., p. 67). Além disso:

Os seguros, conforme aponta Marshall (1967: 80) foram iniciados timidamente sob a óptica privada e destinados a reduzidas categorias profissionais, mas se espalharam no final do século XIX e o início do século XX, de tal modo que, em 1938, entre 30

países da Europa, Ásia, Américas e Australásia, 20 tinham seguro compulsório contra doença, 24 possuíam alguma forma de aposentadoria contributiva, quase todos tinham planos para atender acidentes de trabalho e moléstias industriais, somente 8 tinham seguro obrigatório contra o desemprego e somente 3 cobriam apenas as três situações “clássicas” de risco: doença, velhice e desemprego. Essa modalidade de proteção social, contudo, não tinha caráter universal (Ibid., p. 66).

A despeito das políticas sociais terem se disseminado entre o final do século XIX e o início do século XX, é somente a partir do período do pós-crise de 1929-1932 que elas se generalizaram e consolidaram, principalmente a partir da expansão capitalista após a Segunda Guerra Mundial, momento do *trânsito entre o capitalismo monopolista clássico e o capitalismo tardio ou maduro* (BEHRING; BOSCHETTI, 2009). As soluções para a crise de 1929-1932 baseadas nos fundamentos econômicos liberais heterodoxos de John Maynard Keynes combinados com o modo de regulação produtiva de Henry Ford, “[...] constitu[í]ram os pilares do processo de acumulação acelerada de capital no pós-45, com forte expansão da demanda efetiva, altas taxas de lucro, elevação do padrão de vida das massas no capitalismo central, e um alto grau de internacionalização do capital [...]” (Ibid., p. 88). Nesta fase de desenvolvimento capitalista, ao assumir sua responsabilidade de administrador de crises, o Estado torna-se central para o crescimento econômico, visto que passa a intervir diretamente na reorganização da economia capitalista, sendo esta uma das razões da expansão das políticas sociais capitaneadas pela ação estatal. E não só:

A base subjetiva para os anos de crescimento foi a força dos trabalhadores e o novo paradigma socialista que se expandia a leste da Europa, o que forjou um grande pacto social entre os segmentos do capital e do trabalho do setor monopolista, coordenado e sustentado pelo Estado, com governos social-democratas na Europa ocidental (Ibid., p. 83).

Diferentemente das políticas sociais que se multiplicaram no capitalismo monopolista clássico, onde a lógica do seguro social imperava sobre elas, de forma geral, no capitalismo monopolista tardio, isto é, de 1945 até o final da década de 1960, as políticas sociais são predominantemente universais e não contributivas. Não caberá a este trabalho a revisão do período de expansão e generalização das políticas sociais ou o debate acerca do surgimento e dos tipos de regime do *Welfare State*⁵¹ nas regiões capitalistas centrais, porém podemos afirmar que foi neste tipo de intervenção estatal que as políticas sociais mais se ampliaram e alcançaram maior número de segmento de trabalhadores, até que, no final da década de 1960, a onda expansiva do capitalismo começa a declinar e a ofensiva do capital, traduzida nos ideais neoliberais, modificaram fundamentalmente as políticas sociais daquele período.

⁵¹ Para uma melhor compreensão acerca do *Welfare State*, cf. Behring e Boschetti (2009).

CAPÍTULO III

3. “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL

Mediante aquelas particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil, como poderíamos compreender a “questão social” em nosso país? Neste capítulo trataremos sobre as primeiras manifestações da “questão social” no Brasil, as quais, vinculadas a tais particularidades, podem ser identificadas já no período de transição neocolonial, situado entre 1808 e a sexta década do século XIX – conforme mencionado no primeiro capítulo –, momento em que é construído no Brasil um tipo de mercado capitalista moderno, dando prosseguimento à segunda fase de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, conforme periodização de Fernandes (2006), onde se inicia um capitalismo competitivo que começava a se diferenciar enquanto sistema econômico. No capítulo anterior definimos a “questão social” como o conjunto dos problemas políticos, econômicos e sociais que se manifestam especificamente no modo de produção capitalista resultante do ingresso do proletariado no cenário político, através de mobilizações e reivindicações, sendo sua expressão utilizada para conceituar, a princípio, o pauperismo provocado pela Primeira Revolução Industrial na Europa Ocidental, no século XVIII.

Genericamente, é de comum referência entre os autores na literatura de base do Serviço Social a demarcação do surgimento da “questão social” no Brasil a partir da generalização do trabalho livre e seus desdobramentos, ou seja, no Brasil republicano pós-abolição. É certo que a “questão social” se manifesta nas relações capitalistas de produção onde se pressupõe o trabalho livre e assalariado, sendo o salário um dos constitutivos da expressão da taxa de exploração do trabalho pelo capital, no qual a taxa de mais-valia é gerada pela relação entre trabalho necessário, o salário, e o trabalho excedente, apropriado pelo capitalista. É certo também que é no processo de acumulação capitalista, traduzida na lei geral de acumulação capitalista, que pobreza e riqueza são *socialmente* produzidas e reproduzidas. De um lado, dois extremos, de outro, partes constituídas de um mesmo processo. Daí a relação direta entre “questão social” e a lei geral de acumulação capitalista.

No entanto, é problemático pautarmos a realidade brasileira segundo o processo de acumulação capitalista que sucedeu nas nações capitalistas centrais, principalmente as europeias ocidentais, onde não houve processo de colonização, mas se alimentaram deste processo visto que a realidade político-econômica brasileira – e latino-americana como um todo – fomentou a acumulação capitalista internacional. A realidade nacional transcrita nas

“transformações políticas pelo alto” e na manutenção da velha classe latifundiária no poder político, no sistema colonial fundamentado em relações escravistas de trabalho e os conflitos raciais daí decorrente, na discussão sobre nação e mestiçagem, nas grandes imigrações europeias e na política de imigração seletiva, assim como na agroexportação como principal base econômica e na inserção do país na Divisão Internacional do Trabalho como produtor de matérias-primas e de gêneros alimentícios, todos estes fatores – e outros mais – confluíram para que o desenvolvimento capitalista no Brasil tenha se dado de forma distinta, onde, constituindo-se como um país periférico e dependente, a “questão social” que nele se expressa também é apresentada de maneira singular. Netto (2012) pontua que “[...] a caracterização da ‘questão social’, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais”⁵². Parte das particularidades citadas acima podemos acompanhar no primeiro capítulo e é a partir delas que caracterizaremos a “questão social” em nosso país.

Antes de iniciarmos a discussão sobre a “questão social” propriamente dita, faremos uma introdução acerca das teorias racistas e da eugenia no Brasil na virada do século XIX para o século XX, na medida em que o debate acerca da “questão social” é indissociável da questão racial. Posteriormente, abordaremos sobre as expressões da “questão social” no século XIX por meio de relatos das condições de vida dos trabalhadores daquele século mediante análise das transformações no mundo do trabalho na cidade do Rio de Janeiro. Em seguida abordaremos sobre as primeiras e principais formas de organização, solidariedade, luta e resistência da classe trabalhadora livre, liberta e escravizada no Brasil no século XIX e, por último, sinalizaremos as distinções entre tais lutas e resistências que ocorreram ao longo daquele século, com aquelas que se destacaram no início do século XX. O intuito é de buscar caracterizar as formas específicas de proteção e mobilização da classe trabalhadora do século XIX como legítimas formas de luta política contra as consequências da industrialização e urbanização, resultado do desenvolvimento capitalista, mas também contra a violência colonial e a escravidão no Brasil por parte da própria classe trabalhadora, assim como ressaltar a importância dessas lutas e relações de solidariedade que perpetuaram em uma classe trabalhadora ainda em formação –

⁵² Ianni (2004, p. 92, grifo nosso) complementa que: “Conforme a época e o lugar, *a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais*, juntamente com os econômicos e políticos. Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural. No curso dessa história, formam-se grupos e classes, sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos. Desenvolvem-se reivindicações, greves, protestos, revoltas. Simultaneamente, há uma luta aberta e surda pela cidadania. Um vasto processo histórico-social por meio do qual entra em curso a metamorfose da população de trabalhadores em povo de cidadãos. Vista assim, em perspectiva histórica ampla, a sociedade em movimento apresenta-se como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social”.

que identificamos como diversificada nos mais variados aspectos – na cultura política que se desenhou em seu núcleo no século XX e caracterizá-las como constituintes do conjunto de mobilizações que representou o ingresso da classe trabalhadora no cenário político brasileiro.

A fim de alcançar o objetivo proposto teremos a contribuição da tese de doutorado da professora Gracyelle Costa Ferreira (2020), já citada em parágrafos anteriores, a partir de suas análises e pesquisas sobre a origem racial dos trabalhadores ferroviários, portuários e marítimos da cidade do Rio de Janeiro. Também utilizaremos a literatura dos historiadores Marcelo Badaró Mattos (2008) e Rafael Maul de Carvalho Costa (2014) referente à formação e organização da classe trabalhadora no Brasil, de Kabengele Munanga (2020) para a discussão de mestiçagem e de Nancy Leys Stepan (2014) para o debate sobre eugenia, além da contribuição das historiadoras Érika Bastos Arantes (2010) e Renata Figueiredo Moraes (2022) na análise acerca dos conflitos internos da classe trabalhadora no Brasil.

3.1 EUGENIA, MISTIÇAGEM E PROJETO DE NAÇÃO: DO EVOLUCIONISMO BIOLÓGICO ÀS TEORIAS RACISTAS

Na primeira seção apresentamos uma pequena análise sobre a influência que as ideias racistas, baseadas nas teorias da hereditariedade, tiveram no projeto de nação concebido pelas elites econômicas e intelectuais brasileiras mediante a absorção do pensamento social advindos da Europa ocidental e dos Estados Unidos e é a partir daquelas ideias que discutiremos este item. Na Europa, o século XVIII foi inundado por idealizações de cientistas embebidos do pensamento iluminista – como Voltaire (1694-1778), Maupertuis (1698-1759), Julien Offray de la Mettrie (1709-1751), Immanuel Kant (1724-1804), Edward Long (1734-1813), Moreau de Saint-Méry (1750-1819), entre outros – que se dedicaram ao estudo das raças humanas, num contexto em que o evolucionismo e as teorias da hereditariedade dominavam o ambiente científico. Grande parte de seus esforços voltaram-se para justificar a dominação dos povos da Europa ocidental sobre os demais povos espalhados pelo mundo mediante a ideia de que a humanidade seria separada por raças, onde a pureza racial repousava sobre os colonizadores brancos europeus e, para os demais povos, restavam-lhes apenas a inferioridade racial. Mais tarde, o pouco avanço no campo da hereditariedade humana do século XIX fundamentaram ainda mais as ideias racistas que vinham se desenhando no século anterior, colocando em xeque a unidade humana enquanto espécie.

Muitas foram as teorias racistas, diversificando-se e/ou complementando-se entre si, mas o fulcro era a ideia de que a diversidade fenotípica e genotípica da espécie humana era

proveniente da existência de raças humanas distintas, *a priori*. O entendimento era de que as diferenças biológicas supostamente produziriam a inferioridade ou a superioridade entre uma raça e outra e que explicariam, também, a diversidade cultural humana, ou seja, a existência de sociedades/povos distintos, o seu sucesso ou fracasso na dominação dos demais e a sua manutenção no poder pelos tempos vindouros – sempre na hierarquização de superioridade ou inferioridade – eram justificados pela existência de raças. Neste contexto, a mestiçagem era constantemente invocada e vista como um equívoco humano ou como uma violação das “leis naturais”, como alguns autores que consideravam a mestiçagem fruto da imoralidade humana e causadora dos males sociais ou mesmo resultado do cruzamento do homem branco com outros animais⁵³ (MUNANGA, 2020).

A condenação da mestiçagem como transgressão das leis naturais era mais fácil no domínio das concepções poligenistas. Em 1774, num livro que fez escola entre os extremos defensores da escravidão, Edward Long, proprietário de escravos na Jamaica, defendeu também a tese de que brancos e negros não tinham a mesma origem e que constituíam espécies diferentes do mesmo gênero (*genus*). Segundo ele, os mulatos oferecem a prova de que os brancos e os negros são duas espécies distintas, pois, ao cruzar os mulatos, estes não eram capazes de reproduzir sua espécie, prova de que pertencem ao gênero das mulas. Quando os fatos pareciam desmenti-lo, pois existiam casais de mulatos com filhos, Long assegurava que o verdadeiro pai podia ser um branco ou um negro (Ibid., p. 33).

Embora cada uma tivesse sua especificidade e até se contradissem, todas as teses convergiam no princípio de que a raça branca era a raça primeira e original, sendo as outras algum tipo de anormalidade racial humana, até mesmo quando autores, como Diderot e Buffon, justificavam que a prova da unidade da espécie humana era a fecundidade do mestiço⁵⁴. Além do mais, a raça branca sempre aparecia como homogênea, manifestando uma espécie de perfeito equilíbrio da natureza. Na realidade, muitas das vezes o “ser branco” nem mesmo era visto como sendo dotado de uma raça, porém um ser *per se*, ou até mesmo surgindo como neutro. Na verdade, raça e mestiçagem apenas acabavam por ser evocadas para tratar das diferenças do

⁵³ “No extremo, essa posição parece revelar um pensamento inconsciente que une, na sua origem, a ideia de mestiçagem e de raça. As raças humanas são resultado de uma mestiçagem primitiva que corrompeu o homem branco, misturando seu sangue com o sangue das bestas (animais). Se o homem de cor é um degenerado, a mestiçagem é o instrumento da contaminação. A partir de 1745, Maupertuis desenvolveu a doutrina de ‘epigênese’, segundo a qual os híbridos tinham uma possibilidade de existência teórica. [...] Maupertuis supunha que o primeiro negro nasceu de um casal de brancos cujas partes seminais continham acidentalmente o princípio negro. Desse ponto de vista, nenhuma barreira separava as uniões mista; pelo contrário, graças à mestiçagem, abria-se a possibilidade de criar novas espécies e melhorar aquelas já existentes, seguindo o exemplo de criadores de cães e cavalos” (Ibid., p. 31-32).

⁵⁴ Conforme Munanga (2020, p. 31), “Buffon e Diderot são os únicos naturalistas que, longe de reduzir a hibrididade à esterilidade, veem nela uma noção fecunda. Para Diderot, a mestiçagem é uma das manifestações mais brilhantes do poder criador da matéria; o híbrido é um ser intermediário, a passagem entre a matéria bruta e o vegetal, entre o vegetal e o animal, entre o animal e o homem, entre o homem e o homem”.

outro ou quando a teoria racista incorria num impasse. Podemos ver esta explicação na abordagem de Munanga (2020, p. 23) sobre a mestiçagem em dois diferentes prismas, a raciologista e a populacionista:

A mestiçagem, do ponto de vista populacionista, é um fenômeno universal ao qual as populações ou conjunto de populações só escapam por períodos limitados. É concebida como uma troca ou um fluxo de genes de intensidade e duração variáveis entre populações mais ou menos contrastadas biologicamente. E entende-se por população um conjunto de indivíduos que se reproduzem habitualmente entre si; um conjunto definido biologicamente e não *a priori*. O fenômeno da mestiçagem, analisado do ponto de vista populacionista, parece-me ter menos implicações ideológicas do que na abordagem raciologista. Com efeito, o raciologista se interessa principalmente pela mestiçagem entre as ‘grandes raças’ definidas *a priori*. A própria natureza de sua abordagem leva-o, muitas vezes, a invocar a mestiçagem quando seu método (baseado na divisão da espécie humana em grandes raças) coloca-lhe problemas. Ele dirá que, se sua nomenclatura das variações é imperfeita, é porque os tipos ‘puros’ dos tempos antigos foram obnubilados pela mestiçagem entre as grandes raças originais.

Ao prosseguirmos para o século XIX, podemos ver algumas diferenças no interior das ideias racistas no meio científico. No final daquele século, Francis Galton, cria o termo eugenia, que terminou por se tornar um movimento social e científico que envolveu áreas das ciências da natureza e sociais, vinculado ao darwinismo social, bem como ao mendelismo (STEPAN, 2014, p. 39). Com base na redescoberta das teorias da hereditariedade de Mendel e nos “avanços” das ideias de Weismann sobre a continuidade do plasma germinativo, para os eugenistas europeus, as devidas aplicações do novo evolucionismo no campo social, por intermédio de políticas públicas, poderiam representar a chave para o êxito e o progresso da espécie humana, na medida em que, supostamente, sua genética poderia ser seletivamente melhorada. Empiricamente, tais ideias foram inspiradas pelos resultados do que era possível ser experimentado em cruzamento de plantas e na observação do reino animal, no entanto, a hipótese de estendê-las aos seres humanos foi o que culminou, por exemplo, na extremista política estatal eugênica germânica comandada por Adolf Hitler, em meio a Segunda Guerra Mundial. No entanto, a eugenia não precisou ser exclusivamente extremista para ser praticada – se é que a existência de qualquer política eugênica não seja suficientemente absurda. Para exemplificar, políticas públicas eugênicas foram aplicadas como forma de atenuação da criminalidade na Europa através da proibição da reprodução de pessoas consideradas disgênicas (ou não eugênicas) a partir da esterilização humana involuntária⁵⁵. De acordo com Stepan

⁵⁵ “As primeiras leis que complementaram a esterilização na Europa foram introduzidas no cantão de Vaud, na Suíça, em 1928, e na Dinamarca, em 1929, e eram vistas como métodos *moderados, científicos e progressistas* de implementação da higiene genética. Segundo o geneticista Tage Kemp, os médicos dinamarqueses rejeitavam a idéia racista da superioridade ‘nórdica’, que ficou associada a boa parte da eugenia alemã, e a lei de 1929 justificava-se pela convicção de que a ‘sociedade tem de criar condições de vida toleráveis para todos, o que impunha a necessidade do emprego de certas medidas eugênicas’. De acordo com uma recente análise, entre 1930

(2014, p. 37), o início desta ideia foi “[...] a mais dramática alteração nas normas tradicionais que regulavam a família ocidental e os direitos individuais à reprodução. [...] Essa nova proposta representava uma alteração radical em política pública”. Por volta do final da década de 1920, a eugenia negativa, que consistia na proibição da reprodução humana para fins de “aprimoramento racial”, tomava um lugar privilegiado em detrimento da eugenia positiva de Galton⁵⁶ (Ibid., p. 37).

As técnicas mais notórias de “aprimoramento da raça” introduzidas pelos eugenistas envolviam intervenção direta na reprodução humana. Quando pensamos sobre eugenia, vêm-nos logo à mente esterilização humana e segregação sexual compulsórias e, até, eutanásia. Em diversos países, os eugenistas justificavam tais medidas como meios eficazes de eliminar as más características hereditárias das populações humanas para assegurar o contínuo progresso da sociedade dos homens. Definia-se, assim, uma eugenia negativa. Os eugenistas pensavam a reprodução não como uma atividade individual, consequência da sexualidade humana, mas como responsabilidade coletiva que levava à produção de boa ou má hereditariedade. Engajavam-se, portanto, em uma radical revisão do sentido da reprodução sexual para a sociedade e do direito individual à reprodução (STEPAN, 2014, p. 115).

Diante disso, afirmando o seu caráter neutro – e despretensioso, mas muito pelo contrário: escamoteando o seu conteúdo político –, as descobertas científicas⁵⁷ se alinhavam ao racismo. Alguns autores, como Munanga (2020), denunciam estas ideias expondo-as como pseudocientíficas⁵⁸ e que, de fato, não deveriam de ser englobadas na categoria de ciência. Por outro lado, é inegável que tais ideias foram formuladas e divulgadas debaixo de uma legitimidade e autoridade científica, sendo utilizadas para explicar a realidade social do ponto de vista das classes dominantes. Ao abordar sobre as análises dos historiadores a respeito das “raízes sociais do argumento eugênico de Galton”, Stepan (2014, p. 33) descreve sobre sua legalidade científica:

O que é relevante para nossa história é a forma como a linguagem de ciência “desinteressada” disfarçava essas raízes. Trata-se, na verdade, de mais um dos

e 1949 mais de 8.500 dinamarqueses foram esterilizados por razões de anormalidade sexual e psíquica. Na Suécia, onde o Instituto para Raça e Biologia, ligado à Universidade de Uppsala, foi estabelecido com o apoio do Estado em 1921, pelo menos 15 mil pacientes mentais foram eventualmente esterilizados por motivos eugênicos nos termos de uma lei aprovada em 1934, que entrou em vigor no ano seguinte – prática esta que só foi suspensa após a guerra” (STEPAN, 2014, p. 37, grifo nosso).

⁵⁶ A autora menciona que “até o final do século XIX, a repulsa moral e consequente aversão política à interferência na reprodução humana continuavam a impedir que os argumentos eugênicos se traduzissem em ação. [...] Em seu *Descent of Man (A descendência do homem)*, Darwin cita Galton várias vezes, mas, apesar de parecer às vezes prestes a aceitar a necessidade de algum tipo de controle eugênico sobre a reprodução humana em nome do progresso evolucionário, reluta em abraçar ideia tão racial” (STEPAN, 2014, p. 31).

⁵⁷ “As teorias da natureza jamais são simplesmente descobertas. Pelo contrário, são socialmente articuladas. Por sua vez, as conclusões sociais derivadas de teorias da natureza são produtos de interpretação ativa, do desenvolvimento de instituições e da utilização de recursos políticos e culturais para dar à ciência determinados significados e representar interesses específicos” (Ibid., p. 75).

⁵⁸ Por exemplo, nesta citação: “[...] as ideias sobre a degenerescência da mestiçagem etc., todo o arcabouço *pseudocientífico* engendrado pela especulação cerebral ocidental repercute com todas as suas contradições no pensamento racial da elite intelectual brasileira” (MUNANGA, 2020, p. 53, grifo nosso).

inúmeros exemplos, na história das ciências naturais, em que matérias de caráter social e político são submetidas a uma abordagem “cientificista” (para usar um desagradável neologismo), avocando-se uma identidade apolítica da qual derivam posteriormente conclusões altamente politizadas que ganham considerável autoridade precisamente pela suposição de que se baseiam em conhecimento supostamente neutro. No caso em pauta, o resultado não foi, de modo algum, simples pseudociência: Galton encarnava posição bastante convencional em uma tradição científica reconhecida e era membro de pleno direito, por assim dizer, do *establishment* científico. Em muitos aspectos, o modo como os valores sociais construíram uma linguagem da variação e da seleção humanas foi típico das ciências sociais e biológicas do período.

Parte do discurso racista serviu para justificar a urgência de pôr fim ao trabalho escravizado quando este não trazia mais vantagens para o modo de produção capitalista, tornando inadiável o seu fim, visto que a verdadeira “civilização” seria resultado do povoamento e expansão dos brancos europeus e da aniquilação dos povos africanos e seus descendentes, assim como outras etnias e povos nativos – tendo em vista em como se desenvolveu a dinâmica colonial pelo mundo. Assim, “no discurso dos filósofos do século XVIII, os interesses humanitários se misturam e se confundem com os cálculos políticos e econômicos” (MUNANGA, 2020, p. 34). O autor exemplifica este fenômeno ao relatar que:

Daniel Leseallier, um dos que propuseram a abolição gradual da escravidão, recomendava a extinção do comércio de mulheres negras, visto que os mulatos constituíam uma raça bastarda e viciosa, juntando aos vícios de sua origem negra a insolência e a preguiça provocadas pelo orgulho de sua origem branca. [...] Marquis de Chastellux, comparando a escravidão da Antiguidade à da América, observa que [...] não é apenas o escravo que fica abaixo do mestre, mas também o negro que fica abaixo do branco. O caminho para acabar com a escravidão seria desembaraçar-se dos negros através de casamentos mistos sucessivos até que a cor fosse totalmente limpa (Ibid., p. 34).

Como vimos, as relações sociais capitalistas na América Latina tinham suas particularidades como resultado de seu recente passado colonial, que implicava em óbices no desejo da elite política e intelectual de colocar em prática o projeto de modernidade e civilização sobre moldes europeus. Após o processo de independência política, como regra, as antigas colônias tornavam-se indubitavelmente um Estado-nação, surgindo o questionamento de como poderiam se tornar uma “verdadeira” nação sendo a América Latina uma extensa região miscigenada e culturalmente diversificada. Antes de prosseguirmos devemos entender que “nações e Estados são um velho fenômeno. Todavia, aquilo que chamamos de moderno Estado-nação é uma experiência muito específica” (QUIJANO, 2005, p. 118). Situarmos o Estado-nação como um fenômeno historicamente determinado nos dá a chave para entender que o plano da construção nacional dos novos países latino-americanos foi eurocentrado, pois, afinal, tal forma específica de organização social e de estruturação de poder – o Estado-nação – foi gestada a partir dos processos socio-históricos ocorridos especificamente na Europa entre os séculos

XIII e XVI (SCHIERA, 1998; CROSSMAN, 1980?), mas difundida no mundo pelos europeus como a forma padrão de organização de toda e qualquer sociedade situada no globo. Genuíno no ocidente europeu, porém, muito mais do que um imperativo eurocêntrico, um modelo de organização social cobiçado pelas elites locais dos novos Estados. Dentro deste tema⁵⁹, Hobsbawn (1990, p. 19-20) traz importantes considerações, como as ideias de que:

A “nação” pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado-nação”; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora dessa relação. Além disso, com Gellner, eu enfatizaria o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações. “As nações são postas como modos naturais ou divinos de classificar os homens, como destino político... inerente, são um mito; o nacionalismo, que às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e frequentemente oblitera as culturas preexistentes: *isto é* uma realidade.” Em uma palavra [...] o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto. [...]. Por essa razão as nações são [...] fenômenos duais construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos de suposições esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas.

E, tratando-se do Brasil, a ideia de construir uma verdadeira nação passava necessariamente pela questão racial. A busca pela identidade nacional por intermédio da ansiada unidade racial se tornava a principal preocupação das elites, assim como era vista como um dos fatores essenciais para o progresso nacional. Como vimos no primeiro capítulo, no Brasil a discussão em torno da mestiçagem e do problema da construção de um “tipo nacional” eram temas centrais e, embora pudessem ter se baseado nas teorias eugênicas europeias e estadunidenses, os cientistas brasileiros produziram sua própria eugenia. Em nosso país a eugenia se fundamentou nas teorias de hereditariedade de Lamarck – assim como na maioria dos países latino-americanos – e, posteriormente, nas concepções neolamarckianas, de influência francesa, ao contrário do que se procedeu em países como Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos, onde as teorias evolucionistas de base weismannista-mendeliana fundamentaram as ideias eugênicas. No Brasil, a vertente neolamarckiana só foi substituída pelo mendelismo a partir do final da década de 1940.

Em termos gerais, as teorias evolucionistas convergiam no esforço de explicar como funcionaria o mecanismo da hereditariedade celular a fim de entender a evolução dos seres vivos. Entre o século XIX e XX, duas correntes concorriam entre si para explicar a evolução das espécies. A primeira delas, engendrada pelo biólogo francês Jean-Baptiste Lamarck, originou a teoria da herança dos caracteres adquiridos, que nada mais era a suposição de que os

⁵⁹ Sobre o tema nação e nacionalismo, cf. Hobsbawn (1990).

organismos vivos poderiam sofrer mutações genéticas mediante ações externas do meio ambiente e repassá-las hereditariamente para a sua descendência, o que é o mesmo que dizer que o plasma germinativo, local onde o material genético estaria contido, poderia ser alterado mediante a exposição a novas experiências externas ao organismo. Stepan (2014, p. 78-79) descreve que “[...] o lamarckismo propunha uma evolução impulsionada por lenta e intencional adaptação às mudanças no meio ambiente. Trava-se, portanto, de uma evolução que parecia menos brutal, menos impessoal e mais humana [...]” se compararmos com a proposta evolucionista de Mendel e Darwin. A segunda corrente era a elaborada por Gregor Mendel, após a redescoberta de suas leis em 1900, incorporadas à teoria da continuidade do plasma germinativo do biólogo alemão August Weismann, surgindo assim o weismanismo-mendelismo. Basicamente, esta concepção defendia a ideia de que o plasma germinativo era autônomo e independente em relação ao restante da célula e se mantinha estável nas gerações resultantes de novos cruzamentos, isto é, o material genético não era alterado por influências do meio ambiente, permanecendo contínuo e inalterado por muitas gerações. A transposição das ideias evolucionistas do mundo biológico para a vida social foi um dos principais fundamentos para articulação e disseminação das diversas teorias racistas do século XIX e XX. Stepan (2014, p. 35, grifo nosso) faz uma importante observação ao mencionar que:

Uma vez que o mendelismo, combinado com a teoria de Weismann sobre a autonomia do plasma germinativo, se associava à idéia de total separação entre as unidades hereditárias e as influências do meio ambiente, parecia a muitos cientistas que – por mais que se tentasse – nenhuma alteração no ambiente social resultaria em melhoria duradoura das características hereditárias. *Considerava-se que a linhagem – não a vida social – determinava o caráter.* A hereditariedade passara a ser tudo. Na verdade, o simples fato de dizer que uma característica, condição ou comportamento era de origem “hereditária”, em vez de “social”, implicava uma série de conclusões – que a condição era “inerente ao indivíduo, com um peso socialmente causado poderia vir a adquirir; que era “fixa”, de maneira peculiarmente danosa; que não havia muito a fazer a respeito dela, salvo *tentar evitar que a condição se transmitisse às gerações futuras através da reprodução.*

Diante disto, não é muito difícil imaginar a razão da corrente lamarckiana ter sido predominante na América Latina. Por ser constituída por um gigantesco território que continha uma ampla população mestiça, o pensamento de que a mudança do meio social poderia influenciar no destino das futuras gerações era a esperança de que as sociedades latino-americanas poderiam caminhar para um efetivo progresso, diferente do determinismo biológico proclamado pelos europeus quanto ao porvir latino-americano⁶⁰. Somado a isto, muito da

⁶⁰ “As dúvidas dos brasileiros sobre a identidade racial do país há muito haviam sido reforçadas por interpretações racistas do Brasil vindas do exterior. Wilson Martins comenta que os brasileiros tendiam a viver ‘suas próprias existências de forma vicária, como se fossem reflexos em um espelho’. Os intelectuais tinham de confrontar o fato de que, texto após texto europeu, o Brasil era considerado exemplo privilegiado da ‘degeneração’ que ocorria em

literatura científica acessada pelos pensadores latino-americanos era francesa, a qual possuía uma biologia baseada nas teorias de Lamarck que, aliás, era francês⁶¹. Conforme salienta Stepan (2014, p. 83), “politicamente, as noções lamarckianas justificavam a crença de que o esforço humano tinha sentido que os melhoramentos adquiridos ao longo da vida de um indivíduo poderiam ser transmitidos geneticamente, que o progresso seria possível”.

Não obstante as ideias eugênicas fossem encontradas no século XIX, a institucionalização da eugenia no Brasil ocorreu nos primeiros anos do século XX sob responsabilidade principalmente da medicina, profissão que, em conjunto com o direito, formavam a elite profissional debaixo de um importante aparato institucional. No século XIX, a medicina não se restringia à prática clínica ou de pesquisa e “[...] muito dos estudantes [...] ou deixavam de formar-se, ou usavam seus diplomas, uma vez formados, para avançar socialmente, não para praticar profissionalmente a medicina” (Ibid., p. 50). Além do mais, a graduação em medicina era um meio quase que único para o conhecimento científico (Ibid., p. 55). Ao avançarmos para o século XX, podemos ver algumas mudanças na área médica que começou “[...] a tornar-se mais técnica e científica, e a expandir o seu papel social” (Ibid., p. 50), especialmente com o advento da bacteriologia. A saúde pública convertia-se em uma questão de ordem política. Campanhas de saúde pública começavam a surgir na primeira década daquele século, como contra a varíola e a febre amarela, levando a nomes, como o de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, ao estrelato social e científico até aos dias atuais.

Os sucessos da bacteriologia na América Latina estimularam o crescimento de uma classe profissional médica de orientação científica cada vez mais visível e integrada nas organizações federais e estaduais encarregadas de definir políticas. Paralelamente, à medida que cresciam as expectativas quanto ao controle das enfermidades, as doenças mais frequentemente associadas à pobreza – tuberculose, infecções venéreas, alcoolismo – forçavam a expansão das fronteiras do conhecimento médico e social (Ibid., p. 51-52).

Assim, no Brasil e América Latina, a eugenia se consolidava vinculada à ideia de saneamento. Talvez uma ótima definição para esta vinculação seja a citada por Stepan (2014,

uma nação tropical, racialmente mista. Henry Thomas Buckle, Benjamin Kidd, Georges Vacher de Lapouge, Gustave Le Bon, o conde de Gobineau e vários darwinistas sociais citavam suas teorias de inferioridade dos negros, de degeneração dos mulatos e de decadência tropical. Dos Estados Unidos vinha a mesma mensagem. Como evidência de que os ‘mestiços’ não conseguiriam produzir uma alta civilização, os antropólogos apontavam para os latino-americanos, os quais, afirmavam, estavam agora ‘pagando por sua liberalidade racial’. Segundo os pensadores americanos, os cruzamentos ‘promíscuos’ que se haviam verificado em boa parte da América Latina haviam produzido povos degenerados, instáveis, incapazes de desenvolvimento progressivo” (Ibid., p. 53).

⁶¹ Stepan (2014, p. 81-92) complementa que “até a década de 1920, era para a França, se pudessem, que se dirigiam os estudantes latino-americanos de ciência e medicina para sua formação médica e biológica, e era lá que aspiravam a ser publicados e reconhecidos. Em consequência desses laços linguísticos e culturais, as ideias biológicas frequentemente chegaram à América Latina vindas da França, e fortemente matizadas de tons lamarckianos”.

p. 96) ao mencionar que “[...] a higiene pública era vista como uma forma de resgatar o país da ‘degeneração’ racial [...]”. A máxima era o combate ao que se chamava de *venenos raciais*, ou seja, à hábitos ou doenças que se acreditava resultar em danos ou degenerações hereditárias à prole do sujeito, estendendo-se, assim, à ordem nacional. Daí a preocupação política com o saneamento público: o futuro da nação dependeria de um efetivo combate ao abuso de drogas ilícitas e álcool, doenças sexualmente transmissíveis (as doenças venéreas), infecções, entre outros. Essas doenças eram frequentemente associadas à população negra que eram acometidos pelos mais recentes males provenientes de uma urbanização acelerada. A inquietação também se voltava para as altas taxas de mortalidade infantil e materna que, alinhada à concepção neolamarckiana de eugenia, engendrava uma preocupação com a “boa hereditariedade” dos novos membros da sociedade (os novos nascidos) e com o ambiente em que iriam se desenvolver e, mais tarde, procriar, surgindo assim, a puericultura – impulsionada pelo médico francês Adolphe Pinard no final do século XIX – e, depois, a ideia de homicultura⁶², cunhada pelos médicos cubanos Eusebio Hernández e Domingo F. Ramos⁶³ no início do século XX, mas com “[...] poucos adeptos na América Latina, apesar de ter sido adotada no título das reuniões pan-americanas sobre eugenia que Ramos veio a realizar” (Ibid., p. 87).

Ao acompanharem Pinard nos caminhos da eugenia, muitos médicos latino-americanos viram suas idéias como uma extensão dos princípios de saúde pública à esfera especial da hereditariedade e da reprodução. Evitando-se uma distinção rígida e definitiva entre hereditariedade e meio ambiente, eles davam considerável atenção ao meio no qual ocorria a reprodução porque este era visto como fonte de “venenos” reprodutivos que poderiam ter consequências desastrosas para as futuras gerações. Assim, a eugenia foi associada à obstetrícia, às políticas populacionais e ao bem-estar infantil, e constituiu causa comum nas campanhas contra alcoolismo, tuberculose e doenças venéreas (Ibid., p. 89)

Apesar do esforço da medicina latino-americana em lutar contra os venenos raciais, Stepan (2014, p. 93) salienta que muitos “eugenistas adot[aram] suas políticas sociais sem levar

⁶² “Hernández e Ramos propuseram a palavra ‘homicultura’ como substituta para puericultura. Da forma que os cubanos a viam, a homicultura era mais ampla que a puericultura, uma vez que aquela se referia ao cultivo científico de todo o indivíduo, desde antes do nascimento até a idade adulta, e não apenas da criança. [...] O termo ‘homicultura’ [...] tinha a vantagem de chamar a atenção para o fato de que [...] abrangia o cuidado dos futuros pais do nascimento à idade adulta e da saúde de suas gônadas (gonocultura) e do feto a partir do momento da concepção. [...] Assim, a homicultura representou um estágio no percurso entre a puericultura do final do século XIX e a eugenia neolamarckiana do início do século XX, mais radical e inovadora, e refletiu o crescente hereditarianismo do pensamento médico neste período” (Ibid., p. 87).

⁶³ “A história da palavra ‘homicultura’, introduzida no debate médico latino-americano em 1911 por dois médicos cubanos, Eusebio Hernández e Domingo F. Ramos, como forma de conceituar o novo entendimento médico do papel da hereditariedade na sociedade humana, abre uma entrada para este processo; ‘Homicultura’ estava relacionada com outra palavra popular nos círculos médicos da época: ‘puericultura’ – na verdade tratava-se de um jogo de palavras. A dedicatória do livro ao renomado obstetra e puericultor francês Adolphe Pinard revelava claramente a dívida dos cubanos para com a medicina francesa e as raízes características das eugenias francesa e latino-americana. Da homicultura emergiria a nova eugenia” (Ibid., p. 85).

em devida consideração os detalhes da ciência genética. Muitos eram médicos clínicos sem muitos conhecimentos sobre biologia experimental [...]”. A autora relata que a grande preocupação era identificar os “sinais ou de ‘degenerescência’, ou de ‘inadequação’ em seus pacientes” (Ibid., p. 93), ou seja, a de encontrar nos sujeitos seus próprios preconceitos raciais, de gênero, de classe, entre outros.

A reconstrução das cidades, a transferência da classe média para bairros saudáveis, o estabelecimento de novos laboratórios bacteriológicos e de saúde pública, o “saneamento” dos pobres pela vacinação compulsória e outras medidas de saúde pública – todos fizeram parte do repertório de políticas de saneamento adotado em muitos países da América Latina quando a eugenia entrou em cena. Reconhece-se que muitas dessas medidas foram ineficazes, até deslocadas e mal orientadas, movidas tanto pelo desejo de isolar e “fumigar” centros de supostas contaminações sociais e médicas quanto por genuínos impulsos humanitários, mas um dos resultados da ênfase em saneamento foi a fusão da eugenia com a higiene social ou a eugenização da saúde pública (Ibid., p. 96-97).

É fundamental ressaltarmos que a eugenia de base neolamarckiana, pela sua própria concepção biológica de evolução baseada na viabilidade de melhoria genética a partir de mudanças do meio ambiente, possibilitava a combinação de ações sociais, morais e médicas com o fim de “regenerar” o sujeito – como diz a autora, numa “fusão das linguagens moral e científica” (Ibid., p. 98). Assim, questões de ordem estrutural, econômica, política e social eram interpretadas como um mero problema individual – e moral – e que ainda poderia haver uma salvação: a sua eugenização.

De um ponto de vista prático, o ataque ao consumo de álcool e a moralização dos hábitos sociais apresentavam-se como um passo lógico da eugenia. Permitiram também que os eugenistas definissem fronteiras entre comportamentos sociais aceitáveis e inaceitáveis. Como tais barreiras também separavam os pobres da classe média, os trabalhadores braçais da elite e os segmentos brancos da população dos negros, o ataque dos eugenistas aos venenos raciais também reelaboraram noções de raça e estabeleceram novos termos pelos quais as fronteiras internas entre as pessoas poderiam ser entendidas (STEPAN, 2014, p. 99).

No Brasil, a institucionalização da eugenia foi encaminhada em grande parte pelo médico Renato Kehl. Em 1918, Kehl fundou a Sociedade Eugênica de São Paulo, que chegou a ter 140 membros, sendo presidida pelo diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, o médico Arnaldo Vieira de Carvalho (STEPAN, 2014). Antes de mais nada, o objetivo da instituição era “divulgar a idéia da eugenia e introduzir uma nova linguagem no debate brasileiro. Temas tradicionais da medicina – alcoolismo, doenças venéreas, degeneração, fertilidade [...] – eram ligados à ‘purificação’ e a eugenização da nação brasileira” (Ibid., p. 56). Parte da repercussão pública da eugenia foi graças as palestras e conferências organizadas pela Sociedade Eugênica de São Paulo. Stepan (2014, p. 57) ressalta que na imprensa “a reação foi altamente favorável: a eugenia foi saudada como uma nova ciência capaz de introduzir uma

nova ordem social por intermédio do aperfeiçoamento médico da raça humana”. Após o fim da Sociedade, logo no ano seguinte depois de sua inauguração, o psiquiatra Gustavo Riedel originou a Liga de Higiene Mental, em 1922, no Rio de Janeiro, instituição a qual Renato Kehl também se vinculou no ano de 1925.

A associação entre eugenia e a psiquiatria, no campo da higiene mental, foi intensa no Brasil. “A higiene mental foi definida como uma forma preventiva de medicina psiquiátrica que necessariamente ampliava o escopo dos médicos para além dos muros dos asilos, invadindo a vida cotidiana nos lares, nas ruas, nas escolas” (Ibid., p. 58). Sobre a elite intelectual pairava uma crença de que a criminalidade era hereditária, podendo estar nas mãos da medicina a atenuação dos crimes, na medida em que os sujeitos identificados como potencialmente criminosos pudessem ser previamente tratados, sendo que, na maioria das vezes, o tratamento era sinônimo de exílio e tortura. Por conta disto, a medicina legal constituiu-se numa importante área no combate ao crime que, por sua vez, era vinculado à questão racial.

Graças a essa associação, a eugenia acabou ligada aos problemas de criminalidade, delinquência juvenil e prostituição, “patologias” dos pobres e, no caso do Brasil, da população mestiça e negra. [...] Embora se representasse como uma abordagem moderna e inovadora à insanidade e ao crime, a higiene mental esteve, no contexto latino-americano, profundamente marcada pelo hereditarianismo, particularmente o hereditarianismo extremado do criminologista italiano Cesare Lombroso (Ibid., p. 58).

A Liga de Higiene Mental reuniu mais de 120 membros provenientes de asilos mentais e reformatórios públicos (STEPAN, 2014). No ano de 1927 é aprovada uma lei assistencial apoiada pelo médico e higienista brasileiro Afrânio Peixoto que, segundo Stepan (2014, p. 59) permitia “[...] aos psiquiatras e higienistas mentais o poder de internar os indivíduos mentalmente doentes em asilos, além de expandir uma rede de dispensários e implantar serviços ambulatoriais locais nas diversas cidades”. Por meio de suas atividades com a Liga, na citação abaixo podemos ver a vinculação direta entre a eugenia e nomes consagrados da medicina no Brasil.

Em 1929, a relação de membros da Liga incluía diversos dos mais eminentes cientistas médicos da cidade. Ali encontravam-se nomes como Juliano Moreira, diretor do Hospital Nacional de Alienados; Miguel Couto, presidente da Academia Nacional de Medicina e principal clínico do Rio de Janeiro; Fernando Magalhães, professor de ginecologia e obstetrícia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Carlos Chagas, descobridor do “Mal de Chagas” (*Trypanosomiasis americana*) e diretor tanto do Instituto Oswaldo Cruz, quanto do Departamento Nacional de Saúde Pública; Edgar Roquette-Pinto, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro; o higienista e pioneiro da medicina legal Afrânio Peixoto; e os psiquiatras Henrique Roxo e Antônio Austregésilo. Em 1929, a Liga retomou a publicação de seu jornal *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, interrompida após primeira edição, em 1925, e intensificou sua campanha contra o alcoolismo, esclarecendo, através da mídia, suas conexões com “degeneração racial” (Ibid., p. 59-60).

Com a ampliação e intensificação das ideias eugênicas pelo século XX, em 1929 acontece o Primeiro Congresso Brasileiro da Eugenia, presidida por Roquette-Pinto, com participação ativa não somente de médicos e profissionais da área da saúde, mas também de “[...] jornalistas e vários deputados federais que representavam diversas correntes políticas”, além de delegados da Argentina, Peru, Chile e Paraguai (STEPAN, 2014, p. 60). Naquele mesmo ano, Kehl publicava o *Boletim da Eugenia* mensalmente em um jornal e, após a “Revolução” de 1930, “[...] aproveitou a oportunidade política para criar a Comissão Central de Eugenia, que visava promover a eugenia em nível nacional e chamar a atenção para a questão da imigração com premente problema médico nacional” (Ibid., p. 61). É neste período que uma eugenia mais radicalizada – em termos raciais – se intensifica.

Além da medicina, outras áreas da ciência, não necessariamente ligadas diretamente à saúde, contribuíram para a formulação e disseminação da eugenia no Brasil, como a antropologia, a sociologia e o Serviço Social⁶⁴. Desta forma, podemos ver que a eugenia foi bem recebida pela intelectualidade brasileira e vista como uma espécie de salvação para o “problema nacional” comumente atribuído à existência de venenos raciais, que deveriam ser combatidos, e à degeneração racial provocada pela mestiçagem, ora condenada ora tomada como a grande solução para o futuro da nação. Deste modo, eugenia e racismo⁶⁵ estavam – e ainda estão – intrinsecamente relacionados. Stepan (2014, p. 53-54) traz uma importante observação acerca da relação entre ciência e racismo:

O papel da ciência nos debates entre raça e destino era um fator adicional e complicador. No início do século XX, a ciência emergira, por toda parte, como componente crítico de interpretação cultural, e seu racismo também se intensificara – seja na medicina, na psiquiatria, na biologia, seja na antropologia ou nas ciências sociais. Assim, na América Latina, a ciência provou-se uma faca de dois gumes: de um lado, os intelectuais viam a ciência como progressista e libertadora, oferecendo novas ferramentas de peso – intelectual e prático – para construir-se uma saída do

⁶⁴ Costa Ferreira (2020, p. 262) traz algumas evidências da participação do Serviço Social nas instituições governamentais de orientação eugenista e higienista na década de 1930: “Em 1939, por exemplo, Oliveira Vianna proferiu uma Conferência na Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro, sobre a política social e suas novas diretrizes no país. Tempos depois ela foi publicada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, o qual compunha. O estímulo à maternidade, desde o fim do século XIX foi pautado no entendimento dessas mulheres/mães como auxiliares dos médicos do campo da higiene infantil. Assistentes sociais podiam atuar mesmo em parceria com médicos e juízes como no Laboratório de Biologia Infantil (LBI), criado em 1936, que fazia uso de métodos eugênicos. O Serviço Social era, segundo Silva (2011), uma das seções do LBI, para Silva (2011), uma das principais”.

⁶⁵ “Na verdade, o principal dogma do racismo afirma que as raças humanas são desiguais, os brancos são superiores, e toda a mestiçagem resulta em degenerescência. O processo evolutivo, associado à idéia de progresso, é pensado como ‘luta de raças’, na qual os ‘inferiores’ são ‘naturalmente’ dominados. O dogma racista condena todos os mestiços à extinção progressiva, criando, assim, uma dificuldade quase incontornável para a ciência das raças à brasileira, defrontada com uma enorme variedade de *mestiços de* todos os matizes. Mas, assim como Gobineau conseguiu imaginar algum tipo de mestiçagem criativa, nossos pensadores inventaram o branqueamento, dando alguma chance a uns poucos eleitos como ‘mestiços superiores’. Ideologias nem sempre precisam de coerência para serem assumidas como ‘verdades” (SEYFERTH, 1994, p. 181, grifo do autor).

suposto atraso de seus países; de outro, a ciência estava cada vez mais aliada ao racismo.

Após a abolição da escravidão, temas acerca da mestiçagem no Brasil tornavam-se cada vez mais comuns, porém já na monarquia, na metade do século XIX, a discussão quanto ao “problema da mestiçagem” era candente, principalmente mediante a conjuntura de busca pela formação de uma identidade racial para a construção do Brasil como nação. Vista como problemática, a pluralidade étnica e racial esteve constantemente em questão, o que fomentou diversas teorias racistas no meio intelectual, criadas e recriadas continuamente. Em par com a mestiçagem, a ideia de branqueamento da população também se tornou central nos debates elitistas. Com base em Munanga (2020), citando os pensadores mais influentes do final do Império ao início da Primeira República, Sílvio Romero (1851-1914) possuía uma visão predominantemente otimista⁶⁶ quanto ao futuro do Brasil enquanto uma nação racialmente homogênea, acreditando na gênese de um povo genuinamente brasileiro, na qual a mestiçagem representaria um “mal necessário”, uma fase apenas transitória e antecessora de uma população rumo a brancura. A ideia era a da dissolução dos elementos indígenas (nativos) e negros, onde, após a revisão de João Batista Lacerda, estimava-se que o processo de aniquilação poderia demorar de seis a sete séculos ou mais até que se concretizasse na tão sonhada “raça brasileira”.

Outro autor, Nina Rodrigues⁶⁷ (1862-1906), rechaçava a ideia de mescla das raças existentes no Brasil, condenando a mestiçagem e a teoria da unidade étnica de Sílvio Romero e decretando que “uma adaptação imposta e forçada de espírito atrasados a uma civilização superior provocaria desequilíbrios e perturbações psíquicas” (MUNANGA, 2020, p. 57). Nina propunha uma espécie de “institucionalização e legalização da heterogeneidade” (Ibid., p. 57) desde que regida por um código penal distinto para negros e indígenas, tendo em vista a desigualdade natural entre estes e os brancos, segundo a sua visão. Além do mais, o autor

⁶⁶ Apesar disto, Munanga (2020, p. 56) observa algumas incertezas no pensamento de Romero: “Por mais que Sílvio Romero possa acreditar no futuro próximo de um tipo racial e cultural genuinamente brasileiro, resultado da mestiçagem, seu pensamento demonstra algumas inconsistências. Contrariando sua predição, ele observa que o resultado dos grandes agentes transformadores, isto é, a natureza e a mescla de povos diversos ainda em ação, não pode ser determinado com segurança. Em outros momentos, ele disse: ‘ainda entre nós as três raças não desapareceram confundidas num tipo novo, e este trabalho será lentíssimo. Por enquanto a mescla das cores e a confusão nas ideias é o nosso apanágio’. Mais confiante, ele retoma: ‘o povo brasileiro, como hoje se nos apresenta, se não constitui uma só raça compacta e distante, tem elementos para acentuar-se como força e tornar-se um ascendente original nos tempos futuros. Talvez tenhamos ainda de repensar na América um grande destino histórico-cultural”.

⁶⁷ “[...] Raimundo Nina Rodrigues, fundador, na década de 1890, da nova antropologia científica no Brasil – uma antropologia centrada na questão da raça e que se valia das novas técnicas da antropometria –, era quase tão pessimista em sua visão quanto os mais inflexíveis críticos do Brasil. Seus estudos antropológicos revelaram-lhe não uma nação-em-construção branca, ‘civilizada’, mas um país complexo, multirracial, heterogêneo, que não forjara nenhum tipo étnico singular e estável, e cujo futuro previsível era etnicamente negro” (STEPAN, 2014, p. 54).

apresentava uma construção muito particular de categorias raciais para os mestiços. A fim de “evitar injustiças” contra alguns destes em seu sistema penal, dividiu-os em três categorias: “o mestiço tipo superior, inteiramente responsável; o mestiço degenerado, parcial e totalmente irresponsável; o mestiço instável, igual ao negro e ao índio, a quem se poderia atribuir apenas a responsabilidade atenuada” (Ibid., 59-60). Euclides da Cunha⁶⁸ (1866-1909) também defendia a ideia de um mestiço de tipo superior e apontava o sertanejo do Norte como um mestiço em importante desenvolvimento e progresso racial, porém resultado da mestiçagem entre o branco e o índio, apenas.

Assim como Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, Oliveira Viana (1883-1951) sustentava a ideia de um mestiço superior e inferior, mas também de um negro superior e inferior. A mestiçagem também se constituiria numa transição ao branqueamento da população, termo utilizado por ele como “arianização”, onde surgiria uma raça nova e unicamente brasileira⁶⁹. Munanga (2020, p. 68) destaca que este autor foi o responsável por ter “[...] sido o sistematizador e enfatizador de um complexo de ideias racistas que teriam sido superadas pelos progressos alcançados na antropologia de sua época”. Viana criou múltiplos tipos psicológicos que, em sua visão, variava de acordo com a raça do indivíduo – e ao seu pertencimento na tipologia superior ou inferior – que, por sua vez, era fundamentada de acordo com sua característica física, *principalmente*. “Ou seja, as qualidades morais e intelectuais dos mestiços são definidas por sua aparência física mais ou menos negroide, mais ou menos caucasóide, isto é, a partir de seu grau de arianização” (MUNANGA, 2020, p. 74). Conceitos como “puro” ou

⁶⁸ “A clássica obra de análise social de Euclides da Cunha, *Os Sertões* (1902), que relatava a história de uma revolta armada dos sertanejos racialmente mistos de Canudos [...] sintetizava as ciências da época ao argumentar que ‘a miscigenação, além de obliterar as qualidades proeminentes da raça superior, serve para estimular o ressurgimento dos atributos primitivos da inferior; de modo que o mestiço – um hífen entre raças, uma breve existência individual na qual estão comprimidas forças ancestrais – é quase sempre um tipo desequilibrado’. Diante das circunstâncias e das infecções ideológicas, a eugenia – por definição, a ciência do ‘aprimoramento racial’ – poderia facilmente atrair intelectuais e profissionais convencidos da capacidade da ciência de criar a ‘ordem e progresso’ [...] que a composição racial do país perturbava” (STEPAN, 2014, p. 54).

⁶⁹ A realidade consiste em que Oliveira Viana termina por ser contraditório em suas ideias. A diversidade dos tipos étnicos e psicológicos criados por Viana conduziu à um impasse que impossibilitaria, segundo a sua própria tese, a criação de um tipo nacional único tão almejado pelo autor. Munanga (2020, p. 70-71) explica que “partindo da ideia de que, entre as numerosas nações trazidas ao Brasil, existiam enormes diversidades tanto somáticas quanto psicológicas, comparativamente aos brancos, Viana concluiu que o cruzamento entre os elementos dessas nações e os lusos deu também origem a uma variedade correspondente de mestiços, o que torna absurda a procura da unidade psicológica do mulato e a fixação de sua unida antropológica”. Mais à frente, Munanga (2020, p. 73) critica: “Fica bastante difícil para nós entendermos como Viana conseguiu inventar indivíduos que, por mais miscigenados que fossem, tivessem mentalidades justapostas na cabeça, e essa justaposição se faz de acordo com a origem dos seus ancestrais. Também fica difícil entender como ele ignorou que o contexto colonial não podia favorecer as possibilidades de ascensão, cuja falta ele joga no negro, índio e mestiço. Em vez de criticar a situação colonial e o colonizador, que reprimiram as oportunidades de manifestação dessa vontade, ele encontra a explicação na psicologia da própria vítima”.

“aparente” são recorrentes em sua literatura, sendo um dos precursores da ideia do racismo de marca ou cor *versus* racismo de origem. Munanga (2020, p. 79-80) salienta que:

O que importa para as conclusões sociológicas, disse Viana, não é tanto determinar o tipo puro (genótipo), mas sim o tipo aparente (fenótipo). Com efeito, têm-se duas espécies de brancos: o branco puro (genótipo) e o branco aparente (fenótipo), isto é, o mestiço brancoide, de aspecto ariano (fenótipo). O mesmo se dirá do negro e do índio, distinguindo o negro puro do mulato negroide e o índio puro do mameluco indioide. Em antropologia física, estes dois tipos – puro e aparente – são biologicamente distintos, mas, em antropologia social, eles se equivalem. De outro modo, branco ou mulato brancoide, branco ou mameluco brancoide, negro ou mulato negroide, índio ou mameluco brancoide são socialmente análogos. Isto é, o comportamento deles perante a sociedade é, em geral, idêntico, como idêntico é o comportamento da sociedade para com eles. O conceito de racismo de “marca”, mais tarde elaborado por Oracy Nogueira para distinguir o Brasil dos Estados Unidos, já estava em filigrana presente no pensamento de Viana, através dos conceitos de branco “puro” e “aparente”, negro “puro” e “aparente”, sobretudo na ideia de que, socialmente, o branco puro e o branco aparente são igualmente tratados no Brasil.

E como se ainda fosse necessário, a partir de leituras tendenciosas acerca dos levantamentos demográficos da época, Viana conseguia enxergar um futuro branco fenotípico – “aparente” – para os brasileiros: “depois da 3ª ou 4ª geração, o branco puro não existiria mais, ou seja, o Brasil se tornaria depois deste tempo um país de mestiços genotipicamente” (Ibid., p.78). Sua incongruência era tamanha que levou Munanga (2020, p. 78) a chamá-lo, em tom sarcástico, de “o caçador de estatísticas demográficas”. No pensamento de Viana, o sucesso do processo de arianização poderia ser comprovado por meio da alta fecundidade da raça branca em relação às demais, da intensa injeção de sangue ariano nos mestiços através da imigração europeia, do “rápido caldeamento dos novos colonos” com a população mestiça tendo em vista o aumento de casamentos interraciais entre brancos imigrantes e mestiços nativos, entre outras tantas explicações baseadas em interpretações anistóricas. Além do mais, mediante a ideia de superioridade da raça branca baseada na concepção de que os mais aptos e fortes – os brancos, em sua crença – eram os que sobreviveriam, qualquer estatística poderia ser transformada em dado positivo para fundamentar a pretensa supremacia racial branca. Os brancos eram vistos como dominantes por determinação biológica, portanto nada poderia ir contra o seu infalível destino natural. Assim, não era levado em conta que o crescimento da população branca no Brasil era devido ao:

[...] intenso fluxo migratório europeu da época, [a]o fim do tráfico negreiro desde 1850, a alta mortalidade da população negra, devido às adversas condições de vida e a eliminação do índio pelas doenças europeias, álcool e arma de fogo. A nosso ver, o decréscimo do número de negros e índios pelos motivos lembrados e o aumento de brancos pelas correntes migratórias provocaram a diminuição do coeficiente do mestiço, nessa época, por causa do desequilíbrio demográfico entre parceiros sexuais nas três raças e, conseqüentemente, o aumento de mulheres entre os brancos, contrário à situação antes das grandes imigrações europeias (Ibid., p. 78).

No entanto, como vimos nas linhas acima, a arianização proporcionada por Viana era apenas aparente: era o mais próximo que a população brasileira poderia alcançar em relação aos “brancos puros” europeus. Vemos aqui aquela mesma ideia contida no movimento eugenista latino-americano: uma aproximação do ideal branco. Tentava-se “extrair” o máximo daquilo que poderia haver de similar ao imaginário racial das elites políticas e intelectuais voltadas para o padrão branco europeu. Em contrapartida, ao invocar a mestiçagem como um processo para o alcance do branqueamento da população brasileira, podemos interpretar que sua outra faceta era o processo de desconstrução da identidade negra (e também dos povos nativos), ou seja, de redução étnica⁷⁰, um projeto que vinha em construção desde o início da miscigenação seletiva e da política imigratória europeia (SEYFERTH, 1996), entre o final do século XIX e o início do século XX, mas que teve sua resolução partir da década de 1930, com a política nacionalista de Vargas, mediante o protagonismo de Gilberto Freyre ao estabelecer, nas palavras de Munanga (2020, p. 83), o “mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia”. Freyre buscou encontrar a contribuição positiva das “três raças” que fundaram o país por meio da miscigenação ocorrida no regime colonial e escravista – pensada por Freyre de forma romantizada – que permitiu o progresso social e cultural alcançado pela sociedade brasileira até então, em sua visão. Em outros termos, aplicou uma manobra onde a discussão da identidade étnico-racial brasileira passou do campo racial para o campo cultural.

A grande contribuição de Freyre é ter mostrado que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura brasileira: influenciaram profundamente o estilo de vida da classe senhorial em matéria de comida, indumentária e sexo. A mestiçagem, que no pensamento de Nina e de outros causava dano irreparável ao Brasil, era vista por ele com uma vantagem imensa. Em outras palavras, ao transformar a mestiçagem num valor positivo e não negativo sob o aspecto de degenerescência, o autor de *Casa grande e senzala* permitiu completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. [...] As três raças trouxeram também suas heranças culturais paralelamente aos cruzamentos raciais, o que deu origem a uma outra mestiçagem no campo cultural (Ibid., p. 83).

⁷⁰ “O processo de branqueamento é chamado de ‘redução étnica’ e Lacerda não tem qualquer dúvida sobre o seu sucesso, apesar da sua preocupação com a ‘influência atávica’ de alguns traços negroides – meros acidentes do percurso de 100 anos que julgava necessário para transformar o Brasil numa nação predominantemente branca. Afinal, enquanto ideologia, o branqueamento não precisava da demonstração sistemática oferecida pela ciência da época; bastavam os estereótipos e as concepções mais populares ligadas à idéia de herança de sangue. Neste caso, mesmo um cientista podia falar dos ‘vícios do sangue’ negro e qualificar os escravos africanos apenas como trabalhadores braçais, no melhor estilo dos livros didáticos de História do Brasil. O segmento dos mestiços, por outro lado, é descrito pelo termo ‘instável’ (como, aliás, é comum a outros autores do período). Trata-se, fundamentalmente, da crença de que os mestiços não formam uma verdadeira raça, ou não constituem uma raça fixa – e, conforme o tipo de cruzamento, os indivíduos podem voltar ao tipo branco ou ao tipo negro” (SEYFERTH, 1994, p. 185-186).

Devemos destacar que a ideologia de branqueamento também era de extremo interesse político, na medida em que seria menos turbulento governar uma população em que os conflitos raciais pudessem ser atenuados, ainda que fosse necessário o extermínio de seus segmentos mais significados, considerados potencial ameaça à ordem social⁷¹. Desta maneira, a forma como a elite política e intelectual procurou construir a identidade étnico-racial brasileira, alargou a viabilidade de que conflitos étnicos e raciais latentes fossem evitados, ou ao menos amenizados, mediante a ideia de que todos, independentemente de cor e raça, eram brasileiros. Surge o mito da democracia racial.

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultura entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas” em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (Ibid., p. 83-84).

Com isto, a intenção das classes dominantes era diluir as diferenças raciais em um tipo novo e único, porém, ao mesmo tempo apagando os componentes negros que caracterizariam o atraso e exaltando os componentes brancos que representariam o progresso, mesmo diante da tomada de consciência por parte das elites de que não seria possível atingir os moldes “puros” europeus no Brasil. Um discurso que supostamente valorizava o melhor de cada “raça”, porém debaixo de uma tese fundacional que romantizava a violência colonial, que negava a existência de diferenças sociais baseadas no critério racial e que procurava convergir complexas relações étnico-raciais em um tipo único nacional em detrimento da construção de uma sociedade plurirracial e culturalmente diversificada.

⁷¹ “A elite ‘pensante’ do País tinha clara consciência de que o processo de miscigenação, ao anular a superioridade numérica do negro e ao alienar seus descendentes mestiços graças à ideologia de branqueamento, ia evitar os prováveis conflitos raciais conhecidos em outros países, de um lado, e, por outro, garantir o comando do País ao segmento branco, evitando a sua ‘haitinização’” (Ibid., p. 82).

3.2 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E CLASSE TRABALHADORA NO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE DA REGIÃO URBANA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Como vimos no primeiro capítulo, no século XIX foram apresentadas importantes transformações no ambiente urbano, principalmente após a vinda da Corte portuguesa para a Colônia e a partir da guinada do café como principal produto da agroexportação. Após a abertura dos portos e o fim do tráfico transatlântico dos africanos, parte do capital foi liberado para outras atividades urbano-comerciais, financeiras e de especulação. Vimos também que o café não só dinamizou as regiões portuárias, mas também demandou a melhoria dos transportes fomentando a construção de ferrovias para além dos centros urbanos. Assim, atividades marítimas, portuárias e ferroviárias se tornaram centrais para um país em que a monocultura agroexportadora era a sua principal atividade econômica. Ademais, a intensificação das atividades comerciais, manufatureiras, domésticas e tantas outras demandavam cada vez mais mão de obra nas cidades, o que gerou uma acentuação na convivência e no compartilhamento de experiências entre trabalhadores livres, libertos e escravizados que se inseriram no cotidiano urbano. São as transformações que ocorreram nesse meio e que repercutiram na vida de milhares de trabalhadores que iremos revisitar e analisar neste item.

Começando pelas condições de habitação, em geral, os trabalhadores se esforçavam para residir próximo a seus postos de trabalho, aglomerando-se nas precárias habitações no interior da cidade - isto quando não pernoitavam nas próprias instalações onde trabalhavam: “Estes locais eram os famosos cortiços, casas de cômodos, de dormida ou de habitação, hospedarias, estalagens e zungús” (COSTA, 2014, p. 36). Conforme aponta Costa (2014, p. 36) “em 1869 encontravam-se na cidade do Rio de Janeiro 642 cortiços, dos quais 520 estavam nas freguesias centrais; já em 1888 este número cresce para 1.331, sendo 970 nas citadas freguesias”. Numa das principais freguesias (bairros) do Rio Antigo, no ano de 1870, Santo Antônio, por exemplo, possuía um total de 17.427 moradores residindo em 3.495 domicílios, sendo que 3.558 pessoas destes estavam distribuídos em 69 cortiços, em 1869. Já em 1889, o número de habitantes praticamente chega ao dobro, com 37.660 pessoas residindo em 6.536 domicílios, sendo 6.269 habitantes aglomerados em apenas 115 cortiços (Ibid., p. 50). A freguesia de Santana⁷² era a

⁷² “Com ‘desenvolvida indústria e inúmeras casas comerciais’ de varejo, Santana ia da rua do Conde d’Eu, passando pela região da Praça Onze até os morros do Pinto, da Providência, pela Gamboa e o Santo Cristo, chegando assim à zona portuária. Estendia-se pela região do Campo de Santana (na época cerca de três vezes maior do que a atual Praça da República), da Central do Brasil, e da rua Larga de São Joaquim, fazendo divisa com a freguesia de Santa Rita” (Ibid., p. 60-61).

mais populosa entre as principais, totalizando 32.686 pessoas já em 1870. Em 1869 eram 6.458 habitantes morando em 154 cortiços, que passaram para 13.055 pessoas aglutinadas em 329 cortiços, em 1888. No ano de 1890, a população duplicou para 67.533 habitantes. Já o número total de domicílios entre 1870 e 1890 passa de 5.461 para 10.345 (COSTA, 2014). Santana e Santo Antônio eram as freguesias que mais abrigavam cortiços na cidade, motivo pelo qual a Junta de Higiene do Império manifestou alerta sobre o aumento do número de seus moradores: 2.719 habitantes a mais em um período entre 1867 e 1869 (COSTA, 2014). Sobre um panorama geral na cidade, Costa (2014, p. 36-37) afirma que no Rio de Janeiro:

O aumento da população moradora de cortiços e do número de cortiços ou de quartos alugados, acompanham também o crescimento da população da cidade, e da concentração desta nas freguesias centrais. A densidade demográfica domiciliar na cidade aumenta de 5,71 pessoas por unidade, em 1870, para 7,21 em 1890. Estes dados gerais, no entanto, tornam-se mais elevados se considerarmos apenas as freguesias da Cidade Velha e da Cidade Nova. Fazendo uma média da densidade domiciliar nestas freguesias, encontraremos um crescimento de 5,49 para 8,40 entre os anos de 1870 e 1890. Isto se dá em um período em que houve uma ampliação significativa no número de domicílios, excetuando-se as freguesias da Candelária – que foi onde mais cresceu a densidade domiciliar – e do Sacramento, que tiveram seus domicílios reduzidos. Em todo o município neutro o número de domicílios foi de 41.200 para 71.807, ou seja, subiu 74,3%. Nas freguesias priorizadas aqui este aumento foi de 47,3%, passando de 29.382 para 43.283. Há de se levar em conta que este é um período de grande expansão para as freguesias rurais, sobretudo para aquelas dos chamados arrabaldes, próximas às freguesias centrais. Em números absolutos, a região central deixou de concentrar aproximadamente 71% dos domicílios de 1870 para, em 1890, concentrar cerca de 60%.

Os diversos bairros abrigavam uma variedade de fábricas e manufaturas. Por mais que não houvesse até aquele momento uma exponencial modificação quanto ao cenário industrial na cidade – e no Brasil como um todo – se compararmos com a importância da agricultura para a economia do país, não poderíamos afirmar que a industrialização era tão precária que não valeria a pena ser mencionada, pelo contrário: se o crescimento do número de fábricas, manufaturas e comércio não são tão chamativos para uma parte daqueles que estudam o século XIX no Brasil, era mais do que suficientemente grande as consequências da urbanização e industrialização no país, restando as piores condições de vida, saúde, trabalho e moradia para a classe trabalhadora urbana nascente. Por exemplo, “[...] a tuberculose, entre 1868 e 1876, estava diretamente vinculada, segundo os médicos da época, às condições de habitação e trabalho dentro das fábricas e manufaturas, além do vínculo com a dieta alimentar destes trabalhadores” (Ibid., p. 37).

Em 1852, podiam ser encontradas cerca de 452 fábricas e oficinas espalhadas pela cidade da Corte (COSTA, 2014), como de produção de sabão, vela, tecido, salsicha, chapéu, charuto, etc. Além do espaço manufatureiro e fabril, outros postos de trabalho poderiam ser

elencados em casas comerciais varejistas – padarias, mercearias, etc. –, trapiches e estaleiros, serviço domésticos, construção civil, os já mencionados serviços marítimos, os trabalhos nos portos e ferrovias e todas as diversas funções relacionadas ao setor agroexportador, entre outros. Apesar da diversificação do mercado de trabalho livre, existia um número reduzido de trabalhadores urbanos assalariados no país, além de que grande parte dos empregos eram disponibilizados por tarefa ou tempo determinado, mediante o trabalho autônomo, ou seja, havia uma expressiva instabilidade no mercado de trabalho. De acordo com Mattos (2008, p. 37), “a cifra de 293.673 operários manufatureiros e industriais no Brasil em 1920 é pouco significativa se comparada aos 9.566.840 de habitantes economicamente ativos do país, 66,7% dos quais estão no campo” – e aqui estamos falando do século XX. Além do mais, também podemos observar uma importante diferença quanto ao número de pessoas empregadas, a natureza de seus ofícios e sua composição étnico-racial, nada mais do que o resultado da política estatal de incentivo à imigração europeia e a expulsão dos trabalhadores negros do mercado de trabalho formal que se constituía. Com base em Mattos (2008, p. 39):

Em São Paulo, cerca de 55% da população era composta por estrangeiros na década de 1890 e, entre a população ocupada, os estrangeiros chegavam a somar 68%, ou seja, a grande maioria dos trabalhadores paulistas era composta por imigrantes, a maior parte dos quais, italianos. Já no Rio de Janeiro, na virada do século, o percentual de estrangeiros na população girou em torno dos 25%, sendo portugueses mais da metade desses imigrantes. Ainda nessa cidade, cerca de 35% dos habitantes foram identificados como negros ou mestiços, em 1890. Quando confrontados com os dados relativos ao mercado de trabalho, esses números tornam-se marcas de uma discriminação. Enquanto mais da metade dos estrangeiros economicamente ativos estava ocupada no comércio, indústria ou artesanato – atividades de remuneração menos baixa – cerca de 65% dos de origem negra ocupavam-se em serviços domésticos ou não tinham profissão declarada, em 1890.

Embora muitos postos de trabalho fossem preenchidos por grande parte dos trabalhadores livres e libertos, havia um número significativo de trabalhadores escravizados ao ganho no espaço urbano. Exemplificando, em 1870, a freguesia da Candelária possuía o maior percentual de trabalhadores escravizados residentes na cidade, com 30,74% destes trabalhando em manufaturas e ofícios (COSTA, 2014). A partir da segunda metade do século XIX, o número de trabalhadores escravizados começa a diminuir nas indústrias e oficinas, parte em decorrência de suas vendas para o complexo cafeeiro em ascensão, mas também devido a estratégia política de substituição do trabalho livre e escravizado negro pelo trabalho livre preferencialmente branco e europeu mediante às ações eugenistas praticadas e apoiadas pelo Estado brasileiro. Na visão da elite política, o progresso do Brasil viria pelas mãos de um trabalho livre, porém branco, lido como superior à força de trabalho que os trabalhadores negros livres e libertos

poderiam oferecer no decorrer e após o fim da escravidão⁷³. De acordo com Costa (2014, p. 35), “[...] a diferença da presença de escravizados na cidade de 1849 para 1870 é de 60.510 indivíduos a menos nesta condição, ou seja, uma redução de praticamente 55% em duas décadas”. O trecho abaixo retrata essa mudança quantitativa entre a população livre e escravizada na cidade do Rio de Janeiro, na medida em que Costa (2014, p. 28) salienta que:

Em 1849, a população da cidade do Rio de Janeiro era de 266.466 habitantes, entre 110.602 escravizados e 155.864 livres. Já em 1870, ano em que acaba a Guerra do Paraguai (1865-1870), a população era de 235.381 pessoas, das quais 191.002 estavam em freguesias urbanas, sendo 36.353 escravos – de um total de 50.092 – e 154.649 livres ou libertos – de um total de 185.289. [...]. Em 1872, a população se encontra na faixa dos 274.972 habitantes, em sua grande maioria livres, 226.033, e o número de escravizados, continuando a decrescer, mesmo com o aumento populacional, encontrava-se agora em 48.939 pessoas. A partir desta década ocorre uma grande explosão populacional, não só em decorrência do fim da guerra, mas também com o fluxo migratório vindo do estrangeiro e de outras regiões do país. Em 1890 a Corte já alcançaria os 518.292 habitantes, quase dobrando, portanto, em relação a duas décadas antes. Neste mesmo ano, a população negra da cidade (contando pretos e pardos), reflexo mais nítido da presença de escravos e descendentes, alcançava 37,2% da população total, enquanto em 1872 este percentual era de 44,79%.

Como vimos, estes dados eram facilmente lidos (e celebrados) pela elite política e intelectual, vide Oliveira Viana, como um sinal da eficácia do embranquecimento da sociedade brasileira e de uma imaginável baixa reprodutividade da população negra. Porém, ao contrário das ideias racistas que circulavam, a população negra livre, liberta e escravizada resistia às tais investidas assegurando postos de trabalhos estratégicos para a sua permanência no mercado de trabalho livre em formação, como ainda veremos. Diante disso, embora a classe trabalhadora em formação fosse constituída por trabalhadores imigrantes europeus – como é comumente enfatizado –, principalmente ao final do século XIX, em geral, ela era plural em diversos aspectos: em raça e etnia, em cultura – valores e costumes em geral, como religião –, política e economicamente, em sua condição de liberdade, etc. Arantes (2010) chama atenção para o fato de que “[...] a história do trabalho no Brasil quase sempre foi a história do trabalhador livre e branco, de preferência imigrante. É a aceitação da ideia de que escravo por ser escravo não é trabalhador”. E quando nos deparamos com a realidade do mercado de trabalho urbano do

⁷³ “Sim, porque ao contrário do que comumente se diz, muitos dos que vieram para o Brasil não tinham profissão definida ou trato para o trabalho urbano, seja ele fabril ou de outro cariz. Daí muitos deles recorrerem ao trabalho no porto. Ou seja, a tentativa de expulsão dos trabalhadores negros de postos ocupados durante a escravidão não pode ser ainda hoje considerada do ponto de vista da ‘incapacidade técnica’ desses sujeitos, mas de um projeto de Estado articulado por concepções deterministas sobre raça e nação. Esse projeto ao mesmo tempo foi parte da formação de um mercado que se pretendia assalariado de trabalho no Brasil. O aumento da oferta de trabalhadores com os imigrantes da Europa, associado à tentativa de extermínio da população negra modulou esse projeto racializado de civilidade capitalista no país. *Um projeto que visou minar dos livres e libertos negros as condições para assalariamento e inserção em atividades de prestígio ou com maiores condições para mobilidade econômica*” (COSTA FERREIRA, 2020, p. 108-109, grifo nosso)

século XIX, podemos ver o quão vasta foi a inserção do trabalhador escravizado. Analisando os postos de trabalho ocupados por trabalhadores escravizados ao ganho⁷⁴ nas principais cidades do país, em portos, ferrovias, manufaturas, comércios variados, etc., Mattos aborda que (2008, p. 17, grifo nosso):

Nesses centros urbanos, os trabalhadores escravizados estavam inseridos nas mais diversas atividades, dos serviços domésticos aos ofícios mais especializados, passando pelo trabalho pesado do transporte de mercadorias e pelo variado comércio de rua. Muitos eram alugados pelos seus senhores para prestarem serviços a outros e um outro tanto corria as ruas da cidade vendendo seus serviços por um pagamento em dinheiro, do qual destinavam a maior parte para os senhores, que estipulavam um valor a ser pago diária ou semanalmente – eram os *trabalhadores escravizados ao ganho*. Circulavam com relativa autonomia pela cidade, muitas vezes pagando pelo alimento ou mesmo pela moradia com parte do que recebiam. Eram, entretanto, *constantemente vigiados pela polícia*, que impedia reunião de trabalhadores escravizados e controlava seus movimentos, porque os senhores temiam revoltas urbanas de trabalhadores escravizados, como as várias que ocorreram em Salvador na primeira metade do século 19, a maior delas conhecida como “Revolta dos Malês” (nome atribuído aos africanos de religião muçulmana), ocorrida em 1835.

O trabalho da população negra livre, liberta e escravizada⁷⁵ como constituintes das categorias profissionais das principais atividades econômicas ligadas ao setor agroexportador na capital do país foi extenso e intenso. A primeira delas era na construção e manutenção de linhas férreas, os genericamente conhecidos como ferroviários, nas funções de sondadores, roçadores, cavouqueiros, condutores, niveladores, entre outros, por meio do sistema de empreitada. Neste tipo de atividade, além da presença de trabalhadores escravizados ao ganho, surgiam aqueles trabalhadores alvos da política de repressão à vadiagem e à desocupação que obrigavam muitos homens negros a se alistarem na Marinha de Guerra, sujeitos a castigos

⁷⁴ Conforme Costa Ferreira (2020, p. 89), “os (as) escravizados (as) de ganho (ou ao ganho) trabalhavam nas ruas em troca de remuneração. Tiveram presença considerável no espaço urbano brasileiro, mas também em propriedades rurais. Nessa modalidade de escravização, senhores (as) ‘permitiam’ uma relação de relativa mobilidade territorial para desempenho de atividades laborais – que poderiam ser variadas – e que se realizavam em troca de pecúlios. Desse modo eram instados (as) a sustentar a si e à senhoria ao lhe entregar (diária ou semanalmente) quantias predeterminadas, sob pena de severas punições quando não alcançadas. Por outro lado, a conquista de recursos superiores ao teto preestabelecido, lhes possibilitava acumular recursos para futuramente adquirir a liberdade (SILVA, 1988). Escravizados (as) ao ganho não necessariamente residiam nas mesmas moradias que seus (suas) senhores (as), muitos pagavam aluguel de suas moradas. Essa modalidade de escravização exemplifica a confluência complexa entre relações de trabalho: embora mantivessem certa relação avulsa de ‘assalariamento’, ainda se submetiam ao arbítrio senhorial, posta sua condição social e jurídica de escravizados (as). Os homens eram nomeados ganhadores, as mulheres ganhadeiras”.

⁷⁵ Africanos sob custódia do Estado também estavam inseridos nesse contexto urbano, como bem pontua Costa Ferreira (2020, p. 55): “Após 1831, todos os africanos (as) apreendidos e transportados para o Brasil eram considerados oficialmente livres pelo Estado, que os ‘acolhia’ e os mantinha em cativeiro por pelo menos 14 anos, para trabalhar de modo a ‘aprender’ a conviver como livres. Foram chamados de ‘africanos livres’ ou pejorativamente de ‘meia-cara’, segundo Bertin (2006). Além de trabalhar em obras e serviços públicos, o Estado os cedia a companhias, indústrias e instituições assistenciais [...]. Muitas estradas de rodagem foram construídas por africanos livres. Segundo Sedlacek (2016), por muito pouco, no Rio de Janeiro, a Companhia da Estrada de Ferro de Cantagalo viu frustrado seu planejamento de uso deste tipo de mão de obra. Em 1864, com o Decreto 3.310 de 24 de setembro foram considerados livres de fato”.

físicos na maioria das vezes. Fugindo deste tipo de situação, restava a muitos negros o trabalho nas ferrovias, que geralmente eram localizadas distantes do centro urbano, sendo mais difícil de serem fiscalizados pela polícia.

Aqueles denominados marítimos eram os que realizavam suas atividades na Marinha Mercante, em companhias de navegação e de cabotagem. Existia uma especificidade nesta categoria visto que a atividade mercante era administrada pela Marinha de Guerra, ou Armada, e “[...] todos os trabalhadores mercantes do país, livres ou escravizados, seja da tripulação da navegação ou cabotagem deviam ser antes matriculados nos registros da Marinha de Guerra [...]” (COSTA FERREIRA, 2020, p. 65). Ademais, a forma de contratação também passava pelas diretrizes da Armada, que poderia contratar mão de obra por meio da compra ou aluguel de trabalhadores escravizados, os chamados “marinheiros-escravos”, processo que foi regulamentado no ano de 1825. O alistamento também poderia ocorrer por meio da apresentação de trabalhadores escravizados em situação de fuga que se declaravam na Marinha de Guerra como libertos ou livres, prática que foi conhecida como “abrigo de farda”, além do recrutamento compulsório como estratégia do Estado brasileiro de “disciplinamento” e repressão ao que era considerado vadiagem e mendicância – proibidos por lei –, no qual a maioria dos “recrutados” eram homens negros, reputados como criminosos ou perigosos para a sociedade. Não só adultos, como também eram “recrutados” – capturados! – crianças e jovens negros, intitulados como órfãos e/ou “desvalidos”, por intermédio do treinamento nas Escolas de Aprendizes de jovens marinheiros da Armada, local onde era realizado uma espécie de “reabilitação moral” do indivíduo via trabalho forçado. Não nos admiraríamos sabermos que eram contratados e treinados para compor o quadro de praças ou baixa patente.

Por último, havia o trabalho nos portos nas funções de estivadores e carregadores, majoritariamente ocupadas por trabalhadores negros, fossem livres, libertos ou escravizados, nacionais ou estrangeiros. O regime de contratação poderia ser fixo ou avulso e as atividades eram distribuídas por turmas, o que quer dizer que eram realizadas em grupos. Nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro, estes grupos eram nomeados de “cantos” ou “tropas”, organizados por uma liderança, “[...] cujo nome variou no tempo e espaço – capataz, capitão-de-canto, feitor, capitão, puxador etc.” (Ibid., p. 83), que poderia ser composta por um trabalhador livre ou escravizado⁷⁶. Em Salvador era comum que os carregadores “[...] ento[a]sse[m] canções

⁷⁶ Assim como ocorreu com os trabalhadores escravizados ao ganho, o controle das lideranças dos grupos também foi exercido: “Em 1880 uma regulamentação reafirmou a existência dos capitães e decidiu que eles deveriam ser escolhidos pelos seus pares e aprovados pelas autoridades policiais. Eram os capitães os responsáveis dali em diante por registrar os ganhadores do canto no Livro de Matrículas da chefia de polícia. Ficha essa que incluía uma descrição física dos sujeitos (cor da pele, tipo de cabelo, formato da boca, escarificações étnicas etc.), como as

africanas, puxadas por um dos que compunham o grupo, o puxador do canto. Os outros cantavam juntos em resposta durante o trabalho pesado e desgastante” (Ibid., p. 92). Os cantos também ocorriam na cidade do Rio de Janeiro, que possuía uma particularidade no trabalho portuário: toda a organização do trabalho era realizada pelos próprios trabalhadores negros, que constituíam a maioria entre os portuários cariocas e que, mesmo debaixo da instabilidade do trabalho portuário e da imigração europeia, conseguiram resguardar seus postos de trabalho até o século XX, conquistando, posteriormente, o direito de se organizar em sindicatos no início daquele século.

Em se tratando das condições de trabalho nas fábricas, manufaturas e oficinas, Mattos (2008) menciona que o Estado realizava boletins em que relatavam as situações vivenciadas pelos trabalhadores, ainda que de forma meramente técnica e voltada para a otimização do trabalho. Num exemplo deste tipo de ação estatal, Mattos (2008, p. 40) aborda que:

O Estado, em alguns poucos momentos, também se dispôs a relatar as condições de trabalho de algumas categorias. Embora em tom mais neutro e intenções normalmente associadas à “racionalização” do trabalho (no sentido de aumento do ritmo de produção e diminuição do número de empregados), os funcionários do governo não podiam deixar de descrever as péssimas condições a que os trabalhadores estavam submetidos. É o caso deste relato sobre os carregadores no Porto de Santos em 1912: O trabalho dos carregadores de café é pesadíssimo. Sob um sol ardente, sob a chuva e em dias de noroeste, esse pessoal, nas dez horas de serviço que tem, executa um trabalho fatigante e perigoso. O serviço que começa às seis horas da manhã e termina às cinco horas da tarde, é interrompido às dez horas, para o descanso de uma hora destinado à refeição. (...) Fato que desagrada a todos que visitam as instalações do porto de Santos é a falta de aparelhamento mecânico de seu cais e armazéns. Ali tudo se faz à mão. À imitação do que se observa em portos em tudo inferiores ao de Santos, já poderia a companhia concessionária de seu cais ter tratado do dito aparelhamento, diminuindo assim o esforço exigido no emprego do braço humano e o número dos trabalhadores ocupados (...) (Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, São Paulo, 3º trimestre de 1912, citado por Gitahy, M. L. C. *Ventos do mar*, p. 115).

Ao contar sobre o relato pessoal de uma costureira, chamada Elvira Boni, Mattos (2008) ressalta o quanto era comum em serviços realizados em domicílio, a dificuldade de realizar uma separação entre aquilo que era pertinente ao ambiente de trabalho e ao que era relacionado ao ambiente doméstico do empregador e à vida privada do empregado, o que nos faz pensar sobre as tensões nas relações de trabalho nos serviços domésticos mais variados, preenchido majoritariamente pela população negra do sexo feminino, um quadro não muito diverso do que ainda encontramos atualmente. Podemos também articular este tipo de situação à ideia da permanência do *ethos* colonial nas relações de trabalho, abordado na primeira seção, onde, mesmo no regime de trabalho livre, o empregador julga possuir algum direito sobre o corpo do

publicadas nos anúncios à procura de escravizados em fuga ou das práticas científicas da antropometria” (Ibid., p. 92).

trabalhador, principalmente se associarmos este cenário às relações étnico-raciais no Brasil, onde a população negra se torna o alvo privilegiado nesta conjuntura, considerando o recente passado de escravidão e violência colonial e ao racismo impregnado e perpetuado nas relações sociais.

Em relação à força de trabalho feminina, entre os trabalhadores escravizados as mulheres representavam 49,17% dos indivíduos, sendo que concentradas em determinadas profissões, mais especificamente a de doméstica, que absorvia 58,95% da mão de obra feminina escravizada. As mulheres livres representavam neste quadro 47,82% dos indivíduos livres, entretanto entre elas havia um grande número considerado como sem profissão (49.017 mulheres – 47,84% do total – para 33.190 homens livres sem profissão). Esta diferença tão grande talvez se devesse ao fato de grande parte não ter uma profissão remunerada, e, portanto não reconhecida enquanto tal, tendo suas energias gastas nos trabalhos da casa, que de resto são fundamentais para a reprodução da força de trabalho como um todo. Se considerarmos apenas as com profissão reconhecida, elas estão, assim como as escravizadas, concentradas nas atividades domésticas, somando 58,51% de um total de 41.489 mulheres (COSTA, 2014, p. 31).

O trabalho nas fábricas de tecido, que constituía um dos maiores empreendimentos industriais no século XIX, também empregava amplamente a mão de obra feminina, além de crianças e adolescentes, que competiam no mercado de trabalho a salários menores do que homens adultos costumavam receber. Mattos (2008, p. 42) cita que em “[...] um relatório de 1912, do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo, lista 3.707 menores de 16 anos (grande parte deles com menos de 12 anos), num total de 10.204 operários empregados em 29 fábricas de tecidos do Estado”. A jornada diária de trabalho para crianças e adultos era superior a 10 horas, sendo um agravante o manejo das máquinas por crianças resultando em graves acidentes e até mortes.

Diante deste cenário, por mais que a industrialização não estivesse em franca expansão, sendo muito inferior aos outros setores da economia brasileira no século XIX, especialmente no que diz respeito à proeminência da agroexportação, os seus resultados já representavam um acentuado risco à vida dos trabalhadores que necessitavam de se inserirem no mercado de trabalho para sobreviver, especialmente mediante a precária legislação voltada para a regulação do trabalho urbano que era, na maior parte, voltada para a coerção, punição e controle do trabalhador. Costa (2014, p. 44) menciona as denúncias em jornais abolicionistas no final do século XIX quanto às péssimas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro:

Os órgãos da imprensa abolicionista realizavam comparações entre as experiências de escravizados e livres, utilizando estes argumentos como um dos impulsionadores da luta antiescravista. É o caso do *O Abolicionista*, por exemplo, quando, em 1880, ao analisar o que seria o resultado da escravidão diz: “Aí se verá que infeliz condição estão reduzidos pelo trabalho escravo os trabalhadores livres de uma província como o Rio de Janeiro.” Em 1882, o jornal *Revolução* também expõe seu olhar crítico sobre

as condições de vida dos trabalhadores, rebaixados à escravidão. Para o periódico, os “perturbadores da ordem não são os operários; são aqueles que mandam esvaziar as oficinas, para encherem as cadeias, são aqueles que lhes extorquiram os direitos de cidadãos e querem lhes impor deveres de escravos”. As denúncias dos jornais abolicionistas e de trabalhadores e o relato de João de Mattos sobre as condições de trabalho nas padarias, mal iluminadas sujas e quentes, podem ser também ilustradas com o estudo de alguns casos focalizados, como, por exemplo, os das fábricas de cola, velas e salsichas encontrados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Os documentos referem-se às polêmicas sobre a permissão de funcionamento de fábricas em determinadas regiões da cidade.

O risco à saúde do trabalhador também se estendia aos precários bairros que abrigavam fábricas próximas às residências. Costa (2014) conta a história sobre alguns problemas que percorreram entre os anos de 1884 e 1888 associados à um grupo de fábricas situado nas freguesias da cidade do Rio de Janeiro, que tinham no seu processo industrial o manejo de matéria-prima de origem animal, visto que produziam cola, vela e salsicha. No ano de 1884, no mês de julho, a Junta Central de Higiene foi envolvida, decretando que as fábricas fossem transferidas para uma região menos povoada da cidade no decorrer de 4 meses a fim de que o mau cheiro ambiental decorrente da produção fosse extinto. Porém, em dezembro daquele mesmo ano, o proprietário das fábricas, Antônio Corrêa d’Avila, havia realizado um abaixo-assinado com os moradores da freguesia que afirmava não haver problemas significativos para a saúde da vizinhança próxima às fábricas e que estas eram essenciais para a economia da região. No início de 1885, a Comissão Vaccinico Sanitária de São Cristóvão libera o funcionamento da fábrica de cola, mediante às mudanças que haviam sido realizadas no seu interior e na preparação do produto, e a fábrica de vela e salsicha também continuou a funcionar sem nenhum tipo de intervenção da Junta ou da Comissão. Até que no ano de 1886 a situação vem à tona repetidamente, mas desta vez com a não liberação da licença para o funcionamento das fábricas após deliberação da Câmara dos Vereadores.

Em 29 de março de 1886, o mesmo Antonio Corrêa d’Avila, estabelecido à rua do Barcellos n°s 2 e 4, freguesia do Engenho Velho, tendo como negócio uma “fábrica” de sabão, derreter sebo e salsichas, pede a continuação de sua licença, à Câmara de Vereadores. O problema do mau cheiro permanecia, e o delegado de higiene da freguesia do Engenho Velho, dr. Francisco Betim Paes Leme, apesar de “louvar o asseio” do estabelecimento, afirma que este “asseio porém não impede o mau cheiro que exalam os intestinos, couros e mais ingredientes empregados por este senhor no preparo do sabão e velas, e que não podem deixar de tornar insuportável a moradia nestes lugares.” O delegado argumenta que o proprietário procurou resolver o problema estabelecendo uma casa em Santa Cruz para limpar as tripas e couros antes de levar para a fábrica, mas que a Câmara Municipal entravava o funcionamento, uma vez que não concedia a licença. O que não se explica, contudo, é a razão de um problema, que deveria ter sido resolvido no fim do ano de 1884, ainda se encontrar pendente, com a fábrica funcionando, em março de 1886 (Ibid., p. 46).

Estes relatos demonstram o quão diversificado eram as expressões da “questão social” no Brasil do século XIX e como afetava diferentemente à classe trabalhadora. Até que o Estado viesse a intervir sobre suas manifestações por meio de políticas sociais, na maioria das vezes os trabalhadores tinham que se auto-organizar para fins de proteção contra as mazelas que os atingiam, resultado direto do desenvolvimento capitalista no país, tanto em relação ao trabalho livre quanto ao trabalho escravizado. O Estado reagia violentamente as diversas formas de organização da classe trabalhadora por meio da punição, repressão e coerção direta, principalmente quando se tratava dos trabalhadores negros. Alguns serviços sociais chegavam a ser disponibilizados para a massa da população, porém por meio de pífios aparatos institucionais e/ou individuais que ofereciam serviços episódicos e descontinuados, muitas das vezes de cunho assistencialista e caritativo. Somado a isso, existiam as “tradicional” formas de violências próprias do regime colonial em âmbito privado – como aquelas executadas pelos “senhores de escravos” – que ainda repercutiam no Brasil independente. Conforme aborda Costa Ferreira (2020, p. 117), “os açoites nos pelourinhos, a tortura e as execuções públicas, prisões exclusivas para escravizados etc. foram algumas das práticas já estabelecidas que se uniram a outras como casas de correção, prisões com trabalho, repressão a vadiagem e práticas religiosas [...]”.

Mesmo quando trabalhadores negros viviam em situação de liberdade – livres ou libertos – a vigilância era constante. Não é que estes eram os sujeitos exclusivos dos alvos da política repressiva do Estado, mas eram alvo da maior parte das legislações de caráter coercitivo na tentativa de regular e controlar o trabalho a partir do enquadramento do trabalhador à “ordem social”. “Desse modo, a ideia de liberdade era sempre reelaborada não apenas por livres e libertos, mas também pelas próprias autoridades que em meio a uma sociedade escravista tensionada precisavam a todo momento impor limites para a vida social” (MORAES, 2022, p. 4). Tomando como referência as leis municipais da cidade da Corte, logo após a chegada da realeza portuguesa, em 1808, houve a criação da Intendência da Polícia com a finalidade de manter a ordem pública, isto é, vigiar e punir possíveis desordens, mas somente aquelas cometidas pelas camadas baixas: os trabalhadores, incluindo-se aqui livres, libertos e escravizados. Conforme Moraes (2022, p. 5), “no período joanino, houve um ‘descontrole da criminalidade’ na corte, com variados motivos para prisões, sendo elevados os índices dos detidos por crimes contra a ordem pública, principalmente entre os escravos”. Em 1825 é criado o que ficou conhecido como “Toque Aragão”, um conjunto de novas medidas da Intendência da Polícia que prevaleceu até a década de 1870 e que passou a reforçar a repressão já realizada anteriormente, fazendo severas distinções entre trabalhadores escravizados e livres, o que

respaldava o tratamento diferenciado pelas autoridades policiais entre os negros e os demais segmentos da classe.

Em 1825, foi publicado o novo edital da Intendência assinado por Francisco Alberto Teixeira de Aragão, que pretendia “Dá (sic) algumas providências a bem da tranquilidade pública”, entre elas uma melhoria imediata na gratificação diária dos membros da Guarda da Polícia, a fim de reforçar a vigilância urbana e combater os crimes, furtos, roubos e assassinatos que perturbavam a ordem pública. Essas medidas ficaram conhecidas como “Toque de Aragão”, e os primeiros artigos restringiam algumas ações dos moradores da cidade com o intuito de combater a violência. Dentre essas ações estavam: a necessidade de todos de obedecer a ordem de parar, caso fossem interpelados por alguma ronda, patrulha oficial ou soldado da polícia; após o horário de 10 horas da noite (verão) e 9 (inverno) – marcado pelo sino da igreja de São Francisco de Paula e do convento São Bento – qualquer um poderia ser “apalpado” pelas patrulhas de polícia, principalmente em caso de suspeita, exceto “pessoas notoriamente conhecidas e de probidade”. O código fazia uma clara distinção entre escravizados e livres e como seria a abordagem a eles: os escravizados poderiam ser “apalpadados” a qualquer hora do dia ou da noite e eram proibidos de portarem armas de defesa ou paus; não era permitido a ninguém permanecer parado em esquinas, praças, ruas públicas após o toque dos sinos, sendo mais forte essa proibição para “negros e homens de cor”; poderia ser multado ou ir para a cadeia quem fosse encontrado em tabernas ou botequins após o sino, caso fosse escravo seria conduzido ao calabouço e receberia açoites; eram proibidos ajuntamentos de “pretos” em vendas e tabernas; e “homens vadios, mal procedidos, jogadores de ofício, aos que não tiverem modo de viver conhecido” não poderiam alugar casas, e caso ocorresse o aluguel, o proprietário poderia denunciar os inquilinos que julgasse estar sob essas características (Ibid., p. 5).

Conforme aponta Moraes (2022), a circulação pelas ruas da cidade do Rio era muito limitada quando se tratava da população negra, que podia transitar em certos horários apenas com autorização legal, caso seus postos de trabalho demandassem este tipo de “necessidade”. A autora reforça que “[...] a possibilidade de andar livre pela corte dependeria de duas coisas: da cor e do ofício exercido” e que “[...] quem era negro e livre na cidade escravista reelaborava seu trânsito dependendo do horário de circulação, das suas vestimentas e do seu ofício” (Ibid., p. 6). Desta forma, podemos entender que a liberdade que o cidadão negro dispunha não era a mesma do sujeito branco. “No tempo da escravidão, eram livres de fato os que possuísem terras e escravos, não precisassem trabalhar, sendo os brancos mais livres que os homens e mulheres de cor, mesmo não escravos” (Ibid., p. 7). Costa Ferreira (2022, p. 118, grifo nosso) acrescenta “[...] que para muitos pertencentes à população negra, a liberdade significou o acesso a outras formas de violência. Se o sujeito escravizado, em tese, se livraria da violência privada aos domínios de um senhor, *o Estado passava a se incumbir da violência*”. Em novembro de 1830 surge o Código de Posturas do Rio de Janeiro que continha duas divisões: a primeira legislava sobre “saúde pública” e a segunda sobre “polícia”, agudizando as mazelas presentes no cotidiano urbano de todos os trabalhadores da cidade, mas principalmente na vida da população negra. Moraes (2022) menciona que era através deste Código que os trabalhadores

escravizados eram julgados, já que não havia um código específico para eles, sendo este procedimento utilizado amplamente no regime monárquico.

Nas posturas do ano de 1830, o parágrafo oito do segundo artigo, que tratava da “Polícia dos mercados, casas de negócio e portos de embarque e pesca”, confirmava a proibição dos cativos venderem ou administrarem a casa pública de negócios e de ficarem sentados nas portas dessas casas, não podendo também jogar ou permanecer parados por muito tempo além do necessário para as compras. Se no “Toque de Aragão” não era explícita essa proibição, cinco anos depois ficava evidente como os legisladores da cidade pretendiam limitar a circulação de escravos pelas ruas ou evitar ajuntamentos ou desordens, além também de proibi-los de administrar negócios ou vender, tendo assim acesso ao dinheiro. Um ponto importante das posturas de 1830 estava sob o título “Sobre vozerias nas ruas, injúrias e obscenidades contra a moral pública”, com o primeiro artigo proibindo vozerias de “quaisquer trabalhadores”, sendo permitido, no entanto, o “canto para facilitar o trabalho” (Ibid., p. 7).

No ano de 1838 a repressão contra os trabalhadores escravizados é ainda mais intensificada por meio de uma revisão do Código de Posturas. Moraes (2022, p. 8) aborda que a seção “polícia” trazia novidades, passando a ser “[...] dedicada à moralização do transeunte e proporcionando um aumento na diferença entre escravos e livres no que se refere às penas e limitações de uso da cidade”, assim “[...] o escravo estaria sempre sob suspeição e os delitos praticados por eles teriam a pena maior e com direito a castigos físicos”. O novo Código também expressou as tentativas do Estado de regular o trabalho e outras atividades ao reconhecer mais de 70 profissões em face das 41 presentes no anterior Código de 1830 (Ibid., p. 8). A regulação do trabalho passava pelo controle direto da vida privada do trabalhador. Com a reformulação do Código de Posturas, a vadiagem passou a ser caracterizada como crime, podendo o acusado receber multa ou prisão, assim como a mendicância, que era permitida apenas para aqueles que tivessem “visíveis limitações físicas ou mentais” que o impossibilitassem para o trabalho, restando-lhes as ruas para a prática da esmola, uma formulação similar à que vimos na segunda seção acerca das leis antecessoras às políticas sociais na Inglaterra do século XVIII, que separava os sujeitos “aptos” para o trabalho dos “não aptos” ou dos “merecedores” ou “não merecedores” de receber “ajuda” ou esmolar.

Diante disso, percebe-se que o aprimoramento da legislação em 1838, num momento de grande fluxo de escravizados na cidade, possivelmente para atender às demandas daqueles que viam nos escravos o criminoso em potencial. Talvez por isso as posturas proibissem aos escravos de terem amoladas suas armas por parte de ferreiros, espingardeiros, barbeiros ou couteiros. A respeito do lazer, os batuques, cantorias e “danças de pretos” em chácaras ou onde pudessem incomodar a vizinhança também eram proibidos. Havia também um toque de recolher específico para eles, estando proibidos de estarem depois das 7 da noite, exceto se estivessem com uma autorização por escrito do seu senhor. As posturas de 1838 foram mais enfáticas na limitação da circulação dos escravos nas ruas e as suas possibilidades de divertimento, entre elas estão também a prática de sua religiosidade ou alguma ação que aos olhos dos legisladores pudesse significar a desordem. Tal medida certamente foi um atendimento às demandas dos proprietários de escravos, comerciantes ou da “boa

sociedade” que, apesar de dependentes da escravidão, não pretendiam ser permissivos às práticas culturais desses trabalhadores escravizados (Ibid., p. 9)

Dois anos após a abolição da escravidão, surge em 1890 o Código Penal que “[...] reforçou a punição as penas para mendicância e qualificou como crime a chamada vadiagem e a capoeiragem, tratando-as quase como sinônimos. Ao mesmo tempo imputou às práticas que podiam remeter às religiões de matriz africana, a condição de crime” (COSTA FERREIRA, 2020, p. 118). Com o Código de 1890, agora a vadiagem poderia ser punida com o envio dos prisioneiros para as Casas de Correção e para as Colônias Agrícolas, locais em que o encarceramento era vinculado ao trabalho forçado (Ibid., p. 118-119). Se tratando das cidades portuárias, muitos dos prisioneiros, tipificados como criminosos, poderiam ser trabalhadores portuários aguardando contratação, pois, como vimos, o regime de trabalho no porto era marcado por uma profunda instabilidade, muitas das vezes com contratos diários, restando aos trabalhadores as ruas e as esquinas como forma de demarcar seu território para a formação dos cantos⁷⁷. Assim, entre uma espera e outra, conforme Costa Ferreira (2020, p. 109) aponta, “era comum que estivessem em grupos nas esquinas ou mesmo em bares aguardando uma próxima convocação, algo que a polícia não estava interessada em considerar”. Baseada em Arantes, a autora chega a contar que um trabalhador portuário nigeriano, chamado Antônio Mina, havia sido preso por volta de 9 vezes entre 1905 e 1915 por vadiagem (Ibid., p. 176-177)!

⁷⁷ Arantes (2010) conta que a instabilidade do trabalho portuário gerava uma intensa competição entre os trabalhadores podendo ocasionar constantes brigas entre si, porém esta característica não se limitava aos portos brasileiros, sendo um determinante nas mais diversas atividades portuárias nas cidades de outros países, como Canadá e Estados Unidos. No Brasil do final do século XIX, o estímulo à imigração europeia intensificou os conflitos nos portos, já que a oferta da mão de obra aumentara dentro de um mercado de trabalho já instável. Porém muito mais do que uma competição no interior de uma classe trabalhadora heterogênea – dentro da dicotomia nacionais contra estrangeiros ou negros contra brancos, entre outras –, o que se passava era uma disputa generalizada entre os mais segmentos de trabalhadores na corrida por uma vaga diária nos cantos (turmas de trabalho) (ARANTES, 2010) – evidentemente que sem desconsiderar os significativos conflitos étnico-raciais. “As frequentes cenas de brigas entre os portuários eram provocadas principalmente pela competição cotidiana por trabalho. A falta de estabilidade era responsável pela insegurança que o processo arbitrário de contratação causava nos trabalhadores, fazendo com que a competição desenfiada pelo serviço fosse uma das principais características dos portos de uma maneira geral. Entre os cariocas, ela estava presente no próprio jargão dos operários, que costumavam chamar o ato de levantar a mão na ‘parede’ de ‘fazer fê’, numa referência clara às apostas no jogo do bicho ou em outros jogos de azar, muito comuns já naquela época. O linguajar refletia a incerteza vivida diariamente pelos trabalhadores avulsos, que muitas vezes causavam raiva, frustração e brigas entre os que disputavam uma vaga no serviço ou entre esses e o responsável pela escolha” (Ibid., p. 132). “A forma da contratação transformava o porto em um local de concorrência diária, o que aumentava a disputa e fazia com que as brigas fossem mais constantes e, por isso, ‘visíveis’, daí a fama de ‘valentões’ e ‘briguentos’. Essa competição colocava em lados opostos não apenas nacionais e imigrantes, mas trabalhadores diversos que brigavam por uma vaga nas turmas de trabalho. Contudo, como apontou Fernando T. da Silva, essas ações violentas podem ser encaradas também como expressão de um ‘universo masculino’ baseado em um sistema de valores que tendia a legitimar o papel do homem valente, corajoso e agressivo. Um mundo governado por regras informais, onde imperava a lei do mais forte, e as demonstrações de valentia eram respeitadas dentro e fora do porto” (Ibid., p. 134).

Dentre outras formas de violência e repressão estatal, também podemos citar acerca das repercussões da Lei dos Sexagenários que exigia que trabalhadores libertos com mais de 60 anos permanecessem sob responsabilidade de seus antigos senhores, no entanto era frequente que fossem negligenciados e colocados em prisões para trabalhadores escravizados. Além das Casas de Correção, também existiam os Asilos de Mendicidade, destinados àqueles que não conseguissem inserção no mercado de trabalho livre e que fossem considerados “não aptos” para o trabalho, como já comentamos (Ibid., p. 118-119). Além disto, o racismo científico corroborou para práticas médicas abusivas e violentas – mas legalizadas –, sobre o corpo do trabalhador escravizado, conforme Costa Ferreira (2020, p. 119) denuncia:

A medicina, por exemplo, recorreu a corpos negros para testagem de práticas médicas de estudantes ou de novas técnicas da medicina. O discurso médico foi poderoso na construção da violência “racionalizada” pela ciência (MUNANGA, 1999). No século XIX Césare Lombroso com a antropometria forense foi crucial na institucionalização da Medicina e do Direito no Brasil. O trabalho de Lima (2011) demonstra a centralidade do corpo escravizado na experimentação para a produção de conhecimento médico na Corte do Rio, sendo as Santas Casas espaço privilegiado para essas ações.

Para além das ações repressivas e violentas por parte do Estado frente às manifestações da “questão social” no século XIX, existiam algumas outras formas de ações sociais na tentativa de aliviá-las, como através de ações individuais ou privadas no interior da sociedade civil, por exemplo, por intermédio da filantropia e a caréstia baseada nos princípios da Igreja Católica com a finalidade de cristianizar a população, entre outras ações. Para certos segmentos da classe trabalhadora, como os trabalhadores negros escravizados, eram estas as únicas formas legais de auto-organização. Inseridos neste contexto de extrema violência e negligência estatal, a classe trabalhadora precisou se reinventar para garantir sua própria sobrevivência em um país que ainda imperava em seu interior formas de sociabilidade coloniais, mediante a permanência de uma monarquia lusitana e na continuidade das relações escravistas de trabalho que embasavam fortemente as relações capitalistas em desenvolvimento, a despeito de ter alcançado independência política de sua antiga metrópole, dando fim a uma longuíssima era colonial, e de estar inserido em um momento de formação e espraiamento do capitalismo competitivo.

3.3 EXPERIÊNCIAS ORGANIZATIVAS DE PROTEÇÃO, SOLIDARIEDADE E LUTA DOS TRABALHADORES URBANOS NO SÉCULO XIX

Embora conflitos existissem entre os diversos segmentos da classe trabalhadora em formação, de forma geral, um sentido de solidariedade permeou em seu interior, permitindo

organizações e mobilizações políticas variadas que, mais tarde, influenciaram na criação dos primeiros sindicatos e partidos políticos do século XX. Este item estará voltado para as organizações específicas do século XIX, com ênfase naquelas organizadas pelos trabalhadores negros livres, libertos e escravizados na luta contra a escravidão e a violência colonial e priorizando formas “não tradicionais” de organização e luta política, ou seja, que não sejam voltadas necessariamente para a organização sindical e partidária ou de paralisações e greves fabris, embora estas também sejam citadas ao longo do texto. Também dedicaremos uma breve análise acerca das experiências compartilhadas entre trabalhadores livres, libertos e escravizados na luta comum contra a escravidão de acordo com a bibliografia de Arantes (2010) e Moraes (2022) em face das ideias e relatos realizados por Mattos (2008) e Costa (2014), no intuito de refletir acerca dos conflitos ocorrentes no interior da classe trabalhadora.

Por último, serão apresentadas considerações gerais sobre as formas de luta dos trabalhadores urbanos entre o século XIX e início do século XX, diferenciando as formas organizativas da classe trabalhadora entre aqueles séculos e destacando a importância e a influência das experiências dos trabalhadores no século XIX na cultura política que se desenhou no interior da classe trabalhadora no próximo século. A ideia foi de ressaltar a relevância de outras formas de proteção, solidariedade, luta e resistência da classe trabalhadora, sobretudo entre os trabalhadores negros – devido sua significância quantitativa e qualitativa no mercado de trabalho livre urbano, ainda que sob condições de escravização –, como as organizações similares as *esusus*, as Irmandades Negras católicas, as mutuais negras e os zungus, caracterizando-as como legítimas formas de luta política contra às manifestações da “questão social”.

3.3.1 Luta e solidariedade entre trabalhadores negros na Diáspora Africana nas Américas

Um conceito ainda não tratado neste trabalho é o de Diáspora Africana. O termo diáspora é comumente relacionada à migração de um povo de uma determinada região originária para outra localidade, geralmente de maneira forçada, constituindo-se como um termo muito associado aos judeus e sua dispersão pelo globo. Porém, conforme Costa Ferreira (2020, p. 122) relata, “nas últimas décadas essa noção tem sido também utilizada por ativistas e pesquisadores(as) para explicar a migração forçada de africanos iniciada no século XV em territórios colonizados”. Como sabemos, esta migração forçada foi realizada de forma extremamente violenta, onde milhões de africanos foram transformados em escravos em um continente totalmente desconhecido e distante, com idiomas e culturas diversos de suas regiões

de origem, que também possuíam idiomas, crenças, culturas diferentes entre si⁷⁸ e até rivalidades étnicas. No entanto, a necessidade de sobrevivência sobre as condições de vida que lhes foram impostas desencadeou em novas formas de aliança e solidariedade entre si, que repercutiu em várias localidades no continente americano. Desta forma, em nosso continente:

[...] a Diáspora Africana representou, além da violência colonial, a construção de resistência ao próprio padrão de sociabilidade colonial eurocentrado. E embora pareçam contingenciais as suas formas, com a noção de Diáspora é possível observar o quão conectadas estiveram (Ibid., p. 123).

As formas de solidariedade e de autoproteção foram distintas ao longo do tempo e da localidade no vasto período colonial que predominou em toda a América, fortes o bastante na luta contra a violência colonial e fundamental na formação das novas identidades reconstruídas com base na cultura e modos de vida das diversificadas regiões originárias dos povos africanos escravizados. Em outras palavras, a Diáspora Africana movimentou um vasto e complexo conjunto de valores, de crenças e de visões de mundo que puderam ser recriados nas Américas a partir das diversas etnias arrancadas violentamente do continente africano⁷⁹. E, ao contrário do que se poderia pensar, o reconhecimento do significado da Diáspora Africana não representa uma romantização da violência colonial, mas sim o exercício de “[...] conferir a estes, que dali em diante foram chamados de negros, um lugar na história como sujeitos que não desistiram de si mesmos e de sua memória” (Ibid., p. 120).

Pensar a situação dos africanos e afrodescendentes nos termos da Diáspora implica reconhecer a violência genocida produzida pelo deslocamento de diversas etnias daquele continente e, ao mesmo tempo, *compreender que foram capazes de reconstituí-los enquanto sujeitos sob outras perspectivas, sem abandonar suas referências ancestrais* (Ibid., p. 122, grifo nosso).

⁷⁸ “Sob condições odiosas, inúmeras pessoas atravessaram o Atlântico e chegaram ao Rio de Janeiro, oriundos: da região que engloba parte do Golfo da Guiné (entre Togo, Benin e parte da Nigéria); da África Central (região Congo-Angola) e, de parte do Golfo de Benin (especialmente a região da atual Nigéria). Também da região da Nigéria aportaram africanos que foram levados para Cuba, México, New Orleans e outras” (Ibid., p. 123). “Dos mais de três milhões de africanos trazidos para o Brasil, entre os anos 1500 e 1850, cerca de 3/4 vieram da região Central e Oriental da África. O Rio de Janeiro, sendo um ponto de ‘distribuição’ de pessoas vendidas no Mercado do Valongo para diferentes locais do Brasil ou de outros países da América do Sul, manteve na cidade um número predominante de pessoas advindas da África Central, muitos da região Congo-Angola. No Rio foram chamados de nação angola, depois chamado de ‘banto’ (ou bantu), pois comungava de línguas que compunham um mesmo conjunto de linguístico posteriormente definido com esse nome (banto)” (Ibid., p. 129-130).

⁷⁹ “O movimento produzido na Diáspora Africana gerou conexões, redes e modos de sobrevivência muito específicos. Na cruel travessia do Atlântico rumo ao indeterminado as pessoas eram transportadas. Com elas, estavam o conhecimento, práticas, tipos de socialização, ideias e suas habilidades. Tudo isso foi reproduzido de algum modo no território em que passavam a conviver dali em diante. Nas Américas e no Caribe, assim se processou a Diáspora Africana. A transmissão oral do conhecimento era uma das tradições iorubá, que tinha nas histórias contadas às crianças a chave da perpetuação da memória política, ‘religiosa’, econômica e cultural” (Ibid., p. 154).

A partir desta ideia, apresentaremos algumas das formas de autoproteção e solidariedade que trabalhadores negros livres, libertos e escravizados puderam compartilhar entre si e que foram essenciais para suas sobrevivências (e a de suas culturas) e para a recriação de suas novas identidades nas Américas. Diversas foram as formas de solidariedade e proteção entre os trabalhadores negros – como o aquilombamento, a violência direta aos senhores, as lutas nas cidades protagonizadas pelos trabalhadores escravizados ao ganho, os grupos de ajuda mútua similares às *esusus*, as Irmandades Negras católicas, etc. –, conformando-se em um conjunto de estratégias organizadas por eles próprios na luta contra a violência colonial e a escravidão. Tais formas de luta e resistência variaram ao longo do tempo e espaço, além de terem recebido nomes e denominações diferentes, porém todas representaram a ampla resistência daqueles trabalhadores. Analisaremos, a seguir, apenas as formas de ajuda mútua similares às *esusus* pelos portuários da cidade do Rio de Janeiro, as Irmandades Negras católicas, as mutuais negras e os Zungus e outras formas de sociabilidade a fim de compreender parte da riqueza da luta política que se operou entre os trabalhadores negros contra as condições de vida e de trabalho a que foram submetidos no (e a partir do) regime colonial.

3.3.1.1 As *esusus*

Se na historiografia da formação da classe trabalhadora restam incertezas quanto à solidariedade existente em seu interior em virtude das diferenças étnico-raciais, como ainda veremos, não há dúvidas quanto a sólida organização e as relações de solidariedade que se estabeleceram entre os trabalhadores negros livres, libertos e escravizados. Nas Américas predominou uma forma específica de angariar recursos para libertação daqueles que ainda viviam sobre as relações de trabalho escravizado, fundamentada na *esusu* (*esú*, *osusu*): uma instituição econômica originada entre os iorubás que habitavam a atual região da Nigéria, a qual era organizada pelos próprios trabalhadores com a finalidade de autofinanciamento (COSTA FERREIRA, 2020). Em variados locais do continente africano as *esusus* tinham um mesmo propósito, porém associadas a outros nomes como: “*susu* (Ghana, St. Vincent, Trinidad e Tobago, Granada), *esusu* (Nigéria), *meeting-turn* (Barbados), *boxhand* (Guiana, Antigua), *partner* (Jamaica), *tontine* (África francesa, Togo, Senegal e Benin), e *sol* (Haiti)” (HOSSEIN, 2018, p. 44, tradução da autora *apud* COSTA FERREIRA, 2020, p. 152)

Em Serra Leoa, as *esusus* foram identificadas entre os nascidos neste país e falantes da língua Krio. A cultura Krio foi produto de referências britânicas e iorubás. As *esusus* foram introduzidas ali por influência iorubá. Muito comuns no sul da Nigéria esses “clubes de economia” (*saving clubs*) podiam ser chamados também de “*osusu*”. Amigos, companheiros de trabalho ou parentes reuniam mensalmente (ou com outra

regularidade) quantias entre os membros do grupo formado. Um membro por vez recebia essa quantia. Era um método para poupar recursos e aplicá-los conforme o interesse dos envolvidos (COSTA FERREIRA, 2020, p. 151).

Originalmente, as *esusus* se constituíam em fundos de crédito para utilização pessoal de um grupo de pessoas que contribuía fixamente para a formação do pecúlio, ou seja, tinha um caráter coletivo e de ajuda mútua. Havia um responsável pelo fundo, denominado *olori*, *olori esú*, *olori esusu* (Ibid., p. 150), que geralmente era a mesma pessoa que havia fundado o grupo e que organizava a coleta dos recursos. A utilização das reservas era revezada entre os participantes e o seu destino ficava a critério do usuário. Costa Ferreira (2020, p. 150) explica que:

O nome “*esusu*” se remetia especificamente ao fundo e não aos participantes. Em grupos, os participantes formavam um fundo em comum com contribuições periódicas em quantia fixada previamente. Em revezamento, cada um podia usufruir de determinada quantia. A contribuição para o fundo era coletiva e seu usufruto também era partilhado, embora o tipo de uso das quantias recebidas fosse de deliberação pessoal. A duração do ciclo da *esusu*, ou seja, de quantas vezes o revezamento seria reiniciado dependia de cada grupo (BASCUM, 1952). [...] O grupo era subdividido em subgrupos, e o *olori* delegava a coleta regular para o fundo aos “chefes da estrada”, que repassavam o recurso e entregavam ao *olori*. Havia casos em que os contribuintes das *esusus* nem sempre se conheciam ou se reuniam. As regras sobre a ordem de recebimento do recurso do fundo, os casos extraordinários como adiantamento da vez de receber por motivos de necessidade, as situações de desistência e outros eram decididos pelo *olori*. O autor explica que as *esusus* podiam ser abertas ou restritas à participação de qualquer pessoa.

A partir da Diáspora Africana, organizações parecidas com as *esusus* foram experimentadas nas Américas e Caribe, nos diversos locais para onde os iorubás eram transportados (COSTA FERREIRA, 2020). Na Bahia, os nagôs – nome atribuído aos iorubás da região – organizavam as “juntas de alforria” que, conforme Costa Ferreira (2020, p. 152), possuíam uma lógica similar as *esusus*. As juntas eram um “[...] fundo criado entre escravizados com o intuito de acumular em grupo uma quantia necessária à compra de alforria de cada participante” (Ibid., p. 147). Na cidade do Rio de Janeiro, eram os minas que trabalhavam nos portos que praticavam ajuda mútua por meio das “caixas de resgate”, um fundo coletivo organizado em prol das alforrias de seus pares e que ainda poderia financiar o regresso dos participantes das caixas para a África⁸⁰. Ainda naquela cidade, entre 1840 e 1859 o “[...] número

⁸⁰ “Nas primeiras décadas do século XIX um comerciante inglês relatou que os minas dominavam o comércio de café no Rio de Janeiro e que entre si adiantavam as quantias necessárias à compra de alforrias. [...] Outro viajante inclusive cita sobre as habilidades mercantis dos minas como ganhadores e de seu domínio do mercado cafeeiro da cidade. Ainda sobre isso, se descobriu por meio de relatos de um grupo de minas do Porto, como foram capturados e como estavam se comunicando com o outro lado do Atlântico para saber se a viagem à África seria segura. Mais de 60 pessoas do grupo já haviam retornado, como disseram a um inglês da organização ‘*Religious Society of Friends*’ na década de 1850” (COSTA FERREIRA, 2020, p. 148). O historiador Costa (2014, p. 88) acrescenta que “os libertos não eram só deportados (forçados ou por livre e espontânea vontade) para a África,

de alforrias entre os minas elevou-se rapidamente [...] se comparado a outros africanos” (Ibid., p. 148). Costa Ferreira (2020, p. 149) também enfatiza sobre os próprios “cantos” da região portuária terem sido um “[...] espaço de consolidação de laços de solidariedade expresso inclusive na constituição de fundos em comum para compra de alforrias”.

Com base nestes exemplos, podemos ver como as *esusus* dos iorubás foram reinterpretadas pelos africanos, e seus descendentes, que, conforme sinaliza a autora, terminou por assumir nas Américas e Caribe um caráter afrodiaspórico (Ibid., p. 153), isto é, de proteção e resistência contra a violência colonial como resultado da própria Diáspora Africana fruto da expansão capitalista. No mais, como diz Costa Ferreira (2020, p. 153), “não eram, porém, práticas idênticas, resignificaram-se segundo a dinâmica particular de cada território e condição colonial a qual foram submetidos”.

3.3.1.2 As Irmandades Negras católicas

As Irmandades católicas foram um dos poucos espaços que permitiam legalmente aos trabalhadores negros escravizados se filiarem. Originalmente as Irmandades eram disseminadas desde o século XII, conforme a tradição religiosa da Europa (Ibid., p. 157), e foram importantes dentro do conjunto de estratégias utilizado pela Igreja Católica para controlar os leigos e de cristianizar a sociedade colonial desde o século XVII. Também chamadas de confrarias, as Irmandades católicas eram organizadas por ofício, etnia/raça, nacionalidade e condição jurídica, sendo estes determinados em cada um de seus estatutos, nomeados de “compromisso”, um documento onde “[...] os objetivos, meios de ingresso, obrigações e direitos dos membros da Irmandade eram definidos e sempre que possível confirmados pelas autoridades da Igreja e monarcas embora [...] as irmandades detivessem certa autonomia” (Ibid., p. 158). Raça e etnia eram fatores preponderantes na definição de seus estatutos e, conforme Costa Ferreira (2020, p. 157), era “[...] possível dizer que o critério primeiro para a estruturação de uma Irmandade no mundo colonial foi a cor da pele aliada à nacionalidade: pretos, brancos, pardos que se subdividiam também pelo critério da nacionalidade – nascidos ou não no Brasil”. Uma das mais famosas Irmandades, a Irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia – fundada em 1498, em Lisboa – ao chegar na colônia manteve-se elitizada e, de acordo a autora, “contava

mas também utilizavam a rede oceânica aberta pelo tráfico negreiro para ir e voltar com informações. Antes do fim do tráfico notícias sobre a Costa da Mina vinham junto com as constantes levas de escravos, inspirando inclusive sublevações. Essas notícias iam e voltavam, uma vez que as tripulações dos navios eram formadas em sua maioria por marinheiros negros, muitos africanos de nascimento. Muitos libertos dividiram suas vidas entre o Brasil e a África, sendo comerciantes de artigos africanos no Brasil e de artigos brasileiros na África; alguns foram inclusive comerciantes de escravos, como João de Oliveira”.

com o apoio da Coroa portuguesa e por isso usufruía de poder e privilégios”⁸¹ (Ibid., p. 158). Porém, de maneira geral:

O corpo dirigente ou Mesa Administrativa das irmandades era formado por postos que variavam de nomenclatura: juízes, provedores, tesoureiros, escrivães, procuradores etc. Os demais associados se encarregavam de outras tarefas iminentes às irmandades. Todos eleitos, comumente, a cada um ano. Organizavam atividades como visita aos enfermos, organização de festividades, funerais, cuidado com os bens, livros, levantamento de fundos etc. (REIS, 1993;1996; QUINTÃO, 2011). As Irmandades eram instituições laicas, daí os leigos serem seus dirigentes. Porém seu funcionamento era regido por princípios católicos. Para compor uma irmandade era necessário contribuir com uma taxa de admissão, na época chamada de “joia”. Para se manter, o pagamento se dava anualmente. Eles se reuniam, comumente, em torno de uma capela que levava o nome da santidade católica homenageada e era construída por seus membros (REIS, 1996). Ao contrário do que habitualmente se imagina, os tentáculos da Igreja Católica e do Estado com suas representações oficiais não alcançaram todo o território brasileiro em imediato. Em grande parte do país a ocupação e exploração da terra se antecederam a esses processos. Contudo, isso não impediu, a partir do século XVII, mas em especial no século XVIII, a disseminação e organização dos sentimentos de religiosidade católica, a intervenção e o amparo ofertados pelos chamados leigos, através das irmandades (Ibid., p. 158).

As Irmandades giravam em torno de um santo padroeiro que era cultuado por seus membros. O santo eleito para a proteção das Irmandades geralmente variava conforme sua relação com os ofícios de seus membros, por exemplo, nas Irmandades em que seus participantes fossem ferreiros e latoeiros, São Jorge era o santo padroeiro (MATTOS, 2008). Porém, além do propósito de adoração, as Irmandades também terminavam por se voltar para o auxílio mútuo entre seus membros, como em situações de doença e morte (MATTOS, 2008; COSTA FERREIRA, 2020). E, mais do que isso, as irmandades católicas ganharam um novo sentido a partir do momento em que trabalhadores negros escravizados, nacionais ou estrangeiros, “passaram” a comungá-las: tornaram-se um espaço importante para as próprias práticas religiosas de matriz africana, não se restringindo à fé cristã, além de terem se constituído em um ambiente propício para a organização política dos escravizados na luta abolicionista. Desta forma, as Irmandades Negras se transformaram em “[...] espaços de

⁸¹ Entre as irmandades leigas, é provável que a mais conhecida seja a da Misericórdia, que se destacava por ter entre seus membros a alta elite lhes conferindo status e voluptuosos recursos financeiros [...] . A Irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia [...] fez parte das transformações do modelo filantrópico português e foi estendido às suas colônias (ALMEIDA, 2009). No Brasil, Reis (1991, p. 53) afirma que o critério para ser aceito como membro da Misericórdia era racial: ‘ser limpo de sangue, sem alguma raça de Mouro, ou Judeu, não somente na sua pessoa, mas também sua mulher’. Essa delimitação se repetia em outras Irmandades direcionadas às elites que viviam no país. Inclusive a Misericórdia – e suas Santas Casas – é uma instituição que ainda hoje ganha notoriedade quando consideradas as origens da assistência social brasileira. Controlava a conhecida rede de hospitais, locais de acolhimento para crianças, cemitérios e outros. Como toda irmandade, as Misericórdias além de se incumbir dos deveres espirituais, também se propunha a ‘dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede, vestir os nus, visitar os doentes e presos, dar abrigo a todos os viajantes, resgatar os cativos e enterrar os mortos’ (BOXER, 1977, p. 320; apud. BOSCHI, 1986, p. 65)” (Ibid., p. 158-159).

proteção socialmente estabelecidos pelas circunstâncias da Diáspora Africana nas Américas” (COSTA FERREIRA, 2020, p. 156).

As Irmandades foram resignificadas quando começaram a compor o universo dos africanos e seus descendentes em Diáspora. Instadas como instrumento de dominação portuguesa para cristianização de escravizados por meio de santos “de cor”, elas foram aos poucos se moldando como *espaços de resistência de escravizados e libertos*. No limite de tal contradição, as Irmandades negras foram espaços de aglutinação, solidariedade, ligação com o sagrado, em diálogo com referências ancestrais do continente africano. *Suas intervenções variaram desde a compra da liberdade, o cuidado com os ritos na hora da morte, os festejos, até a participação em processos abolicionistas* (Ibid., p. 159-160, grifo nosso).

Costa Ferreira (2020, p. 167) aborda acerca de um aumento das Irmandades em homenagem aos santos “de cor”, onde entre 1753 e 1852 puderam ser encontradas 24 Irmandades Negras no Rio de Janeiro, vinculadas a 12 igrejas católicas. Ainda naquela cidade, duas das Irmandades mais conhecidas compostas por trabalhadores negros eram a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos e a Irmandade de São Elesbão e Santa Efigênia. Em relação à primeira, a sua fundação havia sido o resultado da união de duas outras irmandades surgidas no século XVII no interior da Igreja de São Sebastião, localizada no Morro do Castelo, Rio de Janeiro. Com base em Costa Ferreira (2020), a adoração à Nossa Senhora do Rosário iniciou em Portugal, no século XIII, mas sua relação com o culto dos trabalhadores negros escravizados e libertos se fortaleceu apenas no século XVIII, “[...] sendo a Irmandade do Rosário a mais comum entre esse segmento, seguida de São Benedito” (Ibid., p. 170). No Brasil, ambos os santos também arrebatavam muitos devotos entre negros escravizados e libertos, principalmente entre as nações congo-angola, os bantos. No século XVIII, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos fundou sua própria capela, no centro do Rio de Janeiro, que se tornou uma importante organização na luta abolicionista já que comprava a liberdade de membros que ainda eram escravizados (COSTA FERREIRA, 2020).

Na composição dessa Irmandade, os africanos centrais, da região Congo-Angola, os bantos, estavam em maioria. Em sua direção estavam até 1759 os angolas quando passa a admitir africanos de outras origens étnicas. Neste momento, no entanto, muitas já tinham suas próprias Irmandades, como os citados minas. [...] Lélia Gonzalez (1989) também afirmou que em geral a Irmandade do Rosário era a mais famosa entre os bantos. A intelectual acrescenta a necessidade de observar as Irmandades para além do crivo do “sincretismo” religioso. Ela como outros autores(as), coloca o papel ativo desses sujeitos negros que beirou a africanização do catolicismo. Não se tratou de uma confluência de sistemas religiosos, mas a criação de algo inteiramente novo regido, como indicou Almeida (2009) por uma afrológica (Ibid., p. 170).

De acordo com Costa Ferreira (2020, p. 171), “[...] as Irmandades do Rosário foram as que mais se disseminaram no país e que mais agregaram membros”. Na cidade baiana, surgiu

a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, também constituída pela maioria da nação angola. Como afirmamos, a prática religiosa não se limitou ao cristianismo: por exemplo, na Irmandade de Nossa Senhora da Soledade do Amparo dos Desvalidos – conhecida também como Irmandade Protetora dos Desvalidos –, na Bahia, em que parte de seus membros eram muçulmanos. Em relação a Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, ambos os santos devotados eram santos pretos, também cultuados em outras colônias portuguesas e espanholas. A Irmandade era localizada na freguesia da Candelária, havia sido construída no século XVIII por minas-ewé da etnia maki e estava disponível aos africanos que vinham da Costa da Mina, Cabo Verde, Moçambique da Ilha de São Tomé (Ibid., p. 169). Costa Ferreira (2020, p. 169) ressalta que essa união formavam “[...] laços que não se explica[va]m dada a cultura ou língua em comum, uma vez que eram distintas. Eram, portanto, um arranjo exclusivo da diáspora”.

A hagiografia dos santos “de cor” (ou santos pretos) acabou seguindo roteiros aproximados. Como parte das estratégias para conversão de africanos (e seus descendentes), os “santos de cor” foram promovidos pela própria Igreja Católica como virtuosos e exemplos da cristandade. A Companhia de Jesus (jesuítas), as ordens dos franciscanos e das carmelitas foram grandes disseminadores dessa prática no Império Colonial português. Santa Ifigênia, São Elesbão foram ambos retratados como membros da realeza de reinos africanos. Foi propagada ainda uma lenda acerca do local de nascimento de São Benedito de Palermo. O santo teria nascido na região africana de Quissamã, parte sul do Rio Kwansa (OLIVEIRA, 2016; REGINALDO, 2016). A ação devocional a esses santos não foi prerrogativa exclusiva de escravizados, libertos e livres negros no Brasil. Já era uma prática estabelecida na península ibérica e nos territórios que seus países colonizaram. Em Luanda, no século XV, por exemplo, havia duas Irmandades em homenagem ao Rosário de Maria (mãe de Deus). Há registros dessa Irmandade em Moçambique, na ilha de São Tomé. Também em Angola, o culto a São Elesbão, São Benedito e Santa Ifigênia era registrado desde o século XVII (REGINALDO, 2016). Segundo Soares (2002) é em Portugal o primeiro local que se registra a primeira Irmandade de Homens Pretos justamente em devoção a Nossa Senhora do Rosário (Ibid., p. 160-161).

Apesar da composição étnico-racial ser marcada por trabalhadores africanos, “[...] essa Irmandade também agregava homens e mulheres brancos e pardos. Sendo os brancos predominantes na ocupação do cargo de tesoureiro e os africanos como juízes” (Ibid., p. 169), assim, a diversidade de etnia e nacionalidade acabou por se tornar uma realidade em algumas Irmandades, mesmo que com restrição de cargos. Por exemplo, na Irmandade de Santo Antônio de Categeró, na Bahia, eram permitidos membros de diferentes cores e regiões, ficando resguardado aos cargos de liderança somente à angolas e afro-brasileiros (Ibid., 172). Desta forma, podemos compreender as Irmandades também como espaços de tensões e conflitos, elementos que constituem todo tipo de organização social, como bem ressalta Costa Ferreira (2020, p. 166-167, grifo nosso): “esse *espaço político* se constituiu para oportunizar discussões, veicular queixas,

confraternização, ações que emulavam em homens e mulheres a possibilidade de se verem como gente”.

Mecanismos como o aumento da taxa para membros de outro espectro étnico e de cor também podiam dificultar sua inserção em determinada Irmandade, como método para impedir sua participação. Restrições que podiam ser afrouxadas na aceitação de mulheres, mesmo que de outro pertencimento étnico ou nacional. Para Reis (1996) um tipo de estratégia para o estabelecimento de outras relações de caráter afetivo. Por isso o autor indica que “as irmandades servem como um bom termômetro das tensões no interior da comunidade negra no tempo da escravidão e do tráfico atlântico de escravos” (ibid., p. 8). Tensões e alianças desse tipo foram registradas na Bahia e também no Rio de Janeiro (Ibid., p. 172).

Assim, além de se estabelecerem como um lugar que possibilitava práticas culturais e religiosas para além dos princípios cristãos⁸², as Irmandades se transformaram em um espaço político onde a solidariedade e resistência entre os trabalhadores negros livres, libertos e escravizados puderam ser cultivadas e preservadas. Segundo Costa Ferreira (2020, p. 164), “[...] era possível garantir a assistência jurídica e médica, o socorro financeiro, compra de alforria, a garantia de enterro digno segundo os padrões da Irmandade, sepultamento na sede da Irmandade”, isto é, um tipo de proteção social autogestada pelos trabalhadores negros (COSTA FERREIRA, 2020). Ademais, algumas Irmandades Negras formavam vínculos com os quilombos, convertendo-se numa significativa rede de luta contra a escravidão através da compra da liberdade e do engajamento de fuga de pessoas escravizadas.

Em Cachoeira, no Recôncavo baiano, houve relatos quanto à suspeita de que a Irmandade da Boa Morte enviava para o Quilombo Malaquia as escravizadas que fugiam, até que se levantasse a quantia necessária para comprar a liberdade destas (NASCIMENTO, 2010). Houve também o tempo em que as Irmandades detiveram o poder de solicitar judicialmente a libertação de seus membros desde que comprovada situação de maus tratos de escravizados pelos senhores (Ibid., p. 165-166).

Costa (2014) sinaliza que, de forma geral, as Irmandades pobres eram reprimidas pelo Estado, porém as irmandades negras eram ainda mais vigiadas e perseguidas pelas autoridades

⁸² Por exemplo, a vinculação entre o candomblé e as Irmandades e a possibilidade de membros ativos em Irmandades católicas também se integrarem como importantes lideranças em terreiros de candomblé, conforme salienta Costa Ferreira (2020, p. 164-165): “[...] Mulheres que eram lideranças de terreiro no Candomblé podiam ser, ao mesmo tempo, reconhecidas e respeitadas por sua atuação nas Irmandades. O mesmo podia se dar com os homens, ativos na religião de matriz-africana e nas Irmandades. Domingos Sodré, sacerdote africano advindo de Lagos (Nigéria), chegou em Salvador como escravizado no início do século XIX. Trabalhador em engenhos de cana-de-açúcar, tornou-se conhecido por ter adquirido a liberdade por meio de suas práticas rituais que resultavam na cura, ‘feitiços’ contra senhores e adivinhação (comum em Ifá), o que foi definido pelo chefe de polícia como ‘candomblé’. Esse mesmo sujeito era referência entre a comunidade escravizada e um dos membros da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos. Ou seja, um possível babalaô (liderança iorubá) era ao mesmo tempo parte de uma Irmandade Negra (REIS, 2008). Outra possibilidade abrigada nessa complexa teia de relações foi a inserção de elementos do próprio candomblé dentro das Irmandades. Os templos e altares, para adoração aos Santos negros católicos, podiam estar tomados por referências de divindades africanas, como se deu nas Irmandades católicas no Brasil. Historiadores em Ouro Preto, por exemplo, identificaram na Igreja de Santa Efigênia, pertencente a uma Irmandade Negra, inúmeros elementos na ornamentação da igreja que remetem ao candomblé”.

policiais, sendo vistas como uma ameaça ao sistema e sociedade escravista, principalmente mediante a possibilidade de inserção de pessoas escravizadas como membros. Com o passar do tempo, as Irmandades Negras foram diminuindo e perdendo sua força como consequência de reformas dentro da Igreja Católica e da difusão de “ideias modernas” que objetivavam apagar qualquer resquício de “atraso” no país, como as elites passaram a caracterizar o regime de trabalho escravizado (COSTA FERREIRA, 2020). Ainda assim, era possível ver as Irmandades até as primeiras décadas do século XX promovendo ajuda àqueles considerados necessitados. “Além das Irmandades, também tentavam promover através de associações beneficentes, grêmios e organizações congêneres, dentre outras, ações de assistência e beneficência direcionada à população negra” (Ibid., p. 167).

3.3.1.3 As mutuais negras

As sociedades de mútua ajuda começaram a ganhar proporção após a proibição das corporações de ofício através de uma legislação de 1823 e foram prévias as sociedades de resistência e aos sindicatos. De acordo com Costa (2014, p. 70), no contexto do século XIX “[...] o mutualismo [...] era provavelmente a forma de organização mais expressiva [...], agregando seus membros na busca por melhores condições de vida”. Desta forma, tinham o objetivo comum de auxiliar os trabalhadores afiliados às sociedades com suporte médico, funerário e de pensão (à família do associado). Também poderia haver assistência jurídica a presidiários, a depender do tipo de crime cometido. A fundação de uma sociedade de mútua ajuda – também nomeadas de mutuais, associações beneficentes ou de socorro mútuo – teria que passar pelo crivo estatal, ou seja, existia um controle do Estado frente à legalidade de uma organização administrada pelos trabalhadores e quem realizava esta tarefa era o Conselho do Estado, órgão público do Império responsável por aprovar, ou não, as propostas de criação das sociedades de ajuda mútua. Muitas mutuais tiveram suas atividades permitidas pelo Conselho do Estado, mas não as mutuais organizadas por trabalhadores negros: estas eram proibidas, restando-as permanecer na ilegalidade.

Houveram tentativas de criação legal de mutuais negras, porém foram negadas pelo Conselho sobre justificativas vexatórias e discriminatórias, como foi o caso da Sociedade Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor, onde, conforme constava no parecer do ano de 1874 do Conselho do Estado, os cargos de administração não poderiam ser exercidos por “pessoas que não sabiam ler nem escrever” (COSTA, 2014). Ademais, no estatuto desta Sociedade em especial, continha abertamente a possibilidade de seus membros serem

trabalhadores escravizados, conforme afirmado por Costa (2014, p. 75): “no artigo 7º do capítulo 2, tratando da admissão dos sócios, sua redação afirma que para ser sócio a pessoa deveria ‘ser livre, liberto, ou mesmo sujeito, de cor preta, de um ou outro sexo’”. Além do mais:

[...] seus verdadeiros objetivos se tornam mais explícitos no capítulo 3, que trata dos deveres e direitos dos sócios. Como nas demais associações, este capítulo versa sobre questões como o tratamento médico em caso de moléstias, o auxílio funeral, e o auxílio em caso de prisão, porém, também anunciam no artigo 14 outro direito: “Os sócios sujeitos ganharão da vantagem de entrar no sorteio [anual] para a libertação; e uma vez libertos poderão exercer todos os cargos da Sociedade, para os quais, enquanto naquela condição, não poderão ser nomeados ou eleitos.” E o artigo 44 estabelece que o sorteio seria feito nos aniversários de instalação da sociedade, libertando “um sócio sujeito do sexo masculino e outro do sexo feminino”. É interessante também observar que no aniversário da associação se levantava um altar com Nossa Senhora da Conceição, considerada protetora da sociedade. Para que se efetue o sorteio anual a sociedade estabelece uma contribuição trimestral, além da mensalidade, destinada para a formação de um fundo com este fim exclusivo. Este fundo estava assim definido pelo artigo 45: “Para recorrer a essas duas despesas, que não podem ser inferiores a 2:000\$000 rs, cada sócio contribuirá, de 3 em 3 meses, com uma jóia de 2\$000 rs (...) as quais serão recolhidas a uma caixa mensal.” (Ibid., p. 99).

Pela citação, podemos ver como esta forma específica de organização para angariar fundos para alforrias se assemelham às *esusus*! Embora a própria legislação proibisse as associações de trabalhadores escravizados às mútuas, o pedido da Sociedade Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor também havia sido rejeitado por mais um motivo: segundo a visão do Conselho, não haveria razão para a criação de uma Sociedade composta apenas por “homens de cor” visto que, desde que fossem livres, poderiam se associarem legalmente a qualquer outro tipo de sociedade existente (COSTA, 2014), razão pela qual o Conselho complementa com o comentário de que fundação daquela sociedade era dispensável e inconveniente. A mais de 10 anos antes, a Sociedade Beneficente da Nação Conga, Protetora da Sociedade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito havia pedido para legalizar suas atividades em 1861, tendo um parecer desfavorável. Novamente no ano de 1874, a nossa terceira organização analisada, a Sociedade Beneficente da Nação Conga “Amiga da Consciência”, que já funcionava desde 1872, também teve seu pedido recusado pelos conselheiros do Estado. Mattos (2008, p. 23), conta que em um dos artigos da Sociedade era mencionado “que, para ser sócio, o candidato devia pertencer ‘à Nação Conga ou a qualquer outra, porém, africana’”. Após o exame do Conselho, com base em Mattos (2008, p. 23), eis a sua alegação:

Os membros do conselho rejeitam todos esses pedidos, alegando falhas técnicas nos processos, inabilitação dos responsáveis, ou ainda que a Nação Conga não é uma nação, como as européias, e sim uma “horda de bárbaros”. Mas o principal motivo, explícito no caso desta última, é o fato de que “intitulando-se da Nação Conga admite sócios de outras procedências africanas, e sem declarar que livres, pode julgar-se com

direito a admitir trabalhadores escravizados, o que não é permitido pelas leis” (*Idem*, fl 2v).

Igualmente, Mattos (2008, p. 24) enfatiza que, não bastasse a proibição do funcionamento, havia ordenamento de perseguição às mutuais negras, quando cita que o Conselho do Estado “[...] ainda recomendam a repressão, determinando ao governo imperial ‘tomar conhecimento reservado, por meio da Polícia, dos indivíduos que as promovem e das circunstâncias que lhes dão causa’”. Mediante ao exposto, podemos ver que, além da evidente violência direta contra os trabalhadores negros, fossem livres, libertos ou escravizados, havia uma intensa negação por parte do Estado e suas instituições quanto à identidade racial daqueles trabalhadores, que passavam a se autoidentificar como pertencentes à uma origem étnica, regional e/ou à uma cor/raça específica. Como salientado por Chalhoub (2007 *apud* COSTA, 2014, p. 76), “os pareceres do Conselho de Estado sobre as sociedades beneficentes de negros mostram a determinação dos conselheiros em barrar a constituição de sujeitos sociais coletivos baseados na autoidentificação racial e/ou de origem africana”.

3.3.1.4 Os zungus (ou casas de angu) e outras sociabilidades entre trabalhadores negros

Os zungus ou casas de angu eram locais de moradia coletiva urbana marcados pela presença negra, livre, liberta e escravizada, tanto estrangeiros quanto nacionais, constituindo-se em um espaço privilegiado para uma relativa “liberdade” de práticas culturais e religiosas de matriz africana, como as atividades festivas e o próprio terreiro que, segundo Costa Ferreira (2020, p. 176, grifo nosso), se constituíam como “[...] espaço de *sociabilidade e cuidado coletivo* e embora tenha se convencionado chamar muitas delas de candomblé, essas práticas podem ter sido muito mais complexas no Rio de Janeiro do que se imagina”⁸³. A autora também ressalta acerca da vinculação entre os zungus com o espaço rural que integravam a realidade dos trabalhadores negros ao abordar que “nos zungus muitas fugas foram organizadas. Joaquim

⁸³ “A mesma região na cidade do Rio de Janeiro, conhecida pelo nefasto fluxo e comércio de gente para fins escravistas, tornou-se referência também pela intensa produção cultural e religiosa. A região portuária do Rio de Janeiro, que impressionava viajantes pela enorme quantidade de pessoas negras especialmente nas freguesias de Santana, Santa Rita, Espírito Santo e na região da Cidade Nova. Heitor dos Prazeres (ROCHA, 1995), famoso sambista, tornou famosa a expressão para qualificar a região como a ‘Pequena África’. A presença dos nagôs (minas), fruto da ‘Diáspora baiana’ nesse território foi destacada e teve expressões diversas. Sem dúvida, porém, a população negra advinda da Bahia, não foi a única a produzir toda essa riqueza. Como mencionado antes, as fronteiras entre minas e bantos podiam ser menos rígidas do que se imagina” (COSTA FERREIRA, 2020, p. 172-173).

Mina, livre, vivia em um zungu, onde pôde pensar e executar a fuga de Catarina Cassange, escravizada, ainda grávida, para um quilombo” (Ibid., 2020, p. 173-174).

Os zungus podiam ser também moradias coletivas. Chegou a ser descrito em 1889 como um “cortiço de negros” (SOARES, 1998). Zungu também podia significar “confusão” ou “gritaria”, expressando, possivelmente uma visão das elites sobre o local. Pela presença majoritariamente negra, eram considerados locais perigosos e foram brutalmente perseguidos pelas autoridades. Eram vistos como local para refúgio de escravizados e espaços para práticas de “feitiçaria”. Como espaço de sociabilidade negra contribuíram para a (re)criação de religiosidades de matriz africana (Ibid., p. 174).

As casas de angu recebiam grande parte dos recém-chegados trabalhadores negros na zona portuária e podiam ser organizadas por nações, famílias ou agrupamentos de colegas de trabalho, onde “[...] as tradições coletivistas negras vindas da situação tribal organizavam uma vida onde o aspecto comunitário e a partilha dos esforços era central” (IPHAN, 2006?, p. 17). No século XIX, a perseguição estatal aos zungus e tudo que eles envolviam foi intensa, principalmente por serem associados ao local de habitação de trabalhadores negros e estes serem os principais alvos das leis de repressão à vadiagem e desocupação, como vimos anteriormente. No início do século XX, a repressão se intensifica mediante as medidas sanitárias e higienistas que penetravam o poder estatal, refletindo na expulsão de milhares de pessoas de suas residências a partir da destruição, comandada pelo Estado, de diversos cortiços da cidade do Rio, como o conhecido cortiço Cabeça de Porco. De acordo com Costa Ferreira (2020, p. 175), “a região, que contemplava o Morro da Favela (Morro da Providência) [...] era vista como espaço privilegiado do perigo: à saúde, aos ‘bons costumes’, à religiosidade, à moral, aos padrões sexuais ‘tradicionais’ etc.”.

Entre o fim do XIX e o início do XX a repressão continuou. Não só nos zungus, mas tudo que envolvia a população negra. Ela atingia festividades, bares, manifestações religiosas, moradias e ruas. Isso se intensificou com a repressão à “vadiagem”, que podia ter larga interpretação – desde a capoeiragem até caminhar nas ruas em determinado horário. O pertencimento étnico e racial das pessoas que habitavam ou transitavam o espaço do porto, em si, era sinônimo do perigo: “e diante da ‘fúria regeneradora’ que tinha os negros como vítimas preferenciais, estavam os trabalhadores do porto que, por algumas características inerentes ao tipo de serviço que realizavam, foram atingidos em cheio” (ARANTES, 2010, p. 154). Muitos foram os portuários também presos por “vadiagem” na Primeira República (Ibid., p. 175).

Em relação às festividades, a mesma conduta repressiva era tomada como ação privilegiada do Estado, como ocorria com os ranchos carnavalescos. Os ranchos se difundiram entre o final do século XIX e início do século XX entre a população negra e acredita-se que foram os negros baianos habitantes dos bairros Saúde, Cidade Nova e Gamboa, na cidade do Rio de Janeiro, quem mais estavam envolvidos nos ranchos cariocas (COSTA FERREIRA,

2020), sendo que “o primeiro rancho teria surgido na Pedra do Sal, [...] [onde] ficava a casa de Tia Sadata, que ficou conhecida por receber pessoas negras vindas da Bahia para o Rio” (Ibid., p. 177). De acordo com Costa Ferreira (2020, p. 177), os ranchos “eram grupos de foliões que durante o Carnaval desfilavam às ruas dançando e cantando ao som de instrumentos musicais” e também se constituíram como um importante espaço para a prática de solidariedade e autoproteção entre os trabalhadores negros, conforme IPHAN (2006?, p. 17, grifos nosso) nos indica, ao mencionar que os ranchos consistiam também em “[...] uma comunidade de *auxílio mútuo* integrada por migrantes, sobrevivendo através do trabalho pesado na estiva e do comércio ambulante, estruturada em torno dos terreiros e de associações festivas [...]”. Costa Ferreira (2020, p. 180) comenta que “as primeiras Escolas de Samba, aproximadas ao que conhecemos hoje, iniciaram [...] nos anos 1920, se inspiraram nesses ranchos que já contavam com mestre-sala, porta-estandarte etc.”.

Além de João da Baiana, cujo pandeiro foi inúmeras vezes apreendido pela polícia na festa, Elói Antero Dias – o Mano Elói –, tornou-se personagem conhecido no meio do samba. Mano Elói era, desde 1910 aproximadamente, um dos associados à Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café (ARANTES, 2010; 2015). Mano Elói também foi jongueiro e Ogã, frequentador assíduo de terreiros e sambas! [...] Aniceto de Menezes e Silva Junior (Aniceto do Império), também estivador, foi um dos que fundou com o apoio de Mano Elói e Silas de Oliveira (sambista e compositor) a Escola de Samba Império Serrano. A Escola nasceu no Morro da Serrinha em 1947. Além de Aniceto do Império, entre os sócios fundadores estavam os portuários sindicalizados da Resistência Mano Elói e Sebastião de Oliveira (Sebastião Molequinho). João de Oliveira (João Gradim), genro de Mano Elói e irmão de Molequinho, foi o primeiro presidente da Império (IPHAN, s/d; ARANTES, 2015). No Carnaval de 2001, a Império fez uma homenagem ao Sindicato da Resistência (Ibid., p. 180-181).

Iniciamos este subitem falando sobre os zungus, porém terminamos por abordar uma pequena parcela dos diversos laços que puderam ser criados e recriados nestas comunidades a partir da Diáspora Africana no Brasil. Costa Ferreira (2020, p. 181-182) comenta que, embora os trabalhadores negros tenham sido intensamente reprimidos pelo Estado nos mais diversos espaços sociais – como nas festividades e lazer, nas práticas religiosas e culturais e em suas formas de organização de trabalho e política –, a existência e a permanência de uma abundante dinâmica que englobou “formas de proteção social horizontal”, “cuidado coletivo” e “apoio mútuo” entre os trabalhadores negros na cidade portuária carioca, indica o quanto a população negra resistiu. “Sujeitos ativos, sagazes, distantes da passividade e atavismo que se costumou enquadrar pessoas negras” (Ibid., p. 181). Em suma, foram criados e consolidados laços de solidariedade e proteção que ultrapassaram relações parentais e profissionais, refletindo nas festas, na religião, como no samba e nos terreiros, e em tantas outras formas de sociabilidades produzidas a partir da Diáspora Africana.

3.3.2 “Pelo Pão e Pela Liberdade”: um debate acerca da luta dos trabalhadores livres contra a escravidão

Alguns autores que se propuseram a estudar a história da classe trabalhadora no Brasil, tenderam a incorrer numa polarização quanto à análise da construção de sua identidade de classe, se considerarmos as diferenças étnico-raciais que se apresentavam no mundo do trabalho no país. De um lado, estariam os defensores da ideia de que os conflitos étnicos foram o suficiente intensos para resultar numa rígida divisão da classe trabalhadora, com exemplo do que poderia ter ocorrido na cidade no Rio de Janeiro. Outros, podem defender que, ao contrário, a diversidade étnico-racial não produziu tantos conflitos no interior da classe que, por sua vez, experimentou uma harmoniosa solidariedade entre seus membros. A historiadora Érika Arantes (2010) conta que o episódio do dia 13 de maio de 1908 é utilizado para argumentar a favor da primeira ideia, conforme sustentariam os estudiosos Boris Fausto e Sheldon Maram. Já outro grupo de pesquisadores, como Marli Albuquerque e fazendo referência à esta, Arantes (2010, p. 128) conta que contestaria “[...] a tese de que conflitos étnicos teriam limitado a organização daqueles trabalhadores, afirmando que a ação política das categorias portuárias era intensa e marcada pela solidariedade de classe, não tendo qualquer conteúdo racial”. O referido episódio se traduziu num conflito entre trabalhadores do porto do Rio de Janeiro, enquanto se reuniam na sede da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café (SRTTC), e que resultou em uma morte, múltiplos feridos e 109 páginas de um processo policial.

De uma maneira geral, Arantes (2010, p. 129) menciona uma tendência da historiografia de generalizar as discórdias no interior da classe trabalhadora à diversidade étnico-racial, ainda que não se alcance um denominador comum entre os teóricos. Não iremos discutir aqui sobre os pormenores do fatídico dia 13 de maio e as particularidades das teses de cada autor, senão articular as ideias propostas por Arantes (2010) frente a algumas exposições realizadas por Mattos (2008) e Costa (2014) quanto a solidariedade compartilhada entre trabalhadores livres, libertos e escravizados na luta comum contra a escravidão no Brasil, mediante ao cenário de luta e organização política de algumas categorias profissionais presentes na cidade do Rio de Janeiro, em meados do século XIX.

Inicialmente, a história que deu origem ao lema presente no título deste subitem – “pelo pão e pela liberdade” – foi traçada em meados do século XIX, quando trabalhadores em padarias do estado de São Paulo, na cidade de Santos, deram início a levantes, paralisações e fugas de trabalhadores escravizados entre 1876 e 1912, estendendo suas atividades até o estado do Rio de Janeiro, onde, em 1878, o lema emerge no interior do Bloco de Combate dos Empregados

em Padarias, organização criada por João de Matos, líder da categoria dos trabalhadores em padarias, e seus companheiros de luta. Ao recuperar a história desses trabalhadores, Mattos (2008) conta que era frequente a falsificação de alforrias dos trabalhadores escravizados em padarias, assim como eram constantes as prisões como consequência deste tipo de luta abolicionista. De acordo com Costa (2014, p. 44), João de Matos denunciou que em 1888, o índice de trabalhadores escravizados em padarias era grande, podendo estar dividido entre 50% de trabalhadores livres e 50% de trabalhadores escravizados. O próprio João de Matos identificava as ações dos trabalhadores em padarias como os primitivos abolicionistas ou lutadores antiescravistas (COSTA, 2014; MATTOS, 2008).

Costa (2014, p. 100) aborda sobre as possíveis motivações na luta dos trabalhadores livres em padarias contra a escravidão ao afirmar que estes “acreditavam naquele momento [...] que as condições de vida dos trabalhadores assalariados só melhorariam com o fim da escravidão”, já que, segundo a visão daqueles trabalhadores, o trabalho escravizado trazia instabilidade para o trabalho livre, pois, apesar de receberem seus salários mediante a modalidade de trabalho escravizado ao ganho, os trabalhadores escravizados corriam baixo risco de serem demitidos se comparados aos trabalhadores livres (COSTA, 2014). Deste modo, a fim de que futuramente pudessem organizar uma grande luta coletiva contra as péssimas condições de trabalho em que o trabalhador livre enfrentava, primeiramente era necessário unir forças comuns contra a escravidão. Poderíamos dizer que, a princípio, as motivações da mobilização dos trabalhadores livres contra a escravidão eram menos por motivos humanitários e de solidariedade do que por uma questão econômica que pudessem lhes beneficiar. Costa (2014) aborda que até a primeira metade do século XIX estas ideias pareciam de fato circular entre alguns segmentos de trabalhadores livres, mas que a partir da segunda metade daquele século, com as leis abolicionistas e o crescimento de trabalhadores livres e libertos, esta visão poderia ter se tornado menos significativa e sido gestados laços de solidariedade mais efetivos entre a classe trabalhadora, resultando numa luta coletiva contra o trabalho escravizado. E, como já abordado, poderíamos acrescentar que as experiências comuns entre os trabalhadores livres, libertos e escravizados no mercado de trabalho urbano também teriam contribuído para o fortalecimento de uma identidade coletiva entre a classe.

Veremos, então, que os trabalhadores [...] desenvolvem argumentos mais “humanitários” em relação ao trabalho escravo, e que também são fruto de uma percepção da condição de que eram todos trabalhadores. A partir da década de 1870 isso fica mais claro, apesar de considerarmos que as décadas anteriores são fundamentais para entendermos este processo, através da experiência dos trabalhadores, que, como veremos, não apenas surfaram na onda de um abolicionismo formulado externamente (Ibid., p. 42).

No entanto, como também argumentamos anteriormente, não poderíamos desconsiderar os conflitos dentro da própria classe trabalhadora (considerando trabalhadores livres, libertos e escravizados) que, longe de ser um ente homogêneo e harmonioso, era igualmente permeada pelas ideologias dominantes quanto à questão racial no país. Ou seja, ao mesmo tempo que os conflitos não poderiam ser resumidos à problemas étnico-raciais, também não poderíamos negar que estes não existissem dentro de uma classe trabalhadora multirracial em que a cor era um importante marcador na definição de sua posição dentro do mercado de trabalho e até mesmo de se organizar politicamente de forma legal, vide os trabalhadores negros, mesmo em situação de liberdade. Assim, ao passo que enfatizamos a luta travada pelos trabalhadores livres a favor de seus companheiros escravizados pelo fim da escravidão – ainda que sob motivações questionáveis – também destacamos as divergências de ideias e conflitos que se deram entre os diversos segmentos de trabalhadores neste processo.

Em São Paulo, existia uma rede de apoio de abolicionistas radicais, denominados caifazes, que abrangia ferroviários, cocheiros, charuteiros e tipógrafos, ampliando-se até a “organizações de operários imigrantes, como o Círculo Operário Italiano, que promoveu espetáculos em 1881 com o objetivo de angariar fundos para comprar a liberdade de trabalhadores escravizados” (MATTOS, 2008, p. 19). O autor também destaca os inúmeros registros em jornais abolicionistas da luta dos próprios trabalhadores assalariados contra escravidão:

Em depoimento de André Rebouças, percebe-se que os setores operários estavam presentes de forma ativa na fase final da luta contra a escravidão, apoiando as fugas em massa e a formação dos “quilombos abolicionistas”. Casas e locais de trabalho haviam sido utilizados como refúgio de trabalhadores escravizados que escapavam ao controle senhorial: “Nas casas das famílias abolicionistas, nos escritórios comerciais, nas redações dos jornais, nos hotéis, nas padarias, nas grandes fábricas, nos quartéis, nas tipografias, por toda a parte em que houvesse alguma alma abolicionista, encontrava-se um abrigo seguro para guardar a pobre gente” (Depoimento de André Rebouças (...) citado por Silva, Eduardo. *As camélias do Leblon (...)*, p. 97) (Ibid., p. 20-21).

No Rio de Janeiro, os tipógrafos também ingressaram na luta abolicionista. Costa (2014, p. 92, grifo do autor) fala sobre a existência de um trabalhador escravizado que era tipógrafo no período de fundação da Tipográfica Fluminense, mas “[...] que, aos olhos da lei imperial, perdeu seu título de *fundador* uma vez que os esforços para alforriá-lo não tiveram sucesso”, assim como também haviam outros trabalhadores negros escravizados no *Jornal do Comércio* (COSTA, 2014). No final da década de 1870, a Imperial Associação Tipográfica Fluminense (IATF), sociedade de auxílio mútuo fundada pelos tipógrafos em 1853, se envolveu na luta a

favor da abolição e no ano de 1879 realizou uma conferência nomeada de “O Império e a Escravidão; o Parlamento e a Pena de Morte” (COSTA, 2014).

Segundo Mattos, essa conferência trata-se “de um acontecimento que ocupa um ponto de junção entre campanha abolicionista, campanha republicana e associativismo operário (...)”. Essa junção pode ser observada também nas páginas do periódico *O Trabalho*, que era redigido e editado pelo tipógrafo Júlio Ladislau – um dos personagens do próximo capítulo deste livro. No aniversário de oito anos da Lei do Ventre Livre, este jornal editava um artigo sobre a história da escravidão. Em meio a elogios ao visconde de Rio Branco – em todo o jornal –, e com visões um tanto quanto religiosas e preconceituosas sobre a vida dos escravos antes de serem escravizados no continente africano, o artigo monta uma imagem “silvestre” daqueles trabalhadores (Ibid., p. 95).

Por meio da IATF é fundado o Clube Abolicionista Gutemberg, na década de 1880, instituição que ficou conhecida por comprar alforrias. O Clube também fundou uma escola noturna e gratuita e editava o jornal *Lincoln* a partir das atividades do tipógrafo Evaristo Rodrigues da Costa que abrigava trabalhadores escravizados em fuga em sua residência e num estabelecimento comercial próprio (COSTA, 2014). Ainda segundo o autor, havia dentro da categoria o temor de uma potencial revolução negra como consequência da lei de 1871, a Lei do Ventre Livre, um receio que poderia contribuir “[...] tanto para a abolição, quanto para a necessidade de que esta fosse realizada dentro dos marcos da ordem” (Ibid., p. 96). A partir disto, o autor também afirma que esta abordagem igualmente poderia se constituir apenas como uma estratégia da categoria para pressionar as autoridades pelo fim da escravidão, fato que, para nós, não poderia ser inferido com tanta segurança.

Ademais, ao falar da significativa frequência de trabalhadores escravizados na tipografia, Costa (2014, p. 92) cita a existência de uma “presença d[e] discursos desqualificadores dos trabalhadores escravizados” entre os tipógrafos livres, como ocorreu em 1867, numa publicação do jornal *O Typographo*, associado à IATF, o qual em certas edições realizava comparações entre trabalhadores livres e escravizados, na intenção de indagar aos seus leitores quanto à aptidão dos trabalhadores negros escravizados de exercer funções equivalentes a de um tipógrafo: “Dar-se-á estes predicados em todo e qualquer indivíduo? Um africano, por exemplo, poderia jamais ser um bom tipógrafo? Não julgamos isso fácil, nem mesmo possível” (O TYPOGRAPHO, 1867 *apud* COSTA, 2014, p. 40). Porventura, poderíamos supor que os tipógrafos estariam se referindo ao fato de que para exercer a tipografia era necessário que o trabalhador fosse letrado, sendo esta uma habilidade pouco encontrada na massa da população frente às circunstâncias objetivas da educação básica da época. Por outro lado, poderíamos, ainda, utilizar esta mesma hipótese para recordarmos que o analfabetismo não se restringia aos africanos escravizados, portanto à desqualificação dos

trabalhadores escravizados, especificamente voltada para os africanos, por parte dos tipógrafos poderia sim ter sido imputada a partir de ideias racistas. Todavia, ainda assim Costa (2014, p. 94) identifica um “amadurecimento” por parte dos tipógrafos que teriam passado “[...] desta noção contrária a presença do trabalhador escravizado nas oficinas – por uma suposta desqualificação do trabalhador africano – para uma percepção da necessidade do fim da escravidão em si” e prossegue afirmando que:

A ação dos tipógrafos, contudo, era coerente com seus discursos e fazia coro às ações de outras sociedades abolicionistas, como no caso da escola fundada pelo Club Gutemberg para “libertar e instruir os cativos”, tida como “a nobre missão dos honrados artistas”. A participação no Poder Legislativo também era bem-vista, e um dos presidentes da Imperial Associação Tipográfica Fluminense, Alberto Victor, chegou a ser eleito para a Câmara Municipal de Niterói, a fim de, segundo orientação do jornal, “(...) sustentar francamente a necessidade da abolição dos escravos no Brasil”. O pequeno artigo saudando a vitória de Alberto Victor foi escrito por João Clapp, outro importante abolicionista que aparece algumas vezes por essas páginas. Clapp certamente era um dos abolicionistas que, assim como Pinto de Mendonça e Vicente de Souza – o mesmo que fez a conferência em 1879 –, eram tidos pelos tipógrafos como *populares*, o que nos indica uma diferenciação entre eles da existência de diversas correntes do movimento abolicionista. Evidentemente, os tipógrafos se identificavam com os *populares*, o que podemos observar pela presença do próprio Clapp e do tipógrafo Procópio Russel em uma das ações da Confederação Abolicionista [...] (Ibid., p. 97, grifo do autor).

A utilização de discursos comparativos entre o trabalhador escravizado e o trabalhador livre por parte dos tipógrafos poderia até ter sido um artifício de defesa de seus postos de trabalho e de prestigiar seus ofícios, além de poder ter se constituído como forma de provar o quão precário eram as condições de trabalho daquela categoria, no entanto, baseado nas ideias de Moraes (2022), que diferem das percepções de Costa (2014), defendemos que aqueles discursos terminavam por desvalorizar o trabalho realizado pelo trabalhador escravizado e desconsiderar sua importância para a dinâmica urbana e mesmo para tipografia. Moraes (2022, p. 19) adiciona que “a luta pelo fim da escravidão parecia não passar pela luta por melhores condições de trabalho. A escravidão só os afetaria se fossem comparados aos escravizados e tratados como tais, seja pelo administrador na forma de se dirigir a eles ou pelos baixos salários”.

Estes exemplos nos mostram o quão complexas eram as relações étnico-raciais na vivência comum entre trabalhadores livres, libertos e escravizados no trânsito da extinção do trabalho escravizado e a generalização do trabalho livre, o que não quer dizer que não houve uma concreta “troca de experiências que incluiu o compartilhamento de modelos e formas associativas, assim como de padrões de mobilização e luta” (MATTOS, 2008, p. 21). Experiências que terminaram por se somar ao conjunto de valores que a própria classe trabalhadora, ainda em formação, estava a construir. Após quase quatro séculos de legalidade

da escravidão e da violência colonial, acrescido da ausência de uma tradição cultural ou religiosa de valorização do trabalho no país, a construção da imagem positiva sobre o trabalho na sociedade brasileira encontrou enormes óbices, restando ao próprio trabalhador a tarefa de derrubar a ideia negativa atribuída a ele mesmo e ao trabalho.

A presença de trabalhadores escravizados em múltiplas atividades urbanas, como nas padarias, nas tipografias, nas cozinhas imperiais, no comércio, nas fábricas e oficinas, foi bastante expressiva a ponto das experiências comuns compartilhadas entre trabalhadores livres, libertos e escravizados pudessem resultar numa luta coletiva entre os segmentos da classe trabalhadora pelo fim da escravidão e por melhores condições de vida e de trabalho. No entanto, como observado anteriormente, não poderíamos nos enganar quanto a complexidade das relações étnico-raciais no Brasil, pois quando dizemos que a elite política e intelectual projetou uma sociedade branca para o país, tal fato não se restringiu às classes dominantes, tendo em vista que a discussão sobre mestiçagem e embranquecimento passava por todos os círculos sociais, inclusive na vida cotidiana das camadas médias e populares. Ao considerarmos o racismo como estrutural, não há dúvidas de que o preconceito racial atravessou as relações de trabalho em que a classe trabalhadora se inseria. O que queremos dizer é que independentemente da existência de significativas trocas de experiência entre os trabalhadores dos mais variados segmentos, é pertinente o questionamento sobre até que ponto se pôde construir uma solidariedade comum, assim como uma consciência de classe mais consistente a partir daquelas vivências, estabelecidas nas relações de trabalho – e na totalidade da vida social –, no ambiente urbano entre trabalhadores livres, libertos e escravizados, nacionais e estrangeiros, negros, brancos e mestiços, ou seja, entre uma classe trabalhadora em formação, multirracializada e culturalmente diversa, atravessada por condição de liberdade diferenciada e por interferências das mais variadas ideias sobre raça e nacionalidade que circulavam em seu cotidiano social.

3.3.3 Considerações gerais sobre as formas de luta dos trabalhadores urbanos entre o século XIX e o início do século XX

Por fim, gostaríamos de tecer alguns comentários acerca das formas de luta e reivindicação entre os trabalhadores no século XIX e no início do século XX. Neste vasto período havia importantes barreiras legais para a participação política dos trabalhadores, como o veto do voto de analfabetos e de mulheres. Mattos (2008, p. 44) enfatiza que na capital do país, na Primeira República, “[...] o número de potenciais eleitores nunca ultrapassava os 20%

da população, mas o número dos que efetivamente se apresentavam para votar era menor, oscilando entre 2% e 5% do total de habitantes da cidade”. Em 1894, quando ocorreu as primeiras eleições presidenciais diretas no país, os registros demonstram que apenas 2% da população nacional foi totalizada entre os eleitores. No entanto, o exercício do voto era apenas uma das formas de “fazer política”, que se restringia ao âmbito partidário-eleitoral (MATTOS, 2008), e o espaço negado aos trabalhadores pelas elites dominantes na condução política do país, visto ter sido uma possibilidade praticamente nula, foi aberto forçadamente pelos primeiros mediante organizações coletivas de classe, prévias aos sindicatos e partidos, como as sociedades de auxílio mútuo e as sociedades de resistência, as organizações similares às *esusus*, os zungus e os ranchos carnavalescos no porto carioca – que possuíam uma lógica diversa do que é considerado as “formas tradicionais” de organização de classe: uma afrológica (ALMEIDA, 2009 *apud* COSTA FERREIRA, 2020) –, além das diversas organizações que sobreviviam na ilegalidade, pois era o que a realidade socio-histórica do período vigente possibilitava.

Dentro destas organizações, os trabalhadores utilizaram amplamente as paralisações, greves, revoltas, levantes e outros mecanismos de luta contra as condições miseráveis que levavam em suas vidas e no ambiente de trabalho, confrontos que muitas das vezes resultavam em conflitos diretos contra os “guardiões” das autoridades, o exército e a polícia, e que eram extremamente violentos, podendo ser fatais, onde mais tarde vinham a estampar as manchetes dos jornais das cidades, como ocorreu com a chamada Revolta da Vacina⁸⁴. Tais reivindicações se constituíam como uma necessidade dos trabalhadores serem reconhecidos pelo Estado enquanto uma classe que vinha se diferenciando no corpo social cada vez mais, porquanto ainda estava em construção, mas que já escancarava para as classes dominantes, e a sociedade como um todo, que a “questão social” deveria de passar a ser concebida pela política estatal para além das respostas e ações repressivas e punitivas, previstas em lei ou mesmo em caráter extraoficial. Já não era novidade para as elites econômico-políticas que aquilo que denominamos como “questão social” vinha gerando problemas demais para a manutenção da “coesão social” e da

⁸⁴ “No Rio de Janeiro a Revolta da Vacina (1904), por exemplo, foi uma reação a esse saber médico autoritário e vinculado ao Estado. No bairro da Saúde, na região portuária, foi montada uma barricada para impedir a entrada de vacinadores e do exército. A barricada Porto Arthur foi levantada na Praça da Harmonia, em local próximo ao Sindicato da União dos Estivadores. O protagonista dessa barricada foi nada mais nada menos que Horário José da Silva que ficou conhecido como Prata Preta. Horário José era capoeirista e estivador negro, morador de uma das nascentes favelas do Rio, o morro do Santo Antônio! Prata Preta, que hoje é nome de Bloco de Carnaval no Rio, foi linchado pela polícia e junto com outros insurgentes deportados para o Acre após aquele revolucionário levante. Um levante popular contra as imposições do saber médico e que, segundo Almeida (2003) teve ativa participação dos estivadores da União que foram reprimidos e perseguidos pela polícia” (COSTA FERREIRA, 2020, p. 247).

“ordem pública”, porém a insistência em ações opressoras por parte do Estado tendeu por todo o século XIX e ainda nas primeiras décadas do século XX. Mesmo assim, no trânsito entre os dois séculos, a classe trabalhadora intensificava sua luta. Conforme Mattos (2008, p. 45), “[...] somente no Rio de Janeiro, entre 1880 e 1904, pelo menos cinco grandes revoltas urbanas foram registradas, com a população promovendo quebra-quebras e envolvendo-se em choques com a polícia, motivada por aumentos considerados extorsivos em tarifas públicas [...]”.

Revoltavam-se também contra o que consideravam intervenções abusivas do poder público na vida privada dos indivíduos (como o levante contra a vacinação obrigatória de 1904, conhecido como “Revolta da Vacina”). Por trás desses motins, evidencia-se o contraste entre a capital da República, que se queria transformar em cartão-postal do Brasil para o mundo civilizado, e as grandes massas de despossuídos urbanos, atingidos diretamente por reformas que os expulsavam do centro da cidade para os distantes subúrbios, ou morro acima para as primeiras favelas (Ibid., p. 45).

Segundo Mattos (2008), a historiografia sobre as greves aponta que a primeira greve no Brasil foi aquela realizada pelos tipógrafos, em 9 de janeiro de 1858. Ainda iremos abordá-la, mas antes falaremos sobre dois eventos que ocorreram no ano anterior, de 1857. O primeiro deles havia sido no estado do Rio de Janeiro, envolvendo mais de 30 trabalhadores escravizados que paralisaram o trabalho que realizavam na propriedade de Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde ou Barão de Mauá, no estabelecimento da Ponta da Areia, em Niterói/RJ, ocorrência que noticiou no dia 26 de novembro de 1857 no jornal *A Pátria* daquela mesma cidade (MATTOS, 2008). Mattos (2008, p. 29) cita que aquele estabelecimento era “[...] constituído de fundição e estaleiro organizados em muitas oficinas, era o maior empreendimento privado do gênero na época, contando com cerca de 600 operários, sendo aproximadamente um quarto deles escravizados”. Ponta da Areia não era o único a empregar significativa quantidade de trabalhadores escravizados, fato que acontecia também em outros arsenais e fábricas (Ibid., p. 29). O motivo da paralisação, de acordo com o autor, era um protesto pela soltura de três companheiros de trabalho dos grevistas, que também eram escravizados, detidos por desacato às normas do estabelecimento – regras as quais não sabemos, infelizmente. O resultado da mobilização dos escravizados foi a prisão de todos os envolvidos após a determinação do chefe de polícia da cidade.

O segundo evento ocorreu em Salvador, no estado da Bahia, onde os carregadores africanos, em sua maioria, livres e escravizados ao ganho, se uniram em uma greve contra uma legislação municipal que determinava altas taxas para permanecer exercendo as atividades ao ganho nos portos e que obrigava a utilização de uma placa de metal de identificação dos trabalhadores (COSTA FERREIRA, 2020; MATTOS, 2008) que, de acordo com Costa Ferreira (2020), foi considerado um ato humilhante para os trabalhadores negros, fossem livres ou

escravizados. Eram alvo de retaliação por parte dos grevistas aqueles que resolvessem utilizar as placas. A autora menciona que desde 1837 já houveram tentativas de fiscalização e controle dos trabalhadores escravizados ao ganho na Bahia. Com base na autora, “em 1850, o presidente da província passou a perseguir os africanos ganhadores e proibiu que realizassem o trabalho de estiva no porto. Restringiu essa prática aos sujeitos livres, o que excluía os escravizados, mas deixava explícita a exceção dos africanos” (COSTA FERREIRA, 2020, p. 94). Não obstante, no ano de 1855 eram os africanos, livres e escravizados, que ainda ocupavam grande parte dos postos na estiva. Apesar de não terem sido estas as únicas estratégias de controle dos trabalhadores africanos, as apresentadas acima asseveram o poder coercitivo estatal sobre um amplo segmento da classe trabalhadora que reagia intensamente. O corolário da greve negra, passados sete dias de paralisação, foi de algumas modificações legislativas em favor dos trabalhadores negros – e, evidentemente, que não sem o uso excessivo de medidas repressivas – ou seja, parte de suas exigências foram consideradas pelo Estado! Alguns anos mais tarde, segundo matéria do *Diário do Rio de Janeiro* de 03 de maio de 1872, conforme relata Arantes (2010, p. 142), os carregadores escravizados ao ganho do porto paralisaram reivindicando o aumento de seus salários!

Diante destas histórias, Arantes (2010, p. 142) enfatiza que é “difícil não pensar que, durante muito tempo, os negros foram excluídos da história do trabalho no Brasil, como se eles não tivessem uma história também como trabalhadores”. Em outras palavras, grande parte da historiografia da formação da classe trabalhadora tende a não pensar os negros escravizados como trabalhadores ou mesmo a desconsiderar os embates políticos dos trabalhadores negros – sejam livres, escravizados, nacionais ou estrangeiros – como verdadeiras histórias onde diversos povos estrangeiros foram impostos ao trabalho escravizado, em grande parte gratuito, em um continente desconhecido e que, mediante aos novos laços firmados por eles próprios para suas sobrevivências, lutavam em conjunto contra aos inúmeros abusos que receberam por gerações! Como também Arantes (2010, p. 142, grifo nosso) reitera, “histórias de organização dos escravos em torno de questões relativas às condições de vida e de trabalho [...] sempre foram vistas como levantes ou rebeliões e *nunca entendidas como reivindicações legítimas de trabalhadores*”.

Quanto às outras formas de lutas e reivindicações organizadas por trabalhadores livres, em sua maioria, há alguns pesquisadores que defendem que a primeira greve foi a realizada pelos tipógrafos, em 1858, como falamos anteriormente. Costa (2014) afirma que entre esta categoria existia uma espécie de cultura por reivindicações e lutas por melhores condições de trabalho e, naquele ano, os tipógrafos realizaram uma coligação e realizaram várias denúncias,

sendo apoiados pela IATF que, segundo Mattos (2008, p. 27), foi bastante ativa no movimento grevista – ainda que formalmente fosse apenas uma sociedade mutualista – a ponto de exercer função representativa dos interesses dos tipógrafos, atuando como mediadora frente ao Estado, além de contribuir para a impressão do jornal grevista mediante o financiamento da compra de maquinário necessário. Desde 1857, os tipógrafos vinham demandando aumento de salários aos donos dos três jornais da Corte – *Correio Mercantil*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Comércio* –, principalmente após uma conjuntura de aumento dos preços dos serviços e dos itens mais básicos para sua subsistência e reprodução, como a alta dos aluguéis. No ano seguinte, os tipógrafos paralisaram a impressão dos jornais, cancelando as suas circulações na cidade do Rio de Janeiro. Segundo a historiadora Moraes (2022, p. 13), logo ao início da greve, os tipógrafos “[...] lançaram o *Jornal dos Typógraphos*, que serviria de intérprete desse movimento, além de explicar a causa e consequências da greve junto à opinião pública e expor aos leitores o que antes era discutido internamente, entre eles e seus patrões”.

Esses escritos foram produzidos, muitas vezes, nas mesmas tipografias que publicavam as grandes gazetas e jornais diários e compõem uma cultura da escrita dos trabalhadores com uma profunda discussão sobre o trabalho no Brasil no século XIX e com análises políticas peculiares. Através desse material, é possível ver a imprensa como um instrumento fundamental para a exposição de ideias e valores de grupos sociais distantes da política e das suas formas de expressão, e num ambiente ainda de baixo letramento e poucas possibilidades de mudança. [...] Após o movimento de 1858, no Rio de Janeiro, outros jornais foram publicados pelos tipógrafos: *Revista Tipográfica* (1864), *O Tipógrafo* (1867-68), *O Artista* (1870), *Tribuna Artística* (1871-72) e *Revista Tipográfica* (1888). A partir da década de 1870, outros títulos apareceram sem representar uma categoria específica, mas com referências aos trabalhadores: *Gazeta dos Operários* (1875), *União do Povo* (1877), *O Proletário* (1877-78), *O Operário* (1879), *O Trabalho* (1879), *O Heroe* (1880), *Gazeta Operária* (1881), *O Nihilista* (1883), *Gazeta Operária* (1884-85) (Ibid., p. 13-14).

Conforme a citação acima, podemos ver que após a greve de 1858, o número de jornais voltado para a denúncia das mazelas sofridas pela classe trabalhadora teve um importante crescimento. Em consequência do maior acesso daqueles profissionais aos meios de produção, pela natureza própria de seu ofício, os tipógrafos estampavam suas queixas nos jornais produzidos por eles próprios, sendo esta ação um mecanismo importante de luta dos trabalhadores contra os problemas socioeconômicos e políticos que os afligiam, ainda que restrito à apenas uma parcela da classe. Ademais, como assinalado por Moraes (2022), os tipógrafos precisavam ter domínio da leitura e da escrita, o que corroborou para que conseguissem expressar seu descontentamento por meio da escrita e veicular as denúncias de exploração por eles realizadas, como aconteceu em um artigo do jornal *O Tipógrafo* n° 3 de 13 de novembro de 1867, segundo citação de Costa (2014, p. 41): “Este exercício dura de 8 a 12

horas, podendo chegar a 20 horas!!! Fazendo com o braço firma de 5 a 6 mil movimentos sutis, misturando inteligência e habilidade para executar movimentos mecânicos”.

Em seus escritos pregavam que a liberdade que tinham era limitada, sendo uma constante a comparação com a escravidão diante da precariedade do seu trabalho e das poucas perspectivas de mudança significativa. [...] A ideia de produzir um jornal com denúncias semanais sobre as condições das tipografias, em sua maioria insalubre à saúde dos tipógrafos, parecia uma fórmula de união e de construção de uma unidade na luta por melhores condições, diferentes do uso do instrumento da greve, conforme ocorrera em 1858. Ela não teria servido para a permanente mobilização da categoria, principalmente porque onerou o caixa da Associação Tipográfica Fluminense. Essa associação agregava os tipógrafos da corte e na ocasião da greve precisou suprir os salários dos tipógrafos sem trabalho. De fato, a associação tinha suas atas publicadas em alguns jornais, como a *Revista Tipográfica* (1864), e em toda reunião havia discussões sobre concessão de auxílios aos tipógrafos doentes, ou às viúvas, mostrando o peso da associação para suprir as necessidades básicas desses trabalhadores impedidos de trabalhar por causa de doenças, possivelmente adquiridas no exercício do ofício (MORAES, 2022, p. 14)

Ainda no século XIX, os padeiros também se valeram de artifícios de luta por melhores condições de trabalho. A primeira greve geral dos trabalhadores em padarias na cidade carioca ocorreu somente em 1912 com o apoio da Liga Federal dos Empregados em Padarias que, embora criada pelos próprios donos de padarias para enfraquecer o movimento dos trabalhadores, mais tarde foi tomada pelos últimos, chegando a ter mais de 4.000 filiados (MATTOS, 2008). Porém até lá, no final do século anterior, os trabalhadores em padarias haviam fundado duas organizações mutualistas. Segundo Mattos (2008, p. 15), a primeira tinha “[...] o objetivo de reunir recursos para comprar padarias para os próprios trabalhadores, eliminando os patrões. Era a Sociedade Cooperativa dos Empregados em Padarias no Brasil – cujo lema era ‘Trabalhar para nós mesmos’[...]” e, apesar de ter conseguido agregar por volta de 400 sócios, não teve êxito devido a um golpe orquestrado pelo tesoureiro, que fugiu com o dinheiro arrecado pelos membros da sociedade, fazendo com que, em 1898 – ou 1893, por motivo de divergência de fontes, segundo Mattos (2008) – os padeiros fundassem a Sociedade Cosmopolita Protetora dos Trabalhadores em Padarias, agora “[...] com o lema ‘Trabalho, justiça e liberdade: sem distinção de cor, crença ou nacionalidade’ – com o objetivo de auxílio mútuo (arrecadava dos sócios para auxiliá-los em momentos de doença, acidentes, morte etc.)” (Ibid., p. 15). Esta, por sua vez, reuniu mais de 1.000 membros e, posteriormente, passou a ter características sindicais, “[...] buscando representar os interesses profissionais de seus associados. Travou, assim, uma luta pelo descanso aos domingos e pela jornada de 8 horas de trabalho, dirigindo abaixo-assinados às autoridades, que nada resolveram” (Ibid., p. 15). Outros de seus feitos, citados por Mattos (2008), foram a criação do jornal *O Panificador* e a fundação de uma biblioteca e de um centro de educação.

Diante deste cenário, podemos perceber a importância das sociedades de auxílio mútuo para o exercício político dos trabalhadores livres, por mais que não fosse esta a sua principal finalidade. Algumas daquelas sociedades já apresentavam estatutos com alterações que presumiam a defesa dos interesses dos trabalhadores em relação ao Estado e seus patrões. Baseado nos Estatutos da Sociedade Beneficente denominada Liga Operária (p. 3), Mattos (2008, p. 23) menciona que além desta se designar operária, tinha a proposta de “reunir ‘todos os operários e artistas nacionais e estrangeiros’ e anunciava, entre seus fins, representar os interesses dos associados, só que de forma bem ampla, pois, como afirmava, procuraria ‘por todos os meios ao seu alcance, melhorar a sorte de todas as classes operárias’”. Ainda assim, este foi um processo gradual e nem sempre as sociedades mutualistas passavam a ter feições sindicais. Com isto, mesmo após o surgimento das sociedades de resistência e dos sindicatos, as sociedades mutualistas ainda cresciam, conforme apontam os dados abaixo.

Em 1887, somente no Rio de Janeiro, existiam 115 associações com esses fins assistencialistas, das quais 48 tinham cunho profissional (formadas por trabalhadores de uma mesma categoria ou empresa) (Stotz, E. N. *Formação da classe operária*, p. 66). [...] Em São Paulo, sete associações de auxílio mútuo foram criadas entre 1888 e 1900; esse número subiu para 41 novas associações entre 1901 e 1914 e para 53 entre 1917 e 1929 (Luca, T. *O sonho do futuro assegurado*, p. 20) (Ibid., p. 47).

Ao adentrarmos para o início do século XX, podemos ver a intensificação da luta de classes, agora com a escravidão extinta e com a criação de sociedades de resistência e de sindicatos trabalhistas. Ao recordarmos sobre o perfil étnico-racial dos trabalhadores portuários, principalmente carregadores e estivadores, iremos nos deparar com uma composição majoritariamente negra – nacional ou estrangeira –, refletindo também nos primeiros quadros das sociedades de resistência⁸⁵ e sindicatos portuários. Em 1903, estivadores negros, em sua maioria, criaram a União dos Operários Estivadores (UOE), surgindo com quase 200 membros depois de suas participações na Greve Geral que envolveu diversas categorias profissionais na cidade do Rio de Janeiro. Mais tarde, como o apoio da UOE, surgem em 1905 a Sociedade de Resistência de Trabalhadores em Trapiche e Café (SRTTC) e a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Carvão e Mineral (SRTCM). Após o Decreto nº 1.637, as duas sociedades de resistência se tornaram sindicatos no ano de 1907.

E não era uma experiência isolada. Em Pelotas e Rio Grande, no Rio Grande do Sul, as cidades gaúchas em que a presença escrava fora mais ampla, em razão das atividades do porto e da charqueada (produção da carne seca), as primeiras

⁸⁵ De acordo com uma observação de Costa Ferreira (2020, p. 100), em uma nota de rodapé, “o termo Sociedade de Resistência tornou-se comum naquele período. Em 1906 estava entre as orientações do Primeiro Congresso Operário realizado no Rio de Janeiro a adesão desta nomenclatura às organizações. Tratava-se de um tipo de resistência econômica, segundo essas orientações, como forma de garantir adesões e evitar divergências de caráter religioso ou político (podemos acrescentar nacional e racial)”.

organizações operárias tiveram, entre seus fundadores e organizadores, muitas vezes, lideranças negras, que também organizavam jornais, clubes e outras formas associativas de ex-escravos e seus descendentes, em condições de forte presença do preconceito racial (MATTOS, 2008, p. 26).

Como dissemos anteriormente, mesmo após o fim da escravidão, os trabalhadores negros lutaram para manter seus postos de trabalho nos portos diante da imigração europeia. Mediante à conjuntura, os laços de solidariedade entre trabalhadores negros, que vinham se construindo desde a escravidão, se mantiveram e se estreitaram: laços que se formaram a partir da Diáspora Africana no Brasil e que permitiram a sobrevivência por séculos de trabalhadores negros e negras inseridos em uma dinâmica produtiva completamente violenta e opressora. Assim, identificar formas de lutas diversas entre os segmentos de uma classe trabalhadora plural, como a partir daquelas travadas nas Irmandades Negras católicas, nas organizações similares às *esusus*, nos zungus, nos ranchos carnavalescos, entre outros, e incorporá-las na historiografia da formação da classe trabalhadora no Brasil termina por se configurar em uma necessidade teórico-política no campo de estudo. Conforme indica Costa Ferreira (2020, p. 104):

Estes sujeitos mantiveram-se juntos. Carregadores e estivadores estabeleceram os laços de solidariedade construídos pelo pertencimento racial e étnico que poderia lhes conferir certa unidade – o que não é o mesmo que ausência de conflitos – como os descritos por Cruz (2006). Além disso, a dimensão de comunidade e laços de parentesco podem ter interferido no processo de modulação coletiva da luta dos portuários da UOE e SRTTC. Filhos e netos de escravos e libertos, os trabalhadores nacionais negros e mestiços tinham raízes profundas na história da profissão e, majoritários na força de trabalho estivadora, marcavam fortemente a cultura do grupo não só no Rio de Janeiro, como em outros portos do país. É natural, portanto, que partisse deles o ímpeto de organizar a classe, ainda mais se forem considerados o clima racista e pró-imigrante do período e os desejos de vida independente que orientavam a conduta dos que haviam sofrido o peso da escravidão.

Um importante conceito para esta discussão, suscitado por Costa Ferreira (2020, p. 193-194) ao mencionar a pesquisadora Lélia Gonzalez – desenvolvido por esta –, é a categoria Amefricanidade, segundo a qual “[...] atua como um recurso metodológico (também cultural e político) que auxilia no resgate da unidade que se forjou, em termos históricos, nas diferentes sociedades. Uma identidade, a amefricana, forjada na Diáspora”. Em outras palavras, pensarmos nestas formas de resistências e lutas dos trabalhadores negros a partir da ideia de uma “[...] unidade construída na diversidade posta pela condição desfavorável produzida pela escravidão e pelo racismo que foi reelaborado ao longo do tempo”, evidentemente, sem desconsiderar os conflitos e contradições das relações daí decorrentes.

Dentre outros aspectos, Lélia nos provoca, a partir da categoria Amefricanidade, a pensar os sujeitos negros e suas experiências produzidas na Diáspora Africana nas Américas do ponto de vista de resistência sob formas variadas. Isto é, apesar de

possíveis distinções criadas pela escravidão no período colonial e por processos pós-abolição, entre as Américas anglo-saxã, ibérica e o Caribe, reivindicar a Amefricanidade é colocar à tona certa unidade criada e recriada. Isso não significa negar as distinções em torno do padrão de relações raciais produzidas em cada uma dessas sociedades, mas suscitar que, apesar disso, algo novo foi produzido nestes territórios e seus pontos de contato precisam ser recuperados. Este esforço é, sobretudo, necessário para dar destaque às resistências, como citado, comumente esquecidas ou desvalorizadas (Ibid., p. 189).

É notório a frequente referência acerca da massiva mobilização dos trabalhadores por intermédio das grandes greves que ocorreram no início do século XX quando o tema envolve a classe trabalhadora no Brasil, onde, poucos anos depois, surge a primeira legislação trabalhista, a Lei Eloy Chaves de 1923, ainda que restrita a poucas categorias profissionais. Elencando algumas daquelas mobilizações, em 1902, ocorreu uma greve dos operários de fábricas de tecidos que durou 20 dias com a paralisação de 25 mil operários. Em 1903, explodiu a Greve Geral na cidade carioca com o envolvimento de cerca de 40.000 trabalhadores de diversas categorias profissionais. Em São Paulo, no ano de 1905, houve a paralisação dos ferroviários da Cia. Paulista, provocando outras greves de apoio às suas manifestações. Em 1906, ocorreu na cidade de Porto Alegre a sua primeira greve geral, iniciada pelos trabalhadores em marmorarias, com o objetivo de redução da jornada de trabalho, sendo que, passados 12 dias de greve, outros trabalhadores industriais também aderiram às paralisações (MATTOS, 2008). Em seguida, o ano de 1917 representou o início de um período de intensificação das lutas que durou até 1920, sendo a greve de 1917, que aconteceu em São Paulo, denominada como uma das mais significativas:

Entre as greves do período, a de 1917, em São Paulo, é considerada a mais importante. A partir de movimentos isolados de paralisação nas fábricas de tecidos, surgiram greves de solidariedade e grandes passeatas de protesto – em especial após o assassinato de um operário pelas forças policiais – que transformaram o movimento em greve geral, paralisando por alguns dias toda a cidade. Pressionadas pela força das manifestações, as autoridades viram-se obrigadas a negociar com os trabalhadores e uma comissão, composta principalmente por líderes operários que militavam na imprensa anarquista, é criada para sintetizar as reivindicações dos grevistas. A pauta apresentada [...] mescla reivindicações tipicamente sindicais com outras mais diretamente relacionadas às condições de vida no meio urbano [...] (Ibid., p. 55).

De fato, as greves dos primeiros anos do século XX, na Primeira República, tiveram um importante impacto político e econômico na sociedade e, no tocante à classe trabalhadora, trouxeram ganhos distintos daqueles que se operaram como resultado da luta política do século anterior, assim, as características e repercussões das lutas e reivindicações dos trabalhadores entre os dois séculos tiveram suas diferenças. No entanto, embora as greves do século XX tenham sido fortemente significativas, devemos levar em consideração o fato de que tais lutas puderam ser travadas tendo em vista o acúmulo de experiências das lutas e resistências

anteriores: àquelas que concernem aos trabalhadores do século XIX, principalmente a partir de sua segunda metade, quando a luta abolicionista ganha maior notoriedade sociopolítica e torna-se essencial para a organização dos próprios trabalhadores livres. Um exemplo importante a ser mencionado, foi a existência de um documento escrito no ano de 1934 pelo padreiro João de Matos entre os materiais do PCB apreendidos pela polícia política de Getúlio Vargas que, conforme aponta Costa (2014, p. 115), ainda que não possa servir de evidência de sua suposta militância comunista, demonstra a repercussão que as lutas travadas por trabalhadores do século XIX puderam ter tido sobre as vivências dos trabalhadores do século XX. Conforme Mattos (2008, p. 16-17) salienta:

Os valores, discursos e referências culturais que articulam tal consciência [de classe], entretanto, não surgem do nada. Desenvolvem-se a partir da experiência da exploração e das lutas de classes anteriores. Ou seja, numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada sem levar em conta as lutas de classes – e os valores e referências – que se desenrolaram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da vigência da escravidão, quando a luta pela liberdade envolve contingentes cada vez mais significativos de pessoas.

Por conseguinte, situar as lutas dos trabalhadores livres, libertos e escravizados do século XIX como insuficientes é desconsiderar as determinações sociais, políticas, econômicas, étnico-raciais, culturais, entre outras, que se delinearam em torno das mazelas produzidas em uma sociedade que, mesmo mediante à vigência do trabalho escravizado, já sofria as consequências do desenvolvimento capitalista, principalmente no que tange aos resultados desastrosos para a vida da massa da população, a classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agora, ao final, o que nos resta apurar após estas reflexões? Qual seria a contribuição para o Serviço Social? Entre outros tantos questionamentos e tantas mais perguntas do que respostas, talvez o sentido seja, realmente, a possibilidade de trazer para o debate teórico-político no interior do Serviço Social quanto à diversidade da classe trabalhadora no Brasil e das manifestações da “questão social” dentro de um contexto histórico em que o mercado de trabalho apresentava características peculiares mediante a coexistência do trabalho livre e do trabalho escravizado. O Brasil foi construído sobre um basilar regime de trabalho escravizado que imprimiu as mais violentas e opressoras ações contra sua própria população – principalmente negra e indígena – legitimadas por um poder político estrangeiro, onde as relações sociais se firmaram de maneira extremamente hierarquizadas – no aspecto étnico-racial, cultural, político, econômico, etc. Inserida nessa dinâmica, a classe trabalhadora sucumbia, mas também resistia, lutava, formava novos laços e pactos entre si e, claro, também entrava em conflitos internos. No entanto, quando nos perguntamos quem era a classe trabalhadora brasileira é recorrente contarmos e/ou pensarmos nas histórias do operariado imigrante europeu e nos voltarmos para as mazelas – as expressões da “questão social” – que atingiam resumidas àquelas produzidas no âmbito fabril ou nas explosões grevistas do século XX, na formação dos sindicatos e nas correntes políticas – socialistas, anarquistas, comunistas – que se desenvolveram em seu interior, ou seja, apenas parte do que ocorreu dentro de uma sociedade formada por segmentos de trabalhadores plurais, que pensamos saber acerca de suas especificidades, mas que não a mencionamos. Poderíamos discursar incansavelmente sobre o passado histórico do Brasil, elencar suas características políticas e econômicas e citar as principais categorias utilizadas na literatura crítica do Serviço Social fundamentada nos escritos marxianos, mas conseguiríamos debater sobre a formação da classe trabalhadora para além do norteador protagonismo imigrante europeu?

Foi dentro desta perspectiva que o objetivo proposto neste trabalho foi construído: de realizar uma análise acerca das lutas e reivindicações dos trabalhadores urbanos no Brasil no século XIX a partir da revisão da luta de classes presente na cidade do Rio de Janeiro, principalmente, que, embora não represente a totalidade da realidade histórica existente no país – e que tal empenho não tenha conseguido abranger mais segmentos e categorias profissionais, como as trabalhadoras urbanas, os trabalhadores e trabalhadoras rurais, trabalhadores e trabalhadoras indígenas, ou mesmo em outros setores/áreas no mundo do trabalho, como as tarefas domésticas e de cuidado, etc. –, em alguma medida acreditamos poder contribuir para o

conhecimento social acerca da formação da classe trabalhadora no Brasil. Diante da via teórica analítica encaminhada por todo este estudo, baseada no referencial teórico materialista dialético marxiano, buscamos compreender a “questão social” no Brasil mediante às particularidades socio-históricas que se apresentavam no século XIX, principalmente em sua segunda metade, a partir do exame de parte da bibliografia acerca da formação da classe trabalhadora no país com ênfase nos processos históricos que se desenharam em torno da escravização dos povos africanos e seus descendentes, ou seja: 1) na luta dos trabalhadores – livres, libertos e escravizados – pelo fim da escravidão, que se articulou com as próprias mobilizações e auto-organização dos trabalhadores livres por melhores condições de vida, como as paralisações, as denúncias e a formação de sociedades de ajuda mútua, entre outros; 2) na construção dos laços de solidariedade e proteção gestada a partir da Diáspora de diversos povos africanos no Brasil e suas formas de luta e resistência para sobrevivência à migração e ao trabalho forçado, à violência do regime colonial no Brasil e à uma complexa estrutura política e ideológica estatal e social de cunho eugenista e racista que objetivava dissipar grande parte da população do país.

Caracterizar as expressões da “questão social” em um momento histórico prévio a um “mercado de trabalho livre já consolidado” tornou-se um desafio tendo em vista o déficit de literatura sobre as transformações sociais ocorridas no período escolhido para análise ou mesmo diante de sua baixa veiculação como arcabouço teórico elementar para a formação superior em Serviço Social, isto é, debates que são fundamentais para o estudo da formação da classe trabalhadora no Brasil, que conforma a maioria dos sujeitos alvos dos serviços e políticas sociais com os quais o assistente social atua, mas que não são centrais no meio acadêmico. O Serviço Social no Brasil fundamenta-se como uma profissão privilegiada no trato das principais questões sociais, políticas, econômicas, étnico-raciais e culturais em que a classe trabalhadora está inserida e, no interior destas relações, cabe ao assistente social respaldar suas ações profissionais de acordo com uma base teórica que o oriente a atuar de forma a atender aos princípios vigentes no Projeto Ético Político profissional, principalmente no que concerne a sua relação com os usuários. Diante disto, entendemos e enfatizamos que o compromisso do Serviço Social com os usuários tem como um de seus alicerces a investigação teórica acerca dos temas concernentes à própria população usuária que longe de se resumir a tracejar o seu perfil, e o de suas demandas, na prática profissional institucional – isto é, de realizar uma análise microssocial –, é necessário compreender sobre sua formação em articulação ao conjunto de problemas que a assolam no interior das particularidades que o modo de produção capitalista se desenvolve no Brasil – à nível macrossocial –, conjunto este que denominamos genericamente como “questão social”. Identificamos o quão problemático se torna para a

formação e a atuação profissional a articulação teórica sobre a compreensão da “questão social” no Brasil vinculada marcadamente às mazelas que se fazem presente em um contexto histórico onde o mercado de trabalho livre encontra-se consolidado, relacionando-a à uma classe trabalhadora estrangeira, majoritariamente europeia, racialmente branca e nomeada como “revolucionária”, ou seja, entendendo as relações de classe de maneira segmentada, resultando em limitações sobre os seus fundamentos socio-históricos concretos, posto que tais caracterizações não se traduzem na totalidade da realidade brasileira que se desdobrou ao longo dos séculos de exploração colonial, principalmente ao pensarmos sobre a configuração de uma classe trabalhadora diversificada, no aspecto cultural, étnico, racial, econômico e político.

Foi a partir destas considerações que compreendemos a necessidade de trazer à tona os enlaces correspondentes à uma “questão social” que não poderia ser relacionada “apenas” aos mais gerais problemas políticos e econômicos, mas também articulada às relações étnico-raciais e culturais no Brasil, tendo em vista a composição racial diversificada em torno de uma classe trabalhadora que foi alvo de um projeto político elitista que buscou eliminar a pluralidade⁸⁶, mas que, ao mesmo tempo, exaltou um conjunto específico de ideais políticos, econômicos, culturais e étnico-raciais para a construção de sua “nação”, no intento de instaurar uma sociedade eurocentrada, na medida em que o anseio das classes dominantes se voltava para: 1) uma forma político-econômica particular, o Estado-nação capitalista europeu – que, embora tenha sido delineado antes do fim da Colônia como modelo padrão de forma imperativa pelas nações capitalistas centrais, também se verteu no desejo das elites dominantes nacionais; 2) uma forma de etnia-raça-cor e cultura singular: branca e europeia – ainda que saibamos que os povos da Europa ocidental não se constituíssem em uma unidade, em qualquer aspecto, mas que cada qual possuía sua especificidade, não sendo esta questão levada em consideração, como ainda é habitual na atualidade.

O lado oposto a esta dinâmica foi a anulação de tudo aquilo que não fosse europeu e/ou branco o suficiente para os padrões almejados pelas classes dominantes. De uma sociedade diversificada, o máximo que as elites político-econômicas tinham em mente era a promoção da ideia de “cultura mista” ou de um vasto “folclore” – relacionando-os aos negros e indígenas – e o enaltecimento das características do que cada uma das “três raças fundamentais” poderiam

⁸⁶ “Quando o Estado assume a questão social, ele a assume levando em conta os *conflitos racializados de classe*. Mas não o fez de modo a superá-las produzindo melhor condições de vida e trabalho aos trabalhadores, sobretudo os negros, muitos ex-escravizados. O fez de modo a tentar neutralizar a existência das desigualdades balizadas por determinantes econômicos, raciais, regionais, de gênero etc. que interagem permanentemente. Ao contrário, os subsumiu no discurso de Brasil mestiço: o local onde todos têm as mesmas oportunidades, independente da raça/cor, condições econômicas, origem territorial etc.” (COSTA FERREIRA, 2020, p. 255, grifo nosso).

ter contribuído para a formação da sociedade brasileira, conforme a colaboração das ideias culturalistas de Gilberto Freyre – além da eugenia que ainda sobrevivia na intelectualidade brasileira –, que encontrou um importante espaço na política trabalhista de Getúlio Vargas, a partir de 1930. Neste aspecto, no interior das diversas fases políticas e econômicas que se desencadearam no país, o Estado brasileiro foi elemento fundamental como agregador e divulgador das ideias classistas e racistas que circulavam na sociedade. Expondo uma indispensável citação de Costa Ferreira (2020, p. 225-226):

No Brasil o Estado se colocou como representante do interesse de todas as classes e, por conseguinte, de todas as raças. Ao fazer isso, porém, manteve a condição dos envolvidos em posições hierarquizadas, mesmo que, em aparência, todos tivessem adquirido, pela mão generosa do Estado, um lugar ao sol na nação. O Estado se apropriou do debate sobre a valorização do trabalhador, tomou como seu o teor de práticas que já eram parte da organização dos trabalhadores, institucionalizadas pelo Estado como Caixas e depois Institutos de Aposentadorias e Pensões. E, ao mesmo tempo em que estimulou a imigração europeia e a mestiçagem, cortejou a eugenia e elegeu os elementos que formavam os trabalhadores da nação brasileira, fruto da “harmoniosa” relação entre três raças.

Devemos ter em mente que o início do processo de expansão das políticas sociais e dos direitos trabalhistas no Brasil, a partir do período Vargas, foi pautado naquele projeto de nação em que o fator raça era central em seu debate, isto é, um projeto que ia para além de propostas de classe, sendo também norteado por concepções eugenistas/culturalistas. Ao pautarmos nos escritos de Costa Ferreira (2020, p. 259), em que salienta que “[...] considerar a emergência da política social ignorando o projeto de nação e, por conseguinte, a racialização das relações sociais é no mínimo insuficiente”, podemos indagar qual era o papel do Serviço Social nas suas primeiras décadas de atuação profissional dentro deste projeto de nação, quando requisitado pelo Estado brasileiro. Embora as primícias do Serviço Social – normalmente denominado sob a nomenclatura de “Serviço Social Tradicional” – sejam copiosamente atribuídas aos desdobramentos ocorridos no interior da Igreja Católica, razão pela qual a profissão originalmente se fundamentou em princípios cristãos voltados para a reforma moral do sujeito e para o seu enquadramento na sociabilidade que se erguia e se consolidava – a burguesa –, naqueles primeiros momentos, a profissão também esteve intimamente relacionada aos reflexos da política eugenista e higienista presente no interior do Estado. Por exemplo, no Rio de Janeiro, após a Escola Anna Nery (EAN) ter sido incorporada à Universidade do Brasil, em 1936, o curso de Serviço Social era ministrado por ela – permanecendo assim até o final da década de 1960 –, tal como os cursos de enfermagem e de nutrição (APERIBENSE; BARREIRA, 2008). De acordo com as autoras, o curso de Serviço Social tinha uma duração de 3 anos e meio, onde os últimos 6 meses ficavam reservados à prática de estudo de caso. Em sua

grade curricular, estavam englobadas disciplinas, como “[...] Educação Cívica, Legislação, Psicologia, *Medicina Social*, Assistência Social, Ética Profissional, História do Serviço Social, *Higiene Mental*, *Puericultura*, Primeiros Socorros e Composição Fichário e Organização” (Ibid., p. 478, grifo nosso). Com base em Costa Ferreira (2020), ao longo deste trabalho também comentamos que o Serviço Social tinha um importante papel dentro do Laboratório de Biologia Infantil (LBI), fundado em 1936, podendo os assistentes sociais atuarem em conjunto com médicos e juízes no âmbito da *higiene infantil*. Dito isto, embasado em qual saber científico o assistente social era capacitado nas primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil e de que forma orientava suas ações profissionais na implementação das políticas sociais destinadas a aquela classe trabalhadora heterogênea, principalmente quando recordamos a composição do quadro profissional das “pioneiras” do Serviço Social – mulheres brancas provenientes das classes médias – e quando nos deparamos com o seu contato direto com a área médica – e toda sua vinculação com a eugenia no Brasil – no âmbito da formação profissional e da prática institucional?

No tocante à “questão social” salientamos que delinear as suas especificidades para além do ambiente fabril, dos elementos brancos e europeus e das formas de organização e mobilização política por parte da classe trabalhadora entendidas como “tradicionais” é um exercício necessário se quisermos fundamentar o Serviço Social com perspectivas teórico-políticas orientadas a um comprometimento profissional com a pluralidade dos segmentos da classe trabalhadora brasileira. Tratando-se especificamente da literatura do Serviço Social no Brasil, os aspectos políticos e econômicos acabam por serem os mais preeminentes na historiografia da classe trabalhadora, da “questão social” e da política social, e os demais aspectos, como os de raça, de gênero, entre outros, por muitas vezes são dissolvidos na categoria de “sociais”, até mesmo tratados de maneira circunstancial ou como apêndice.

Discursar que a “questão social” se manifesta de múltiplas formas na sociedade burguesa não é o bastante quando temos diante de nossa investigação a realidade socio-histórica de um país que se moldou no interior de relações capitalistas onde o setor agroexportador era o fulcro da expansão do próprio capital, onde as relações de trabalho eram fundadas em um rígido e violento regime de escravização da força de trabalho estrangeira e nacional, onde o trabalho livre coexistiu com o trabalho escravizado, onde as classes dominantes forjaram um projeto de nação que pretendeu aniquilar grande parte da população, onde a classe trabalhadora se formou – fosse livre, liberta ou escravizada – envolta numa trama social entrelaçada pelo convívio entre imigrantes – fossem africanos ou europeus, entre outras etnias –, povos originários e seus descendentes, submetidos às mais variadas determinações e disparidades

locais/regionais/territoriais, e se expandiu em complexas relações sociais onde a “questão social” se configurou de formas completamente novas, nas quais as formas de autoproteção, solidariedade, luta e resistência da classe trabalhadora foram ricamente diversificadas, nem sempre revolucionária, nem sempre branca, nem sempre urbana, nem sempre afinada, muito pelo contrário! Portanto, a tarefa de desvendar as múltiplas determinações da “questão social” no Brasil deve estar alinhada à investigação da diversificação que ocorre na formação da classe trabalhadora – que reforçamos ser heterogênea – no interior do processo de constituição do trabalho livre, que envolvia a coexistência entre este e o trabalho escravizado – principalmente no decorrer da segunda metade do século XIX –, considerando as particularidades socio-históricas do desenvolvimento capitalista no país, bem como o projeto de nação formulado e praticado pelas classes dominantes, a fim de que suas manifestações não sejam reduzidas, a nível teórico, a uma fração de seus determinantes tendo em vista a complexidade em que as relações sociais capitalistas se desenvolveram no Brasil.

REFERÊNCIAS

APERIBENSE, Pacita Geovana Gama de S.; BARREIRA, Ieda de Alencar. Nexos entre Enfermagem, Nutrição e Serviço Social, profissões femininas pioneiras na área da Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 42, n. 3, p. 474-482, 2008. Disponível: <https://www.scielo.br/j/reeusp/i/2008.v42n3/>. Acesso em: 05 mai. 2022.

ARANTES, Erika Bastos. Pretos, brancos, amarelos e vermelhos: conflitos e solidariedades no Porto do Rio de Janeiro. *In*: GOLDMACHER, Marcela; MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz (orgs.). **Faces do trabalho: escravizados e livres**. Niterói: EdUFF, 2010. p. 125-147. Disponível em: <http://www.eduff.uff.br/index.php/livros/176-faces-do-trabalho-escravizados-e-livres>. Acesso em: 23 fev. 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

COSTA, Rafael Maul de Carvalho. **Escravidão na liberdade: abolição, classe e cidadania na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, 2014.

COSTA FERREIRA, Gracyelle. **Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros**. 2020. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.btd.uerj.br:8443/handle/1/16398#preview-link0>. Acesso em: 14 mai. 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Jr. *In*: COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 201-219.

CROSSMAN, Richard Howard Stafford. **Biografia do Estado moderno**. São Paulo: Lech Livraria: Editora de Ciências Humanas, 1980?

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4662435/mod_resource/content/1/ENGELS.pdf. Acesso em: 19 ago. 2021.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista**. 8. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo**: últimos escritos & outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

GIOVANELLA, Lígia. **Entre a solidariedade e a subsidiariedade**. Políticas de contenção no seguro social de doença alemão: a “terceira etapa da reforma da saúde”. 1998. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4393>. Acesso em: 17 ago. 2021.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/hobsbawmeric-nac3a7c3b5es-e-nacionalismo-desde-1780.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, ano. 2, n. 3, p. 9- 32, jan./ jul. 2001.

IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

IANNI, Octavio. A idéia de Brasil Moderno. 3. reimp. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IPHAN. **Dossiê das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro**: partido-alto, samba de terreiro, samba-enredo. Centro Cultural Cartola; Iphan/Minc, 2006? Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi-%20Matrizes%20do%20Samba.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2022.

LARA, Ricardo. Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000100010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/WK5nwwq6KrZtDvTCQShGs3sq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 jul. 21.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MORAES, Renata Figueiredo. “Esse canto que devia ser um canto de alegria, soa apenas como um soluçar de dor” - Free and enslaved workers in Rio de Janeiro (1830-1880). **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 14, p. 1-19. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2022.e82386>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/82386>. Acesso em: 06 mar. 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória, v. 4, n. 1, p. 202-222, jan./jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v4i1.2028>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2028/2717>. Acesso em: 12 ago. 2021.

NETTO, José Paulo. Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista. Rio de Janeiro, [s. n.], 1998. Disponível em: <https://www.pcb.org.br/portal/docs/elementos.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2021.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente**. São Paulo: Cortez, 2004.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130. Disponível: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade do saber eurocentrismo ciencias_sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf). Acesso em: 28 jul. 2021.

SCHIERA, Pierangelo. Estado Moderno. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 425-441. v. 1. Disponível em:

<https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 175-203, 1994. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6581>. Acesso em: 12 set. 2021.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. *In*: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996. p. 41-58. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/djnty>. Acesso em 12 set. 2021.

STEPAN, Nancy. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. 1. reimp. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

STRAZZERI, Victor. A trajetória histórica do “social”. *In*: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 119, p. 508-530, jul./set. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000300006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/5R5jhHTYXvKYNHM4Qf79T9d/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 jul. 2021.

Dicionário

Dicionário eletrônico da Academia de Ciências de Berlin-Brandenburg. Disponível em: www.dwds.de. Acesso em: 24 set. 2021.

Legislação

BRASIL. **Decreto nº 641, de 26 de junho de 1852**. Autorisa o Governo para conceder a huma ou mais companhias a construcção total ou parcial de hum caminho de ferro que, partindo do Município da Côrte, vá terminar nos pontos das Provincias de Minas Geraes e S. Paulo, que mais convenientes forem. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-641-26-junho-1852-558790-publicacaooriginal-80365-pl.html>. Acesso em: 08 out. 2020.